

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO

DEISE TEREZINHA PELEKE LARA ZENE

**UM RETRATO DA ALFABETIZAÇÃO PELAS PÁGINAS DO *JORNAL DA*
ALFABETIZADORA (1988-1996)**

**PONTA GROSSA
2018**

DEISE TEREZINHA PELEKE LARA ZENE

**UM RETRATO DA ALFABETIZAÇÃO PELAS PÁGINAS DO JORNAL DA
ALFABETIZADORA (1988-1996)**

Dissertação de Mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Maria Isabel Moura Nascimento

**PONTA GROSSA
2018**

**UM RETRATO DA ALFABETIZAÇÃO PELAS PÁGINAS DO JORNAL DA
ALFABETIZADORA (1988-1996)**

Z54

Zene, Deise Terezinha Peleke Lara

Um retrato da alfabetização pelas páginas do Jornal da
Alfabetizadora (1988-1996)/ Deise Teresinha Peleke Lara Zene.
Ponta Grossa, 2018.
133f.

Dissertação (Mestrado em Educação – Área de concentração –
História e Políticas Educacionais), Universidade Estadual de Ponta
Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento

1. Alfabetização. 2. História da Educação. 3. Jornal da
Alfabetizadora. 4. Ideologia. I. Nascimento, Maria Isabel
Moura. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa- Mestrado
em Educação. III. T.

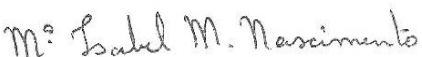
CDD : 370.981

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia F. Bertholino dos Santos– CRB9/986

DEISE TEREZINHA PELEKE LARA ZENE

**UM RETRATO DA ALFABETIZAÇÃO PELAS PÁGINAS DO JORNAL DA
ALFABETIZADORA (1988 - 1996)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:


Orientador (a) Profª Dra. Maria Isabel Moura do Nascimento - UEPG


Profª Dra. Claudia Maria Petchak Zanlorenzi - UNESPAR


Prof. Dr. Érico Ribas Machado - UEPG

Profª Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira - UEPG

Ponta Grossa, 25 de outubro de 2018.

Aos alfabetizadores...
aos que foram,
aos que são e
aos que serão!

AGRADECIMENTOS

A minha família pelo incentivo, apoio e compreensão nos momentos de ausência.

A Prof^a Dra Maria Isabel Moura Nascimento, pelas contribuições que proporcionaram crescimento profissional e pessoal.

Aos membros da Banca Examinadora deste trabalho: Prof^a Dra Cláudia Maria Petchak Zanlorenzi, Prof^a Dra Rita de Cássia da Silva Oliveira e Prof^o Dr Érico Ribas Machado

Aos colegas do Grupo de Pesquisa HISTEDBR - Campos Gerais da e aos professores do programa.

Aos meus amigos e companheiros que de forma direta ou indireta contribuíram para a superação dos desafios no caminho trilhado.

Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens.

MARX

RESUMO

A presente pesquisa apresenta estudos na área da História da Educação, tendo como objeto principal a Alfabetização, etapa inicial do Ensino Fundamental na qual os alunos deveriam apropriar-se da leitura e da escrita, entre outros conteúdos. Assim, a questão problematizadora da pesquisa diz respeito a busca dos condicionantes que têm contribuído para a não efetivação dos objetivos da alfabetização. Considerando a relevância da imprensa nas investigações na área da História da Educação, definiu-se como fonte primária o periódico educacional *Jornal da Alfabetizadora*, que circulou nas décadas de 1980 e 1990, configurando assim, o recorte temporal desta pesquisa. A pesquisa está ancorada no Materialismo Histórico Dialético, portanto, trata do objeto segundo a sua materialidade. A mesma foi organizada por três momentos distintos, mas que se completam e foram constituídos a partir dos objetivos específicos. O primeiro momento traz a contextualização histórica, e a exploração de dados da atualidade no que diz respeito à alfabetização a partir de pesquisa bibliográfica e documental. O segundo momento, tratou de considerações da imprensa, enquanto fonte documentadora, bem como a exploração do jornal, fonte primária da pesquisa. Já o terceiro momento trouxe a análise do aspecto ideológico do jornal estudado. Por se tratar de um periódico destinado à formação docente, suas publicações tornaram-se referência para a prática de muitos alfabetizadores e do mesmo modo contribuiu para a disseminação da ideologia dominante num momento de aridez no campo educacional, quando o Construtivismo foi implantado sem as devidas condições. Portanto, a pesquisa possibilitou observar pontos que reforçaram a crise na alfabetização e que ecoam ainda nos dias atuais nas escolas brasileiras, em turmas de alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização, História da Educação, *Jornal da Alfabetizadora*, Ideologia

ABSTRACT

This research presents studies in the area of History of Education, and it has the Literacy as main object, which is the initial stage of Elementary School when students should learn about reading and writing, among other contents. The question we intend to discuss concerns about the determinants that had contributed to the objectives of literacy non-fulfillment. Considering the relevance of the press for investigations in History of Education, we selected the educational periodical *Jornal da Alfabetizadora* as a primary source. This jornal circulated in the 1980s and 1990s and configured the temporal cut of this research. The research is anchored in Dialectical Historical Materialism, therefore, it deals with the object according to its materiality. It has been organized by three different moments, which were built from the specific objectives and completed each other. The first moment presents the historical contextualization and the explores current data regarding literacy based on bibliographical and documentary research. The second moment deals with press outlookings as documentaries sources, as well as the exploitation of the jornal which is the primary source of the research. In the third moment we analyze the jornal ideological aspects. Because it was a periodical destined for teachers, its publications have become a reference for many literacy teachers practices and, in the same way, they have contributed to disseminate the dominant ideology at na arid time in educational field, when Constructivism was implemented without suitable conditions. Therefore, the research made it possible to observe aspects that reinforced the literacy crisis and that echo in Brazilian's literacy classes nowadays.

Keywords: Literacy, History of Education, Jornal da Alfabetizadora, Ideology

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Evolução dos resultados do Brasil no SAEB (1995 a 2015) proficiência em Língua Portuguesa	23
GRÁFICO 2 - Resultados da competência leitora, apontados pela ANA nos anos de 2013 e 2014	27
GRÁFICO 3 - Resultado do levantamento das pesquisas relacionadas a imprensa e educação entre os anos de 2012 e 2016.....	57
GRÁFICO 4 - Resultado do levantamento das pesquisas realizadas nas regiões brasileiras dentro da temática Imprensa e Educação.....	58
GRÁFICO 5 - Resultado do levantamento das pesquisas relacionadas aos impressos utilizados em pesquisas na área da educação entre os anos de 2012 e 2016	60
GRÁFICO 6 - Demonstrativo das sessões recorrentes no Jornal da Alfabetizadora nas edições analisadas (28 a 36)	70
GRÁFICO 7 - Número de conteúdos tratados em suas áreas de conhecimento nas edições analisadas	74
GRÁFICO 8 - Temas com maior destaque nas matérias / reportagens	75

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Quadro com Registro das Edições Observando o Número e o Ano das Edições	67
FIGURA 2 - Destaque Do Título Do Periódico	68
FIGURA 3 - Estrutura da Página 2 do Jornal da Alfabetizadora.....	69
FIGURA 4 - Estrutura da página 24 do Jornal da Alfabetizadora.....	70
FIGURA 5 - Charge presente em todas as edições analisadas.....	72
FIGURA 6 - Logo do Programa Salas de Leitura (MEC/FAE), presente no lado esquerdo do título do jornal em todas as edições estudadas.....	72
FIGURA 7 - Carta retirada do jornal na Ed 32.....	78
FIGURA 8 - Ilustração da matéria: O Diabo Existe? (a).....	84
FIGURA 9 - Ilustração da matéria: Ter ou Não Ter Tempo	87
FIGURA 10 - Ilustração da matéria: Ter ou Não Ter Tempo.....	87
FIGURA 11 - Charge da personagem Brigitte, na Ed.28.....	88
FIGURA 12 - Ilustração da reportagem que mostra a liberdade de Escolha dos Indivíduos	89
FIGURA 13: Ilustração retratando as condições físicas das salas de aula.....	93
FIGURA 14 - Correspondência divulgada na Sessão Tirando Dúvidas na ed. 32...	98
FIGURA15 - Ilustração do título e chamada da matéria, publicada na edição nº32.....	106
FIGURA 16 - Fragmento de carta, da sessão Tirando Dúvidas.....	117
FIGURA 17 - Fragmento da pesquisa divulgada pelo Jornal da Alfabetizadora.....	118

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Número real e percentual de pesquisas elencadas a partir dos descritores: Imprensa, Educação, Alfabetização	20
QUADRO 2 - Resultado da Prova Brasil nos anos de 2011, 2013 e 2015.....	25
QUADRO 3 - Quadro comparativo dos resultados da ANA 2013, 2014 e 2016.....	28
QUADRO 4 - Número de pesquisas com o tema Imprensa e Educação originados em instituições públicas e privadas.....	59
QUADRO 5 - Pesquisas selecionadas a partir do Estado de Conhecimento.....	63

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AI-5	Ato Institucional nº5
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANDE	Associação Nacional de Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
CEDES	Centro de Estudos e Sociedade
CNE	Conselho Nacional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FMI	Fundo Monetário Internacional
HISTEDBR	Grupo de Pesquisa de História e Educação do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Educação, Pesquisa e Educação Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB	Movimento de Educação de Base da igreja católica
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCN's,	Parâmetros Curriculares Nacionais
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviética
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - ALFABETIZAÇÃO, UM DIREITO LEGAL PARA TODOS, NO ENTANTO IRREAL PARA MUITOS	22
1.1 REVISITANDO A ALFABETIZAÇÃO, NO BRASIL, DA SUA ORIGEM A 1999.....	29
1.2 ALFABETIZAÇÃO, AVANÇOS E RETROCESSOS NA CONTEMPORANEIDADE.....	49
CAPÍTULO 2 - A IMPRENSA ESCRITA COMO INFORMADORA E FORMADORA	56
2.1 O JORNAL DA ALFABETIZADORA	66
CAPÍTULO 3 - A IDEOLOGIA TRANSPARECIDA PELO JORNAL DA ALFABETIZADORA	79
3.1 A IMAGEM DO ALFABETIZADOR, ATRAVÉS DO <i>JORNAL DA ALFABETIZADORA</i>	96
3.2. A TEORIA PEDAGÓGICA QUE EXPRESSA O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIDADE, NO JORNAL DA ALFABETIZADORA	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como propósito contribuir para produção do conhecimento na área de História da Educação Brasileira, tendo como objeto da pesquisa a Alfabetização. Acredita-se que emerge a necessidade de ampliar os conhecimentos nesse sentido visto que “[...] a história da educação do povo brasileiro deve ser atenta à diversidade de estratégias que têm sido desenvolvidas para atingir a alfabetização almejada e negada [...]” (SAVIANI, 2010, p.77).

Esclarece-se que apesar das discussões em torno da ‘negada alfabetização’ estar em voga o tema merece mais aprofundamento, por isso o estudo buscou elementos que possam colaborar para a compreensão da questão problematizadora da pesquisa: quais condicionantes têm contribuído para a crise na alfabetização brasileira? Visto que no Brasil, a educação “[...] ainda não atingiu, no final do século XX, grandes parcelas da população, dirigindo-se apenas para determinados setores” (idem ibidem). Para tanto, tomou-se como fonte primária o *Jornal Da Alfabetizadora*, publicado na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, pela Editora Kuarup em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Este jornal circulou no período de 1988 a 1994, como obra selecionada para compor o Programa Nacional Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares, distribuído gratuitamente pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão vinculado ao Ministério de Educação e Cultura (MEC).

A finalidade da análise deste periódico foi estudar pelas suas páginas a educação, especialmente a alfabetização e os fenômenos que influenciaram esta no período das décadas de 1980 e 1990. Justifica-se a escolha deste material por acreditar que a imprensa é uma importante fonte documentadora dos momentos históricos, portanto contribuirá com novos conhecimentos na área da História da Educação, sobretudo na história da Alfabetização. Acrescenta-se, ainda, o fato do jornal ser um veículo de informações e difusão de ideias, assim, considera-se que um jornal destinado a educadores tem o poder de propagação potencializado, já que se soma ao poder que a educação também tem em divulgar ideias e ideologia, considerando que a escola é o lugar propício para isso, já que recebe um grande número de pessoas (alunos), que estão em formação e, portanto, mais suscetível a incutir o pensamento que lhe é transmitido.

A imprensa educacional, no país, teve um papel fundamental na formação de opiniões, veiculando e expressando os projetos políticos-ideológicos, procurando, assim, sedimentar tais modelos dentro da sociedade, transformando seus interesses em interesses gerais. Analisar esta forma de imprensa, qual seja, os periódicos educacionais, oferece a possibilidade de compreensão da organização da sociedade e dos reflexos na educação. (ZANLORENZI, 2006, p. 66)

O contato inicial com este jornal aconteceu no ano de 2014, ao explorar os arquivos da Secretaria Municipal de Educação do município de Irati, e, de imediato o interesse em pesquisá-lo surgiu aguçado, talvez, pelo título: *JORNAL DA ALFABETIZADORA*, considerando que nos vinte e dois anos de profissional da educação, passei a maioria deles em classes de alfabetização, observando e vivendo as mazelas e contradições que acompanham os profissionais desta etapa da escolaridade. Etapa, esta, que é de suma importância para a formação dos cidadãos, mas que é tão pouco valorizada pela sociedade. Nesta perspectiva, conhecer a história da alfabetização ajudará a compreender grande parte dos problemas e da crise que esta fase da escolaridade vem enfrentando na atualidade.

Sobre isso, destacam-se os resultados negativos acumulados pelo Brasil em diferentes avaliações externas. Essas avaliações apontam falhas principalmente nas capacidades básicas de leitura e escrita, objetos maiores na prática alfabetizadora. O fato mencionado evidencia por um lado o grande número de estudantes que deixa os bancos escolares sem ter conseguido a condição mínima de exercer plenamente a cidadania, que é estar alfabetizado, ou seja, lendo, compreendendo o que lê e escrevendo.

Por outro lado, mostra profissionais desanimados que não conseguem vislumbrar mudanças que possam transformar essa realidade e, fazer valer na essência do que se espera da escola, isto é, que seja o local onde o conhecimento historicamente acumulado é socializado às gerações mais novas, pelas gerações adultas de forma sistematizada. Todas as pessoas necessitam ter “acesso ao saber erudito, ao saber sistematizado e, em consequência, para expressar de forma elaborada os conteúdos da cultura popular que correspondem aos seus interesses.” (SAVIANI, 1994, p.103-104).

O acesso ao conhecimento e ao saber sistematizado abordado por Saviani (1994) é legalmente pautado por duas leis contemporâneas à circulação do jornal que será analisado: a Constituição Brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Assim, para contextualizar, é importante iniciar a

discussão destacando o que a LDBEN (9394/96) traz na sessão que aborda os princípios e fins da educação em seu artigo terceiro que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (BRASIL, 1996)

Segundo a referida Lei, o educador tem o direito de pesquisar, de refletir e definir sua concepção pedagógica e a metodologia de ensino adotada. O direito do professor é fundamentalmente importante para que o direito do aluno não fique apenas no âmbito de frequência e permanência, mas, que esta frequência e permanência venham acompanhadas da efetiva aprendizagem. No entanto, para que se chegue a uma prática docente consciente, para que se conquiste o espaço de luta, um longo caminho precisa ser percorrido. E, a questão maior nesse aspecto é: quais condições são dadas aos educadores para trilhar esse caminho? Ou ainda: O direito a pesquisa tem sido garantido ou tolhido implicitamente?

Sobre isso, observa-se que muitas vezes mesmo o professor tendo direito de pensar, decidir e escolher, pelas condições impostas em sua rotina é seduzido, convencido e vencido por ideologias que perpassam as paredes de nossas salas de aula de forma tão discreta que passam despercebidas, mas seus efeitos não são assim tão discretos e pouco visíveis. Atingem e formam alunos, gerações de alunos aos moldes de fundamentos e princípios que nem sempre são os mais desejáveis e que na maioria das vezes são propostos e oportunizados pela classe dominante, já que “a classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. (MARX, ENGELS, 2009, p.48).

É incontestável que a imprensa participa consideravelmente para que o pensamento dominante seja propagado e com isso ganhe credibilidade e convença os que a ele têm acesso. Portanto, ao deparar-se com um jornal que chegou de forma gratuita às escolas e, por conseguinte, aos alfabetizadores a curiosidade em conhecer a ideologia nele presente foi eminente. Assim, a pesquisa proposta traz como principal foco a análise do “Jornal Da Alfabetizadora”, distribuído bimestralmente para Secretarias de Educação e escolas especificamente, os números 28 a 36. Cabe então, nesta análise observar e refletir: o que propagava

este jornal? Que tipo de artigos e reportagens trazia? Qual o real objetivo deste jornal? Como era abordado o profissional alfabetizador? Este jornal contribuía para a prática docente consciente? Como? Qual a ideologia era afirmada por esse jornal?

Outro fator relevante para a escolha dessa temática deve-se a minha participação no Grupo de Pesquisa de História e Educação do Brasil (HISTEDBR) - Campos Gerais. O aprofundamento dessas discussões no grupo de pesquisa desencadearam a necessidade e o interesse em direcionar uma pesquisa que abrangesse o período que sucede a ditadura militar, conhecido como transição democrática e como a ideologia liberal foi expressa na imprensa pedagógica. As discussões propostas oportunizaram a compreensão de que a educação, em especial, a escola que temos hoje, com suas características, sua organização, métodos, práticas e principalmente suas mazelas, foi constituída aos poucos durante toda a trajetória histórica, sofrendo influência de fatos, sobretudo, políticos e sociais que ultrapassaram os muros da escola, refletiram grandemente na formação dos novos cidadãos, os alunos, por meio principalmente da prática docente.

O momento histórico em que o *Jornal Da Alfabetizadora* circulou, cita-se o final da década de 1980 até meados da década de 1990, contribuiu de forma relevante para a constituição da escola e da educação atual, tendo em vista que a década de 1980 é marcada pela transição democrática que refletiu todo um cenário de transformações políticas e adaptações sociais, desprendendo-se do antigo, do tradicional em busca do novo. Já a década de 1990, viveu a ascensão dos governos neoliberais que, por conseguinte, anunciou novas ideias pedagógicas que movimentaram reformas educacionais em muitos países e o Brasil não foi uma exceção.

Sobre essas pedagogias, observam-se como características comuns a pouca exigência teórica e conceitual, evidenciando outros ambientes diferentes das escolas para o ensino e a presença de organizações não governamentais na educação (parcerias). Além disso, foi nessas duas décadas que o país conquistou marcos determinantes, no que concerne aos direitos dos cidadãos, a exemplo da Constituição de 1988, o início da formulação da LDB 9393/96 com o Projeto de Lei 1258/88 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Tais marcos, trouxeram significativas transformações na sociedade e refletiram profundamente na educação. A principal mudança em relação à educação foi a universalização do ensino e consequentemente o aumento de matrículas, o que exigiu mudança de

postura, de metodologias do professor e em toda a estrutura educacional. Reitera-se assim, a necessidade no aprofundamento de estudos sobre o referido momento histórico e todos os reflexos destes fatos relevantes para a educação a partir das páginas desse periódico que foi endereçado para profissionais da educação.

Contudo, é importante ressaltar que a análise deste material, assim como qualquer material da imprensa requer cuidado e atenção, para que se perceba o que está impregnado nas entrelinhas do jornal. Sabendo que a imprensa é um meio de socializar informações para as diferentes classes sociais, mas também é uma forte disseminadora de ideologias, principalmente da ideologia dominante. Para que esta análise aconteça de forma satisfatória dois aspectos são imprescindíveis: um olhar crítico do pesquisador e a escolha de um método de pesquisa que dê condições para tal análise. Entende-se que tal método é o Materialismo Histórico, proposto por Marx, ainda no final do século XIX, mas que se faz contemporâneo na medida em que se compreende que o mesmo tem como principal característica estudar o objeto situando-o na sociedade capitalista e assim considerando todas as suas interposições.

O Materialismo Histórico considera essencial na pesquisa, e, portanto na busca do conhecimento, a análise da sociedade e principalmente do homem, enquanto ser social, ponderando a materialidade e a historicidade. Valoriza também o conhecimento, que possa trazer transformações sociais, um conhecimento produzido pelo proletariado e para o proletariado, desprendido da hegemonia burguesa, visto que:

O conhecimento científico adquire, em Marx, o caráter de ferramenta a serviço da compreensão do mundo para sua transformação, transformação que deve ocorrer na direção que interessa àqueles que são os produtores reais da riqueza do homem -os trabalhadores -e que por sua própria condição histórica estão em antagonismo com os detentores dos meios de produção os donos do capital. Por isto, o conhecimento adquire, em Marx, não apenas o caráter de um conhecimento comprometido com a transformação concreta do mundo, mas também com a transformação segundo os interesses e as necessidades de uma classe social, e a despeito da outra. Com essa concepção perde-se, com Marx, a expectativa de se produzir conhecimento neutro, conhecimento que serve igual e universalmente a todos, conhecimento que mantenha o mundo tal como é. (ANDERY 1996, p.420)

Nesta perspectiva, Marx, coloca um novo padrão de se pensar em conhecimento científico, um conhecimento comprometido com as mazelas sociais, onde o ponto inicial é a busca da gênese do ser social e o conhecimento é apenas uma parte da totalidade do ser social e a partir das condições desse ser social é que

se definem os desdobramentos para chegar ao conhecimento. Marx assinala a necessidade de iniciar a investigação de qualquer objeto a partir da totalidade, que para melhor ser analisada deve ser desmembrada em partes que serão exaustivamente examinadas e depois de compreendidas em suas especificidades voltarão para compor a totalidade, que a partir desse momento passará a ter um conceito diferente do inicial, compondo o movimento dialético.

O método marxiano aponta que é necessário partir do real, do concreto, da visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegar a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado às abstrações cada vez mais delicadas, até atingir as determinações mais simples. (MASSON, 2007, p.110)

Outra questão importante no método materialista histórico é situar o objeto estudado dentro de uma realidade, essa realidade é mantida pela estrutura da sociedade capitalista e exige para a análise completa a utilização das categorias definidas por Marx, pois elas dão condições de observar as contradições da estrutura social capitalista. É importante destacar que as categorias não são as mesmas para todos os objetos, e em todas as pesquisas. Mas, que vão sendo definidas durante a investigação. Desta forma, inicialmente, pretende-se usar nesta pesquisa as seguintes categorias: totalidade, contradição e mediação.

A escolha do método, que empregado nesta pesquisa, também, deve-se ao estudo e discussões propostas pelo grupo de pesquisa HISTEDBR- Campos Gerais, que com seu viés crítico proporcionou o entendimento da impossibilidade de estudar e compreender o objeto desta pesquisa, a alfabetização, de forma isolada e desprendido da história. Portanto, o Materialismo Histórico é o método mais coerente para a realização deste estudo, visto que possibilita compreender o objeto dentro de sua totalidade, mas explorando suas especificidades realizando o movimento denominado dialético.

Nesse sentido, o trabalho está alicerçado no olhar crítico e comprometido com o conhecimento que poderá contribuir para a compreensão da problemática deste estudo que corresponde: quais condicionantes têm contribuído para a ineficiência da alfabetização em nosso país? A compreensão desse fato é fundamental, pois tem como efeito o impedimento da conquista do direito de aprender a ler e escrever para uma parte considerável da população, cerca da metade da população conforme demonstram os índices apontados por documentos oficiais. Parte esta da população composta especialmente pela classe trabalhadora.

Para isso, o presente trabalho pretende destacar os interesses contidos no “*Jornal Da Alfabetizadora*”, portanto definiu-se como objetivo geral da pesquisa: Estudar a alfabetização e as ideias liberais, na década de 1980 e 1990, através do *Jornal da Alfabetizadora*.

Originados no objetivo geral, delimitou-se os objetivos específicos:

- contextualizar historicamente o processo de alfabetização, na educação brasileira;
- reconhecer a importância da Imprensa na construção do conhecimento em História da Educação, enfocando o *Jornal da Alfabetizadora*;
- identificar os interesses ideológicos presentes nas páginas do *Jornal da Alfabetizadora*.

Elencados os objetivos, a pesquisa foi iniciada com a preparação de um balanço do estado do conhecimento sobre a imprensa e educação, realizado com base na análise das teses e dissertações defendidas nos programas de Pós Graduação em Educação em História da Educação no país.

Na fase seguinte da pesquisa, foi realizado o levantamento das fontes primárias e secundárias, tendo como objetivo identificar e compreender o contexto histórico e ideológico no qual o jornal se insere. Considerando que os elementos extraídos da análise das fontes levantadas e coletadas nos permitem uma melhor compreensão do objeto estudado, da problemática, bem como contextualizá-lo sócio e historicamente “[...] visto que a base da história de todo homem está no exercício do trabalho, que é determinante do seu desenvolvimento.” (NASCIMENTO, 2004, p.6).

Nesta exposição, como todas do grupo de pesquisa HISTEDBR Campos Gerais-PR, recorrer-se-á aos seguintes recursos gráficos para identificação, do tipo de fonte primária ou secundária. Para as fontes primárias estará sendo utilizada “itálico”. As citações de fontes primárias mantiveram a redação original, sem qualquer atualização ortográfica, e, “[...] sem itálico” para as fontes secundárias (NASCIMENTO, 2004, p.10).

O estado do conhecimento aqui realizado parte das dissertações e teses defendidas no país sobre o tema imprensa e a alfabetização. Este tema foi levantado tomando como base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES)¹. A investigação foi realizada utilizando como descritores

¹ A CAPES é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu em todos os estados do país.

de pesquisa as palavras-chave: IMPRENSA, EDUCAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO nos registros entre os anos 2012 a 2016, foram encontradas oitenta e oito pesquisas que abordaram esses temas. Para melhor compreensão optou-se a organização dos dados obtidos na forma de quadro, seguidos da sua análise.

Quadro 1 - Número real e percentual de pesquisas elencadas a partir dos descritores: Imprensa, Educação, Alfabetização

Ano	Número real	%
2012	9	10,23
2013	16	18,18
2014	14	15,90
2015	17	19,32
2016	32	36,37

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora a partir da Plataforma CAPES.

Conforme observado no quadro 1, o interesse em pesquisar os temas educação e imprensa vem aumentando gradativamente. O que mostra a compreensão, por parte dos pesquisadores, que a imprensa contribui de forma proeminente, principalmente, para as pesquisas que têm como foco a História da Educação. Reconhece-se tanto jornais, quanto revistas como meios de propagação de informações, mas também eficientes meios de registros de acontecimentos sociais, políticos e econômicos que auxiliam na compreensão de fenômenos educacionais, visto que estes estão diretamente vinculados à estrutura social. Devido o interesse pelos veículos de informação ser consideravelmente recentes, esta área oferece muitas oportunidades de pesquisa, é o caso do *Jornal da Alfabetizadora*, fonte primária desta pesquisa, que mesmo sendo um jornal endereçado a educadores e que circulou em pelo menos oito estados, com publicação de cerca de trezentos mil exemplares, ainda não foi abordado por pesquisas na área da educação, configurando esta, uma pesquisa inédita.

No que diz respeito à macroestrutura desta dissertação é composta por três capítulos, os quais buscam realizar a análise da temática proposta e os determinantes que contribuem para a compreensão da problemática.

O primeiro capítulo trata da contextualização histórica, respeitando o método adotado. Inicialmente, caracterizar-se-á o objeto de estudo dentro da materialidade, observando índices que explicitam a problemática real desta investigação. Em seguida, o objeto é observado desde a sua gênese buscando compreender dentro do processo histórico as transformações que contribuíram para seu atual estado.

Nesse caminho, atentar-se-á no período que compreende as décadas de 1980 e 1990, momento que circulou a fonte primária utilizada durante esta pesquisa. Compreendendo que nenhum fenômeno ocorre ou se constitui sem estar inserido dentro de uma sociedade e sofrendo suas influências, também serão abordadas as transformações políticas e sociais acontecidas neste período, tendo como fonte documentos contemporâneos e a imprensa em questão.

Depois de revisitar a história da alfabetização, o segundo capítulo aborda a importância da imprensa para a investigação na História da Educação, seja como fonte ou objeto de pesquisa, tendo em vista que é um instrumento de propagação de informações situadas em um momento histórico e que no decorrer do tempo tornam-se elementos que conduzem à compreensão dos fatos com uma visão de totalidade já que abordam aspectos sociais, políticos e econômicos que se tornaram influentes na constituição da educação de modo geral. Neste momento da pesquisa será realizada a análise do *Jornal Da Alfabetizadora*, fonte primária desta, observando sua origem, sua composição e organização. Frisa-se que nesse capítulo a apreciação do jornal será de ordem quantitativa, pois servirá de fundamentação para a análise qualitativa do terceiro capítulo.

Já o terceiro capítulo considera os princípios liberais transparecidos no jornal e o impacto destes na alfabetização, sobretudo da classe trabalhadora. Para isso traz a discussão reportagens e matérias que compuseram as edições de 28 a 36 do *Jornal da Alfabetizadora*, observando os interesses ideológicos presentes no periódico. Para esta análise, optou-se por observar dois aspectos distintos, mas que se complementam para atender a necessidade do objetivo geral desta pesquisa. São eles: observar os princípios do Liberalismo que estão aparentes ou de modo subliminar nas reportagens. E, ressaltar como as ideias liberais influenciaram pedagogicamente os alfabetizadores e desta forma a alfabetização no país, no período proposto.

Percorrido o caminho especificado, ao final da pesquisa espera-se ter agregado conhecimento no campo da História da Educação, especialmente, em relação ao objeto de estudo da investigação: a alfabetização. A construção desse conhecimento se mediante a compreensão da questão problematizadora da pesquisa

CAPÍTULO I

ALFABETIZAÇÃO, UM DIREITO LEGAL PARA TODOS, NO ENTANTO IRREAL PARA MUITOS

Inicialmente, para melhor compreensão, faz-se necessário o esclarecimento do termo ALFABETIZAÇÃO, que será frequente no texto inicial. Assim, SOARES (1985, p.20) define alfabetização como o “[...] processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e de escrita.” Já o conceito presente no dicionário é: “Ato ou efeito de alfabetizar. Ensinar a ler e escrever.” (FERREIRA, 2001, p.37). Enquanto que o mais recente conceito de alfabetização, presente na Resolução nº07/2018, que legitima o Programa Mais Alfabetização², diz: “Que o estudante, para ser considerado alfabetizado, deve compreender o funcionamento do sistema alfabético de escrita, construir autonomia de leitura e se apropriar de estratégias de compreensão e de produção de textos.”. (BRASIL, 2018, p. 01).

Nos últimos anos, a educação, em especial a alfabetização, vem sendo discutida em grande proporção por pesquisadores e estudiosos em nosso país. Passou, também, a fazer parte de discursos políticos que divulgam e enaltecem programas de políticas educacionais que buscam corrigir problemas educacionais que são evidenciados pelos resultados negativos que o Brasil tem acumulado em diferentes avaliações externas. Essas avaliações externas apontam falhas principalmente nas capacidades básicas de leitura e escrita³, objetos maiores na prática alfabetizadora.

Uma fonte de indicadores educacionais das mais utilizadas internacionalmente são os divulgados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)⁴, que organiza e aplica a cada triênio instrumentos avaliativos sob a forma de amostragem aos estudantes matriculados a partir do 8º ano do Ensino

² O Programa Mais Alfabetização, tem como objetivo fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do Ensino Fundamental. Para saber mais sobre o programa recorrer a Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, disponível em: <http://www.in.gov.br / autenticidade.html>.

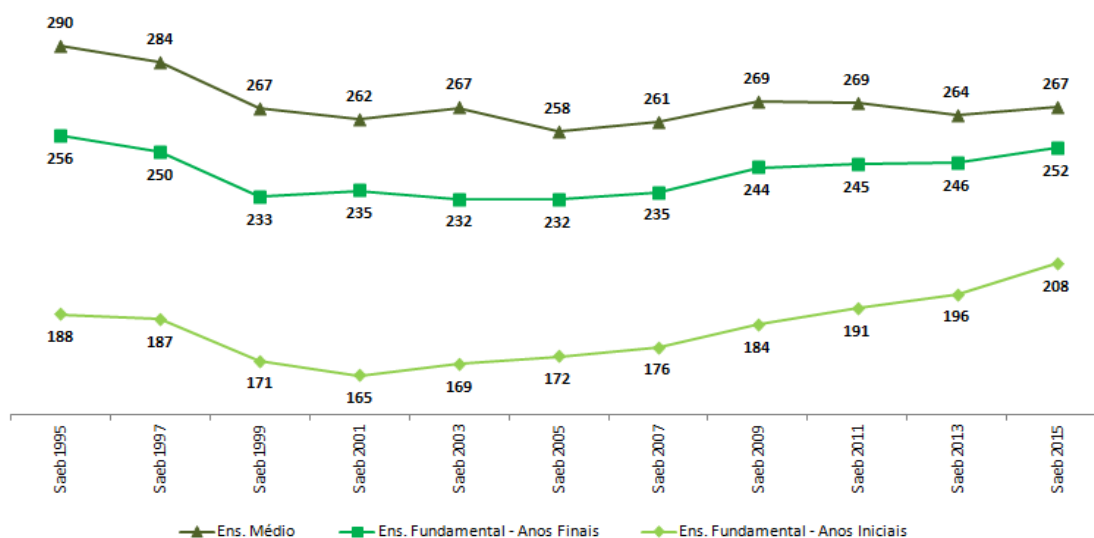
³ Nesta pesquisa, optou-se em abordar especificamente os resultados referentes à leitura dos estudantes, já que é a competência mais exigida nas avaliações externas observadas, como por exemplo a Prova Brasil aplicada nos 5º anos do Ensino Fundamental.

⁴ PISA, ou Programme for International Student Assessment é coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Fundamental. Na última edição, em 2015, foram avaliados setenta países e destes o Brasil ocupou uma posição pouco confortável nas três áreas avaliadas. No que diz respeito à Leitura 59^a posição, Ciências 63^a e Matemática 66^a posição. Segundo o relatório, em leitura, 50,99% dos brasileiros avaliados estão no nível dois, que é o mínimo de conhecimento esperado para exercer a cidadania. É importante colocar que as avaliações externas não podem a partir de testes padronizados julgar a qualidade da educação, no entanto, não se pode desconsiderar que o desempenho dos alunos nos testes vem alertar sobre as lacunas da educação brasileira.

O Instituto Nacional de Educação e Pesquisa e Educação Anísio Teixeira (INEP) organiza e aplica testes em larga escala aos estudantes brasileiros para acompanhar e apurar os resultados da educação brasileira desde os anos iniciais do Ensino Fundamental até as Universidades. Os dados fornecidos por esta instituição podem ser utilizados para elucidar a atual situação da educação em nosso país.

GRÁFICO 1 - Evolução dos Resultados do Brasil no SAEB (1995 A 2015) Proficiência em Língua Portuguesa



Fonte: Diretoria de Avaliação da Educação Básica – DAEB/

Convém salientar, que o gráfico 1 mostra o resultado geral das avaliações de duas décadas, entre os anos de 1995⁵ e 2015, dos três níveis de educação: Anos Iniciais,

⁵ A partir de 1995 o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) possibilitou a comparação dos desempenhos dos alunos ao longo dos anos. Porém, conforme o portal do INEP (2017) a implantação do SAEB ocorreu em 1990 e sua primeira aplicação teve como objetivo conhecer e avaliar o sistema educacional brasileiro.

Finais e Ensino Médio que foram avaliados. Detendo-se nos anos iniciais que mais se aproxima e no qual se encontra o objeto desta pesquisa, explica-se que a avaliação é computada por número de pontos que vão de zero (0) a trezentos e cinquenta (350) pontos divididos em nove (9) níveis ou escalas de proficiência leitora dos alunos avaliados.

Por este gráfico, que foi divulgado oficialmente, é possível obter informações importantes, mostrando, por exemplo, os anos de menor rendimento nos anos iniciais (2001), como também a crescente progressão dos índices durante os anos observados. Desta forma, é um gráfico interessante para apresentar à sociedade e as organizações internacionais, que faz constantes cobranças por melhores resultados na educação brasileira desde o acordo⁶ firmado na Conferência Educação para Todos (1990), realizada em Jomtien na Tailândia.

Cabe lembrar que a Conferência de Jomtien, como ficou conhecida, seguia os parâmetros do Consenso de Washington, que teve como objetivo expandir o Neoliberalismo, principalmente, para os países em desenvolvimento. Sendo assim, da mesma forma que o Liberalismo clássico, via na educação elementar condição necessária para o desenvolvimento econômico dos países, o Neoliberalismo também acreditava que os trabalhadores precisavam de instrução para desenvolver melhor suas funções no mercado de trabalho junto às novas tecnologias.

Nesta perspectiva, a divulgação do referido gráfico tem duplo objetivo, primeiramente demonstrar que os baixos índices apontados até o ano 2005 justifica as dificuldades econômicas do país, assim “a idéia de que o desemprego e o constante adiamento da concretização da promessa de fazer o Brasil ingressar no Primeiro Mundo são consequências da má formação dos trabalhadores” (DUARTE, 2001, p.72) e o segundo, comprovar que os investimentos, as novas políticas educacionais sob comando dos governos neoliberais trouxeram a elevação nos índices da educação brasileira.

No entanto, é necessário um olhar mais cuidadoso, para os índices apontados no gráfico, especialmente, no que estes significaram para a classe trabalhadora, já que a pontuação observada em nível máximo, duzentos e oito

⁶ Durante a referida conferência o Brasil e mais oito países classificados como E-9 assumiram o Compromisso junto a instituições financeiras internacionais de universalizar a Educação Básica e Priorizar o ensino para que o analfabetismo fosse extinto, conseguindo para isso financiamentos Junto ao Banco Mundial e outras instituições. Em contrapartida, para comprovar os resultados educacionais, as avaliações de larga escala passariam a fazer parte das políticas educacionais.

pontos, corresponde ao nível quatro de classificação, que é inferior a metade dos níveis em que a prova é dividida. Relevante, também, é observar que a pontuação demonstrada trata da geral que é definida através da média entre o mais alto nível e o menor nível alcançado entre todos os avaliados. Desta forma, o gráfico omite as disparidades entre os que estão no mais alto nível e aqueles que estão no nível (1) um, que, por conseguinte, não conseguiram obter as condições mínimas de leitores, por isso estão em condições inferiores aos demais para sobreviver na sociedade, inclusive aquém das exigências dos preceitos liberais que afirmam que:

[...] os trabalhadores têm que ter instrução, mas apenas aquele mínimo necessário para participarem dessa sociedade, isto é, da sociedade moderna baseada na indústria e na cidade, a fim de se inserirem no processo de produção, concorrendo para o seu desenvolvimento. (DUARTE, 2001, p.71).

Diante da organização generalizadas das informações no gráfico 1, não é possível saber qual é o número real de brasileiros que não possuem a instrução mínima, ou os conhecimentos mínimos, exigidos pela atual sociedade. Desta forma, optou-se em observar o número de brasileiros que têm domínio da competência leitora, esclarece-se que a escolha da leitura deve-se por ser competência avaliada em todas as avaliações externas, diferentes da escrita que não é avaliada na Prova Brasil, por exemplo. Sobre esta justificativa, para obter uma visão mais específica sobre a condição leitora, um dos objetivos principais da alfabetização, sugere-se o quadro 2 que apresenta informações sobre o resultado das três últimas Provas Brasil (avaliação aplicada pelo INEP, aos alunos do 5ª do Ensino Fundamental).

QUADRO 2 – Resultado da Prova Brasil nos Anos de 2011, 2013 e 2015

		Insuficiente		Básico		Proficiente		Avançado	
Ano	Nº de aval	Nº real	%	Nº real	%	Nº real	%	Nº real	%
2011	2.559.960	588.790	23	1.023.984	40	691.189	27	255.996	10
2013	2.443.581	586.459	24	879.689	36	659.766	27	317.665	13
2015	2.437.948	365.692	15	853.281	35	804.522	33	414.451	17

Fonte: A autora

Nota: Dados disponibilizados no site: www.qedu.org.br/brasil/proficiencia

Para uma análise mais completa é importante compreender o que cada conceito significa em termos de aprendizagem: É considerado nível avançado, o

desempenho além das expectativas para o ano de escolarização, proficiente é o nível de desempenho esperado, já conhecimento básico é o que se compreende por pouco aprendido e insuficiente é considerado quase nenhum aprendido. Uma informação relevante observada no Quadro 2 é quanto ao número de participantes que foi decrescente.

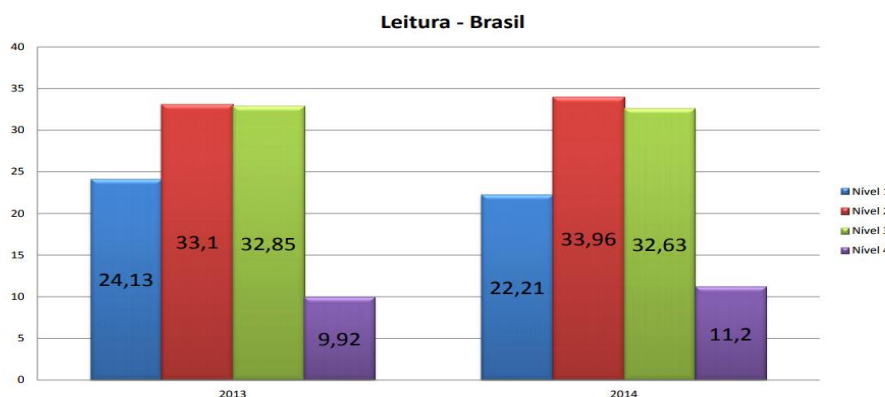
Outro aspecto notado, diz respeito a uma discreta evolução nos índices dos níveis Proficiente e Avançado. No entanto, essa evolução é muito pequena quando se considera o número de estudantes que deixam o quinto ano de escolarização com dificuldades no domínio da leitura. Focando apenas no ano de 2015, em números reais, aproximadamente 365.692 estudantes ao final de cinco anos frequentando as escolas brasileiras obtiveram quase nenhum aprendido em relação à leitura, e, cerca de 853.281 estudantes obtiveram pouco aprendido. A soma desses dois grupos de estudantes resulta 50% do total, ou seja, metade dos alunos matriculados no quinto ano do Ensino Fundamental tem conhecimento de leitura inferior ao esperado e desejável. A cerca disso considera-se o surgimento de dois grupos distintos de indivíduos que reafirmam na atualidade o que se observou desde na história das sociedades de classes, ou seja:

a contradição entre o homem e a cultura, ou melhor, entre a cultura como produto social e sua apropriação privada, configura-se, nos dias de hoje, no fato de que [...] a par de um desenvolvimento sem precedentes nos meios de produção e difusão cultural, aprofunda-se o fosso entre a exigência de generalização da alta cultura e as dificuldades crescentes que as relações sociais burguesas apõem ao desenvolvimento cultural. Em tal situação, a educação burguesa inevitavelmente teve de considerar a cultura superior como um privilégio restrito a pequenos grupos que compõem a elite da sociedade. (SAVIANI, 1997, p. 193).

Para a confirmação da existência dos dois grupos distintos de indivíduos, que são reforçados pela dinâmica do contexto escolar enquanto responsável pela socialização do saber, pode-se recorrer a outros dados divulgados oficialmente como os boletins que registram os resultados da mais recente avaliação em larga escala a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), aplicada aos alunos matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, que corresponde ao final do Ciclo de Alfabetização, a mesma avalia a Leitura, Escrita, Matemática.

Como já mencionado, para a pesquisa se observará apenas os índices que dizem respeito à leitura:

GRÁFICO 2 – Resultados da Competência Leitora, Apontados Pela Ana nos Anos de 2013 e 2014



Fonte: Gráfico disponibilizado no site: <http://portal.inep.gov.br>

Primeiramente, faz-se necessário que se esclareça como se organiza o teste, assim na leitura, o desempenho dos avaliados é classificado de acordo com os níveis de proficiência os quais são progressivos isto é, estão organizados da menor para a maior proficiência. Desta forma, o nível 1 corresponde a leitura de palavras com apoio de imagens; o nível 2, a leitura de palavras frases e textos simples; o nível três, amplia a competência leitora para textos mais complexos, bem como suas finalidades e enfim o nível 4, corresponde a leitura e compreensão de diferentes tipologias textuais e com maior extensão. Pela observação das colunas do gráfico que demonstram o índice de alunos distribuídos nos referidos níveis, já se conclui que os alunos que chegam ao fim do terceiro ano estando ainda no nível 1 e 2 ingressam no grupo dos indivíduos que terá mais dificuldade para manter-se na escola e conseqüentemente na sociedade alimentando a exclusão educacional e social.

Percebe-se, ainda, que os resultados registrados no gráfico 2 são semelhantes aos sinalizados no quadro 2. Ou seja, a composição desta avaliação também têm seus resultados divididos em quatro níveis. E, também é observado que praticamente a metade dos alunos avaliados têm desempenho entre os níveis 1 e 2, portanto concluem o Ciclo de Alfabetização conseguindo ler palavras e apenas textos simples e de pequena extensão. Ou seja, tanto o quadro 2 que mostra resultados da Prova Brasil, como o gráfico 2 dos resultados da ANA mostram que a metade da demanda avaliada com conhecimentos abaixo do esperado para o ano de escolarização em relação a leitura. Essa comparação permite compreender que as falhas no processo de alfabetização perseguirão os alunos por toda a sua vida

escolar e contribuem para a manutenção dos dois grupos de indivíduos, que apesar de viverem na mesma sociedade, nunca terão as mesmas oportunidades.

Esse fato é mais impactante quando se faz uma análise mais profunda e transforma-se os índices em números reais, por isso sugere-se a observação do quadro 3:

QUADRO 3: Comparativo dos Resultados da Ana 2013, 2014 e 2016

	2013		2014		2016	
	Participantes: 1.131.566		Participantes: 2.141.161		Participantes: 2.206.625	
	Número real	%	Número real	%	Número real	%
Nível 1	273.046	24,13	475.551	22,21	479.720	21,74
Nível 2	374.548	33,1	727.138	33,96	727.965	32,99
Nível 3	371.719	32,85	698.660	32,63	712.298	32,28
Nível 4	112.251	9,92	239.810	11,2	286.640	12,99

Fonte: A autora

Nota: Dados organizados a partir de dados disponibilizados nos sites: <http://portal.inep.gov.br> e portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36188

Sobre o quadro 3, observam-se informações sobre as três edições da avaliação ANA, o número de participantes⁷, o número real e os índices distribuídos pelos níveis de classificação dos avaliados. Ao que se nota, as alterações foram discretas e que o desempenho dos alunos não coloca a educação, em especial a alfabetização, numa situação confortável.

Percebe-se que apesar do Brasil assumir, desde a década de 1990, o posicionamento de acompanhar quantitativamente a educação através de resultados dos diferentes testes padronizados, aplicados sobre a égide das políticas educacionais, os resultados não têm sido alterados. Ou seja, a utilização destes que deveria servir para intervir na educação fazendo que esta atingisse mais brasileiros possibilitando a apropriação do conhecimento, não tem passado de um instrumento de controle do Estado. Isto é, o Estado através da pressão por bons resultados faz com que dirigentes modifiquem propostas curriculares para que privilegiem conteúdos que serão cobrados nos testes, dobrando-se as exigências do Estado regulador. Desta forma, trabalha-se nas salas de aula o “[...] básico, o mínimo, mas, no cenário dos testes, o básico está sendo entendido como máximo. Assistimos,

⁷ O número de participantes é inferior aos das demais edições, devido a aplicação das áreas em dois grupos. Grupo 1: Matemática e escrita e Grupo 2: Matemática e Leitura. Nas demais edições, todos os participantes realizaram atividades de: Matemática, Leitura e Escrita.

desse modo, a implementação de um currículo pautado no básico”. (MENEGÃO 2016, p.652).

Ainda assim, com conteúdos limitados, básicos, na observação do quadro vê-se pelo resultado da ANA (2016) que 1.207.685 alunos, (54,73%), não conseguem atingir nem esse mínimo. E, por conseguinte, terão cada vez mais dificuldades já que sem a apropriação da leitura torna-se impossível sobreviver na sociedade da informação. Desta forma, o Estado faz da educação um meio para reforçar as diferenças econômicas entre as classes, e, a escola, por sua vez, tem deixado de cumprir sua função, enquanto local onde se transmite o saber sistematizado para as gerações mais novas e assumido uma postura classificatória e excludente, onde menos da metade dos alunos conseguem aprender um conteúdo que é considerado mínimo para o cidadão, a leitura. Os demais prosseguem sua vida a margem do conhecimento, a margem da sociedade.

Contudo, entende-se que a educação, a alfabetização, a escola que temos hoje, com suas características, sua organização, métodos, práticas e principalmente suas dificuldades, foi constituída aos poucos durante toda a trajetória histórica, sofrendo influência de fatos, sobretudo, políticos e sociais que ultrapassaram os muros da escola, refletiram grandemente na formação dos cidadãos. Nesta perspectiva, mais que observar resultados é imprescindível uma revisão da trajetória da alfabetização em nosso país para que se perceba onde os vazios tomaram o espaço da aprendizagem para que se possa vislumbrar uma evolução nesse cenário, não somente em índices, mas sobretudo na qualidade da educação, na qual essa “[...] transmita aqueles conhecimentos que, tendo sido produzidos por seres humanos concretos em momentos históricos específicos, alcançaram validade universal e, tornam-se mediadores indispensáveis na compreensão da realidade social[...].”(DUARTE 2001, p31).

1.1 REVISITANDO A ALFABETIZAÇÃO, DA SUA ORIGEM AO SÉCULO XX

[...] a nossa (de Marx e dele) concepção de história é, sobretudo, um guia para o estudo [...] É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc. que lhes correspondem (MARX – ENGELS, 2010, p.107).

A partir desse princípio, compreende-se a necessidade de contextualizar o objeto da pesquisa, a alfabetização e buscar na história dos homens e das sociedades elementos que auxiliem no estudo e, por conseguinte no entendimento do mesmo, uma vez que o conceito por si é vazio, é abstrato. É necessário considerar as condições materiais que constituíram o conceito do objeto, partindo de “premissas que não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais e delas só na imaginação se pode abstrair.” (MARX E ENGELS 2009, p23).

Nessa perspectiva, propõe-se uma retomada da história da alfabetização, enfatizando o período referente ao século XX e XXI. Essa retomada pretende que seja de forma integrada à história sociopolítica e econômica. Já que a alfabetização é uma parte da educação, e esta, estado e sociedade estão de tal forma interligados, sendo impossível estudar qualquer um deles de forma isolada. Tal tentativa deixaria a pesquisa rasa e fragmentada.

Primeiramente, cabe lembrar que qualquer tentativa de estudar história necessita compreender que ela é constituída por homens, suas relações e necessidades em diferentes tempos. Ou seja, não se pode pensar em história de um objeto sem relacioná-lo com a existência humana e social. Desta forma, para iniciarmos o estudo:

[...] temos que começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens tem de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer, beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora para ao menos manter vivos. (MARX E ENGELS, 2009, p.40)

É nesses termos, na busca de satisfazer suas necessidades, primeiramente, as imediatas, e entendendo que supridas estas, novas necessidades surgirão, e o homem por sua vez também buscará satisfazê-las, que o mesmo passou a ter consciência sobre a produção, sobre o seu trabalho, tanto na apropriação da natureza, quanto na objetivação. Este fato o fez com que se distinguisse dos outros animais. Isto é, na capacidade de planejar o trabalho e na construção de instrumentos que o auxiliassem na produção e na satisfação de suas necessidades. No entanto, “[...] isso não significa que a objetivação se reduza à produção de objetos físicos. A objetivação também resulta em produtos que não são objetos

físicos, como a linguagem, as relações entre os homens, o conhecimento etc”. (DUARTE, 2011, p.152). Esclarece-se então, que:

A linguagem é tão antiga quanto a consciência, - a linguagem é a consciência real prática que existe também para outros homens e, que portanto, só assim existe também para mim; e a linguagem só nasce como consciência da necessidade, orgânica do intercâmbio com outros homens. (MARX, 2009, p. 44)

Diante desta afirmação, entende-se a linguagem como um instrumento criado pelo homem para suprir suas necessidades, sobretudo nas relações sociais. “[...] um instrumento é não apenas algo que o homem utiliza em sua ação, mas algo que passa a ter uma função que não possuía como objeto estritamente natural, uma função cuja significação é dada pela atividade social.” (DUARTE, 2011, p.152). Como outros instrumentos a linguagem passou por processos de evolução e surgiram novas modalidades como a escrita. Isto é a utilização de símbolos ou signos, primeiramente elementares que auxiliaram o homem no registro de informações. Portanto, no momento em que a vivência humana tornou-se mais complexa, quando o homem percebeu-se controlando rebanhos e os possuindo precisou de algo que o auxiliasse, principalmente na contagem.

Da mesma forma que os demais instrumentos, os símbolos também sofreram modificações e foram convencionados socialmente com o nome de alfabeto. O domínio e a utilização desses símbolos socialmente convencionados, pelo homem, significa estar alfabetizado. E, é nesse ponto que se faz a conexão entre a objetivação e o objeto da pesquisa, a alfabetização. Ou seja, da mesma forma que o homem criou instrumentos (objetos físicos) para auxiliá-lo e para facilitar na transformação da natureza em suas atividades materiais também ocorreu com a escrita, que mais tarde tornou-se língua escrita, uma parte do processo de alfabetização, ou como autores colocam, um conteúdo da alfabetização. Desta maneira, do mesmo modo que as “[...] ciências físicas, a história, a literatura, a alfabetização também tem um conteúdo: a língua escrita e espera-se que de posse do conhecimento da relação entre o oral e a escrita, o aprendiz seja capaz de ler”. (BARBOSA, 1991, p28). Logo, a história da alfabetização é atrelada à história da escrita.

A utilização da linguagem, sobretudo da escrita, foi fundamental na medida em que as relações humanas tornaram-se mais complexas, principalmente no aspecto econômico, com o surgimento do comércio e do transporte de mercadoria. É

importante advertir a respeito da relação intensa entre o domínio desta, mesmo que num sistema muito rudimentar, e as condições do homem de viver e se relacionar socialmente e, principalmente obter êxito economicamente.

Observa-se esse aspecto, principalmente, quando o modo de produção comunal foi superado pela sociedade dividida em classes. Aprender a língua escrita passou a fazer parte da educação, mas uma educação diferente da vivenciada nas comunidades, baseada na transmissão de conhecimentos básicos de sobrevivência. Esta deixou de ser suficiente e uma educação com conhecimentos mais elaborados tornou-se uma necessidade.

No entanto, foi nesse momento que a educação assumiu a posição de instrumento de elitização e ao mesmo tempo de exclusão dos sujeitos. Assim, nota-se a contradição no processo, já que sendo a língua escrita algo criado pelo homem, não serviu e não pertenceu a todos os homens. Aquilo que poderia contribuir para a formação e para a emancipação do sujeito já que “[...] é um dos meios através dos quais o indivíduo pode construir seu conhecimento, pois sabendo ler, ele se torna capaz de atuar sobre o acervo de conhecimento acumulado pela humanidade.” (BARBOSA, 1991, p28), não passou de algo pertencente apenas à classe dominante.

Esse fato seguiu o curso da história e das civilizações desde os períodos mais remotos até nossos dias, em especial, com a educação institucionalizada, quando dois modelos de educação foram apresentados e pautados na divisão de classes sociais, que originaram a escola:

A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho. A primeira modalidade de educação deu origem à escola. A palavra escola deriva do grego e significa, etimologicamente, o lugar do ócio, tempo livre. Era, pois, o lugar para onde iam os que dispunham de tempo livre. (SAVIANI, 2007, p.155).

Nesta perspectiva, que se observa que a educação sistematizada desde sua origem foi elemento que contribuiu para os pertencentes da classe dominante que a ela tiveram acesso, oportunidade de se reafirmarem socialmente e da mesma forma aos da classe dominada que tiveram acesso negado ficaram a margem do conhecimento e, por conseguinte, mais dificuldade de reivindicar seus direitos, mantendo-se na condição de explorado.

Com o desenvolvimento da humanidade, alguns feitos contribuíram para a necessidade cada vez maior de apropriar-se da leitura e da escrita. Um desses fatos foi a multiplicação dos livros a partir da invenção de Gutemberg, que fez com que as obras que eram restritas a um pequeno grupo, quase que exclusivamente do clero, fossem reproduzidas em escala comercial. Esse feito despertou em muitos homens abastados e, principalmente da classe social que surgia com força, a burguesia, o desejo de conhecer pela leitura o conteúdo destes livros e também utilizar desse conhecimento em prol da sua atividade principal que era o comércio. Desta forma, esse momento histórico avançou em relação à propagação da alfabetização, também devido a influência da Reforma Protestante que incentivava a instrução. Foi significativo o aumento de pessoas alfabetizadas, no entanto, ainda era uma condição restrita aos abastados economicamente, esse privilégio não chegava à classe trabalhadora.

No Brasil, até a chegada dos jesuítas em 1549 a educação conhecida era apenas a transmissão dos meios para sobrevivência, hábitos e costumes transmitidos às gerações mais novas pelas gerações mais velhas, distante dos parâmetros da educação institucionalizada conhecida na Europa. Só a partir da instituição do “[...] Governo Geral, que Tomé de Souza fundou Salvador para ser a capital. Era constituído o governo geral e os jesuítas passariam a trabalhar na catequização dos indígenas e na promoção da educação dos filhos da elite rural”. (FRANCISCO F. 2004, p.20).

A educação brasileira viveu sob a dominação da igreja católica representada pelos padres da Companhia de Jesus por mais de dois séculos. Esse tempo confiou aos jesuítas uma das mais fortes influências na educação brasileira. Durante esse tempo, “os jesuítas voltaram as costas para a modernidade, buscando prevalecer a hegemonia católica contra o ataques da Reforma protestante.” (Saviani, 2010, p. 59). Desta maneira, o maior objetivo era conquistar novos fieis para a igreja católica, assim, a ênfase foi mais a catequese que a educação.

Os jesuítas foram expulsos do Brasil e de todo o território português em 1759, até aí a educação brasileira não viveu grandes alterações. O ensino era realizado de modo conservador com uma metodologia e um currículo determinado pelo Ratio Studiorum⁸ ignorando a evolução científica observada na Europa. No

⁸ Para aprofundar o estudo sobre o método citado recorrer a Aranha, 2006, p. 136 a 138.

entanto, o dito fracasso do formato da educação jesuítica não é o fator determinante da expulsão dos jesuítas e a extinção do ensino por eles administrado, mesmo sendo um forte argumento presente nos discursos das autoridades. Como se nota no preâmbulo do Alvará de 28 de junho de 1759 que por determinação do rei decide o fechamento dos colégios jesuíticos,

[...] é feita uma crítica incisiva ao estado lastimável em que se encontra o “estudo das letras humanas” por obra dos jesuítas, cujo método é taxado de “escuro e fastidioso”; pois, após oito, nove e mais anos perdidos nas miudezas da gramática e destituídos das verdadeiras noções das línguas latina e grega, não era possível falar e escrever nessas línguas com a mesma facilidade e pureza que se tem feito familiares a todas as outras nações da Europa que aboliram aquele pernicioso método. (SAVIANI, 2010, p.83).

O que se presencia pela primeira vez na história da educação brasileira, mas não pela última, é a presença de manobras políticas e ideológicas influenciando as decisões na área da educação. Decisões essas, que quase em via de regra, interrompem, modificam e quase nunca acrescentam na qualidade educacional, em especial na educação da classe trabalhadora. É relevante dizer, que a educação jesuítica somava muitas lacunas, principalmente pela organização que se mostrava “elitista e universalista”, como critica SAVIANI (2010, p.8). De modo que, ora atendia aos filhos da elite com o ensino das “letras”, ora atendia os nativos com a catequização e a supressão da cultura dos indígenas.

No entanto, o governo não tinha um plano consistente para substituir a educação jesuítica, o que faz entender que a preocupação do governo não era com a educação. O que realmente influenciou a expulsão deles foram dois motivos políticos. O primeiro foi o fato da Cia de Jesus ter acumulado uma grande riqueza material com o imposto o qual haviam acordado no início da colonização. O segundo motivo foi a posse do ministro de Portugal Marques de Pombal, que trouxe como proposta a ‘reforma pombalina’. A reforma trazia ideias iluministas defendendo a educação como responsabilidade do Estado e não mais da igreja, com um método de ensino menos punitivo e laico. O currículo deveria contemplar aulas de línguas modernas, aritmética, geometria e ciências naturais. Essas ideias revelam o teor liberalista da proposta, já que o marquês defendia as ideias iluministas e por sua vez as liberais. Observava-se então, que essas propostas inovadoras eram vantajosas apenas para a classe dominante que podia custear sua educação através de preceptores, o restante da população não teve acesso, pois as dificuldades do Brasil colônia nunca permitiu sua concretização. Assim, o que foi proporcionado foram as

aulas régias que consistia em aulas avulsas, ministradas muitas vezes nas casas dos poucos professores e que foram insuficientes para suprir a demanda atendida pelos padres. Portanto, por muito tempo, a educação brasileira viveu uma lacuna, a herança deixada pelo Brasil colônia, foi uma educação elementar parca com poucas escolas, cuja atividade se restringia à instrução elementar: ler, escrever e contar.

Em 1822, houve a independência política do Brasil com isso a educação passou a ser responsabilidade do governo geral, visto que a “(...) promoção do homem se dá por meio da educação, segundo os ideais das lideranças políticas da Independência.”(NASCIMENTO, 2004, p 37).

Atendendo aos citados ideais, a lei determinou a criação de escolas de educação elementar em todas as cidades e vilas. Para cumprir a lei, as poucas escolas usavam como estratégia para ensinar o maior número de alunos por um custo reduzido o Método Mútuo⁹. A implantação do método mútuo ocorreu na forma de manobra para satisfazer a inquietação de alguns liberais que faziam algumas exigências como o fim da escravatura, à oferta da educação para a população brasileira, já que o fortalecimento da industrialização exigia o preparo da população através da instrução para atuar no mercado de trabalho e necessitava também de trabalhadores remunerados e não mais escravos.

Contudo, o que se observa pelo relato do liberal Rui Barbosa em 1882, é que no Período Imperial a educação nunca foi uma prioridade, a julgar pela distribuição dos recursos, “[...]o Estado do Brasil, consagra a esse serviço apenas 1,99% do orçamento geral, enquanto as despesas militares nos devoram 20,86%.” (SAVIANI, 2010, p.167). Resumidamente, no Período Imperial a educação não saiu do campo das discussões e debates que não chegaram a um meio para diminuir o analfabetismo da população e,

A lei que estendia a instrução à “população inferior”, ao mesmo tempo, não assegurava que o coletivo da população tivesse esse direito. A classe dominante mantinha a contradição, que instituía a obrigatoriedade da instrução para todos, até para os que residiam nos mais distantes lugarejos, sem oferecer as condições necessárias para a concretização do propósito da lei. (NASCIMENTO, 2004, p.39)

Observa-se que as medidas tomadas foram de ordem paliativa como a importação de métodos. Porém, soluções verdadeiramente, encontradas por países

⁹ Método de ensino, copiado do pedagogo inglês Lancaster, onde os colegas que tinham mais Conhecimento ensinavam aos demais sob a supervisão de um único professor. Para saber mais sobre o método buscar SAVIANI, 2010.

do Ocidente, para universalizar o ensino e acabar com o analfabetismo, como a implantação do Sistema Nacional de Educação foram ignoradas “[...]as consequências desse fato projetam-se ainda hoje, deixando-nos um legado de agudas deficiências no que se refere ao atendimento das necessidades educacionais do conjunto da população.” (SAVIANI, 2010, p168).

Com a Proclamação da República, a política brasileira alternou presidentes oriundos dos estados de Minas Gerais e São Paulo, estabelecendo a conhecida política café com leite. Essa prática de alternância de presidentes entre os paulistas produtores de café e os mineiros produtores de leite visava manter o poder sempre nas mesmas mãos e com isso manter a mesma ideologia. Nesta perspectiva, é desnecessário acrescentar que a administração política continuava favorecendo os latifundiários e a elite brasileira. Na área educacional, não houve grandes modificações, os investimentos continuavam no ensino superior e no secundário para preparar os estudantes para o superior, privilegiando assim, apenas a classe dominante que tinha condições de concluir sua formação. Portanto, a maioria da população continuava na escuridão do analfabetismo ou submetia-se à educação elementar ofertada em poucas instituições, quase sem condições devido à falta de investimentos. Esse pensamento ficou explícito na primeira Constituição Republicana que designou aos estados, a responsabilidade com a educação elementar.

Nesse processo, alguns estados propuseram algumas reformas. O estado de São Paulo foi pioneiro em propor reformas na instrução pública. Iniciou com a Escola Normal, pensando na formação de professores a partir de métodos e técnicas importados da Alemanha. Seguindo a ordem das reformas, em 1892, pela primeira vez a escola primária esteve no foco da proposta e considerando a dificuldade para a administração em manter as pequenas escolas isoladas que ainda funcionavam aos moldes do Império, o governo reuniu várias delas, num mesmo prédio e esse fato marcou o surgimento dos grupos escolares.

Esse modelo de organização foi reproduzido por outros estados de forma gradativa, iniciando pelo Paraná e Maranhão (1903), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte (1908), Santa Catarina (1911). Os grupos escolares passaram a ser organizados no regime seriado e os alunos distribuídos nessas séries pelo nível de conhecimento. O ensino primário passou ter quatro anos. Na questão pedagógica, os conteúdos eram trabalhados de forma simples e progressiva,

utilizando a memorização. A autoridade do professor foi ressaltada, podendo aplicar castigos ou premiar alunos, trazendo a meritocracia para o contexto escolar, características da Escola Tradicional. O Método Intuitivo¹⁰ também foi marca nesse novo modelo da educação elementar.

Ressalta-se que ainda assim, a educação elementar não teve o caráter universalista. E, apesar do discurso colocar como um grande avanço educação em instituições, o número de grupos escolares era insuficiente para atender toda a população. Tornando-se mais um privilégio para a classe dominante, observa-se então, uma grande característica liberal que amortece a maioria da população com medidas que nada mais são do que ludibriações que fazem a classe dominada acreditar que tem as mesmas condições da classe dominante (educação pública) e por isso pode vir a ascender socialmente chegando a um dia pertencer à classe dominante. Todavia, se esse fato não acontecesse o dominado compreenderia que a culpa pelo fracasso foi do próprio, já que lhe foi ofertado educação gratuita. Deste modo, o modelo de educação que se apresentou para favorecer a eficiência no ensino primário, representou a incidência da repetência nos anos iniciais, devido aos condicionantes que levavam a camada popular a somar dificuldades que impediam de aprender, “[...] no fundo, era uma escola mais eficiente para o objetivo de seleção e formação das elites. A questão da educação de massas populares ainda não se colocava.”(SAVIANI, 2010, p.175).

Em 1920, diante de uma realidade onde mais da metade da população entre 7 e 12 anos estava fora da escola e imbuído pelos princípios republicanos, que colocavam a instrução popular como um dever, Dória¹¹ coordenou a reforma de ensino que instituiu a escola primária com a primeira etapa de duração de dois anos, visando a universalização da alfabetização. É importante, ressaltar que essa forma de organização escolar veio sancionar o pensamento liberal, de que a instrução ainda que rudimentar é necessária para a preparação dos cidadãos para melhor atuar no mercado de trabalho, na política e na sociedade. Assim, considerando a demanda social que contava com o fim da escravidão e a chegada dos imigrantes, propor um ensino de dois anos “alfabetizando” a massa popular seria tornar dócil o

¹⁰ Para aprofundar o estudo sobre o Método Intuitivo, recorrer a Saviani, (2010, p 138 a 141).

¹¹ Antônio de Sampaio Dória (1883 / 1964) foi um político, jurista e educador brasileiro. Foi Diretor-Geral da Instrução Pública (1920-1924), coordenou várias reformas de ensino.

trabalhador e moldá-lo produtivo. Ou seja, observa-se no “bojo da sociedade brasileira do início do século XX, após ser reconhecido legalmente o direito à educação escolar, preconizava-se à população uma preparação mínima para instrumentalizá-la a fim de servir aos interesses do capitalismo”. (ZANLORENZI, 2014, p.93).

Na década seguinte, 1930, foi marcada por significativas mudanças na área política e econômica. A industrialização avançou nos centros urbanos e com isso o modelo de aristocracia rural, começou a sentir seus efeitos. Muitos dos latifundiários passaram a investir também na indústria. Outro efeito foi a ruptura da política café com leite, que não atendia aos interesses do grupo que agora estava em ascensão, a burguesia industrial e comercial. Concomitante a esses efeitos, foram disseminados os pensamentos marxistas e anarquistas, trazidos em grande parte pelos imigrantes, fundou-se então o Partido Comunista.

Nesse clima de renovação, um movimento armado originado no sul do país, destituiu o então presidente Washington Luís. Nesse momento, Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório, que se tornou Constitucional em 1934. Esse período não foi de tranquilidade política e contou com revoluções de segmentos políticos, que foram contidos ou derrotados por Vargas, que tinha uma característica muito particular, sabia conquistar aliados de diferentes setores econômicos e diferentes partidos políticos, o que lhe permitiu ficar conhecido como “pai dos pobres e mãe dos ricos”. No que diz respeito à educação, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, hoje MEC, e foi nomeado o Sr. Francisco Campos como titular. Durante sua gestão, criou o Conselho Nacional de Educação (CNE) sob o decreto nº 19.850. Quanto à educação elementar, continuou com quatro anos de duração, sem alterações. Nesse contexto, o movimento econômico trouxe a industrialização e o crescimento urbano, já

para a educação, o momento histórico tornava imperiosa a necessidade de mudar. Eliminar o analfabetismo passou a ser palavra de ordem; era preciso preparar o trabalhador urbano para o concorrido mercado de trabalho. O sistema de ensino existente era para atender a elite e não respondia às aspirações do momento. As mudanças feitas nos rumos da educação em 1930, ainda, refletiam as contradições entre o antigo e o moderno. No entanto, passou a ter uma relação direta entre o crescimento urbano e as taxas da alfabetização e de escolarização. (FRANCISCO F. 2004, p. 86)

Nesse sentido, numa comparação com o Período Imperial, puderam-se observar avanços no que diz respeito ao analfabetismo, apesar das tentativas de mudança na educação, propostas pelo governo, terem sido apenas para satisfazer a

necessidade da classe dominante que necessitava de mão de obra apta para operar as máquinas das indústrias.

Diante desta situação, torna-se evidente que a organização da instituição escolar estatal foi realizada com base nos interesses da classe burguesa, que não considerava as necessidades das classes populares. Entretanto, em sua forma ideológica, o maior projeto do Estado burguês, no início da República foi a criação de escolas para dar instrução ao povo. A educação nos discursos oficiais aparece como uma ação beneficiadora para todo o povo e como solução para os problemas que impediam o progresso do país. (NASCIMENTO, 2004, p.76).,

Contudo, o que se ofereceu como proposta significativa de mudança não partiu do Estado e sim da Associação Brasileira de Educação (ABE¹²) que, em 1932, propôs o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional¹³, sugerindo ao Estado a organização de um Plano de Educação que contemplasse a escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, depois de realizar muitas conferências. Ressalta-se que os intelectuais que formularam o Manifesto traziam como marco a inovação na educação através dos princípios da Escola Nova.

A Escola Nova foi um movimento de crítica ao ensino Tradicional, até então ministrado nas escolas brasileiras e resquício da educação confessional. Portanto, os escolanovistas foram bastante combatidos pelos representantes da igreja católica. Essa proposta de educação trouxe um modelo que se acreditava mais adequado a necessidade de democratização que se propagava. Desta maneira, o pedagógico deveria trazer o respeito à personalidade do educando, na qual a relação entre professor e aluno fosse marcada pelo respeito e não pelo medo. O conhecimento deveria ser conquistado pelo aluno e não depositado pelo professor, haveria mais liberdade de pensar, pesquisar e menos imposição de conteúdos que nem sempre eram compreendidos pelo aluno e não saíam da memorização e decoreba. “Concluiu-se que o conhecimento capaz de influenciar significativamente o educando deve ter o caráter de uma conquista pessoal. Algo que requeira atividade, participação e energia do aluno.” (COTRIM, 1988, p39 apud FRANCISCO, 2004, p112).

Porém com o discurso suficientemente encantador e convincente, o que os escolanovistas fizeram foi implantar uma proposta de ensino que privilegiava o

¹² Associação Brasileira de Educação, organização fundada em 1924 para reivindicar medidas concretas para solucionar os problemas da educação junto às autoridades.

¹³ Para maior aprofundamento sobre esse documento e seus intelectuais, consultar Saviani, 2010, p.193 a 254.

pensamento e os interesses dominantes, trazendo para as salas de aula um modelo que pregava a aprendizagem a partir do interesse, da experiência numa realidade onde os estabelecimentos públicos de ensino ainda nem eram suficientes para atender a população, muito menos contavam com recursos materiais como laboratórios ou bibliotecas, nesta perspectiva não há como conceber um ensino inovador, que desperte o interesse dos alunos.

Dessa forma, pregando a construção do conhecimento e não a transmissão do conhecimento, “a educação escolar passou a ter como objetivo formar indivíduos predispostos a aprender qualquer coisa, desde que aquilo a ser aprendido mostre-se útil ao processo de adaptação do indivíduo à vida social, isto é, ao mercado.” (DUARTE 2001, p197). Nesse aspecto, nota-se na proposta escolanovista, uma desvalorização da escola enquanto local onde se socializa o conhecimento e da figura do professor que passa a ter a função de incentivador dos alunos, o que configura o esvaziamento do papel da escola e o desmerecimento do professor, afastando cada vez mais a classe dominada do conhecimento que pode agregar na sua vivência contribuindo na luta contra a exploração dos dominados. Diferente desse pensamento, Saviani, (1999 p.60) coloca que:

O papel do professor é o de garantir que o conhecimento seja adquirido, às vezes mesmo contra a vontade imediata da criança, que espontaneamente não tem condições de enveredar para a realização dos esforços necessários à aquisição dos conteúdos mais ricos e sem os quais ela não terá vez, não terá chance de participar da sociedade. É nesse sentido que digo que quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática ela foi, e quando menos se falou em democracia, mais ela esteve articulada com a construção de uma ordem democrática.

Concluindo essa fase que se estendeu até 1945, o Ministro Gustavo Capanema, no ano de 1942 promoveu algumas mudanças, especialmente no ensino técnico profissional. Interessante sobre esta reforma, é que “[...]os cursos técnicos passaram a ter duração de três ou quatro anos e o curso pedagógico para formação de professores passou a ser de um ano de estudos;” (FRANCISCO F. 2004, p.89). A reflexão que se faz em torno dessa Reforma é sobre o desmerecimento da formação docente em relação aos demais cursos técnicos. Qual a qualidade se espera na atuação de um profissional que tem uma formação aligeirada de um ano? Mesmo conhecendo as dificuldades em superar o analfabetismo, que reforçava o abismo entre a classe dominante e a dominada, a reforma demonstrou a despreocupação do governo, que legalizou uma formação rasa para profissionais responsáveis pela alfabetização do país. Assim, entende-se que o Estado, representante da burguesia,

não tinha interesse em oferecer educação de qualidade para a população, então a formação docente também não precisava de qualidade. Na visão do Estado, o importante era investir em formação de profissionais que contribuísse para o desenvolvimento da nação à curto prazo, ou seja profissionais que os economistas já chamavam “produtivos”, isto é, o que na íntegra do significado do vocábulo é o profissional que faz um produto, que pode ser comercializado e com isso contribui para a economia do país.

Esta fase, conhecida como Era Vargas, foi marcada por conflitos políticos tanto externos como é o caso da Segunda Guerra Mundial, quando os brasileiros combateram como aliados dos Estados Unidos, quanto internos. Esses conflitos ocuparam a pauta do governo, relegando a educação para um plano inferior. Internamente, desde o ano de 1940, percebia-se uma forte agitação de vários setores e lideranças que fundaram partidos políticos e clamavam pela democratização do país. Diante das pressões e não percebendo outra saída, em 1945, Vargas assinou o ato adicional convocando eleições diretas e a formação da Assembleia Nacional Constituinte. Neste mesmo ano, o referido presidente foi deposto pelos militares e Dutra assume, rompendo relações com a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) e extinguindo o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Exercendo um governo com base nos pensamentos liberais.

Com a facilidade que tinha em conquistar aliados, Vargas, voltou ao poder vencendo as eleições de 1950. Nesse novo mandato, o presidente, voltou à prática populista, no entanto, a perseguição aos adversários era uma prática oculta. O governo teve fim com a morte de Vargas em 1954.

Até a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956, a presidência do Brasil teve três presidentes. Juscelino governou até 1961 com feitos como a construção de Brasília e a vinda da indústria automobilística para o Brasil, seu lema era “Cinquenta anos em cinco”. Jânio Quadros foi seu sucessor, mas diante de algumas atitudes, tornou-se impopular e renunciou no mesmo ano em que assumiu. A presidência foi assumida por seu vice João Goulart, considerado um socialista. Com reflexo da divisão do exterior entre o capitalismo dos Estados Unidos e o Socialismo da URSS, os conflitos internos foram aumentando e em nome da democracia e das boas relações com os Estados Unidos, os conservadores na figura dos militares

depuseram o presidente Jango, em 1964, o fato ficou conhecido como Golpe Militar¹⁴.

Nesse conturbado contexto político e social, pouquíssimo se fez pela educação. Como já foi dito, diante de tantas conturbações a educação esteve num plano muito inferior na pauta dos governantes. Prova disso é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4024/61 que foi enviada ao Congresso como projeto de lei, em 1948, e só passou a condição de Lei em 1961, depois de treze anos. A referida Lei trouxe em seus artigos o anseio democrático conjugado às aspirações Escolanovistas. E, além da estruturação do ensino em Pré-primário, Ensino Primário, Ensino Secundário e Ensino Superior acrescentou pouquíssimo, principalmente no que diz respeito à educação elementar, destinada as massas, quando comparada a Reforma Capanema. Essa Lei foi fortemente criticada pelos conservadores católicos que não aceitavam a laicidade do ensino.

Portanto, a educação democrática que se pregou e os métodos novos defendidos pelo grupo de intelectuais escolanovistas que colaboraram na elaboração da Lei não pertenceram a toda a população, e sim a um grupo seletivo da sociedade. Sabe-se que o país não tinha estrutura material ou profissionais preparados para trabalhar com a nova teoria. As condições educacionais do Brasil eram muito inferiores aos países da Europa e dos Estados Unidos onde essa proposta educacional originou-se. Somente poucas escolas privadas frequentadas pela elite podiam oferecer a estrutura exigida (laboratórios para experimentação, bibliotecas para pesquisa) para o sucesso da proposta educacional.

E hoje nós sabemos, com certa tranquilidade, já, a quem serviu essa democracia e quem se beneficiou dela, quem vivenciou esses procedimentos democráticos no interior das escolas *novas*. Não foi o povo, não foram os operários, não foi o proletariado. Essas experiências ficaram restritas a pequenos grupos, e nesse sentido elas se constituíram, via de regra, em privilégios para os já privilegiados, legitimando as diferenças. Em

¹⁴ É o como ficou conhecido o conjunto de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 e que culminaram no dia 1º de abril com o encerramento do governo do presidente democraticamente eleito João Goulart. Os militares brasileiros favoráveis ao golpe são defensores do regime instaurado em 1964. Esse regime caracterizou-se como autoritário e nacionalista, politicamente alinhado aos Estados Unidos. O regime militar durou até 1985. Estudos recentes defendem a ideia de que o golpe, assim como a ditadura que se seguiu, não deve ser considerado como exclusivamente militar e sim civil-militar, já que o golpe obteve apoio de outros segmentos da sociedade como os grandes proprietários rurais, a burguesia industrial. Também de grande parte das classes médias urbanas (aproximadamente 35% da população total do país) e o setor conservador e anticomunista da Igreja Católica. Para aprofundar sobre esse acontecimento político brasileiro, recorrer a: 1964 – O golpe, Flávio Tavares, 2014. L&PM Editores.

contrapartida, os homens do povo (o povão, como se costuma dizer) continuaram a ser educados basicamente segundo o método tradicional, e, mais do que isso, não só continuaram a ser educados, à revelia dos métodos novos, como também jamais reivindicaram tais procedimentos. SAVIANI, 1999, p.59)

Neste período, no que diz respeito a educação da classe operária, contou com campanhas de educação e alfabetização, sobretudo de adultos. Essas campanhas tinham o intuito de reparar o problema que atingia o Brasil, o grande número de analfabetos. É importante destacar que até este momento da história brasileira “era considerada alfabetizada a pessoa que sabia apenas escrever seu nome. Em meados de 1940, era considerado alfabetizado quem conseguisse ler e escrever, por exemplo, um simples bilhete.” (Silva, 2007, p. 20 apud Pain). Sob este conceito de alfabetizado e com o intuito de aumentar o número de eleitores com a classe trabalhadora, por julgar ser mais fácil de conquistar votos desta classe, já que a condição para se tornar eleitor era estar alfabetizado, o Estado passou a organizar movimentos para promover a alfabetização por meio de uma concepção de educação instrumental, isto é, não era uma educação que tinha a intenção de “provocar rupturas para a superação dos reais problemas sociais e estruturais da sociedade brasileira, como a concentração de renda e de terras” (SOUZA, 2012, p 21). Muitas dessas campanhas tinham leigos como professores e “[...] a ‘fabricação’ de eleitores restritamente alfabetizados tornou-se uma prática utilizada para garantir a manutenção dos privilégios das classes detentoras do poder político econômico e social vigentes desde os meados da década de 1940”. (PEREIRA, 2008. p40).

Num contexto, em que a classe operária além de explorada economicamente pela classe dominante é manipulada numa situação eleitoral pelos grupos políticos, ficou conhecido o educador Paulo Freire¹⁵, que ganhou destaque, ao apresentar num fórum de educação o relatório da campanha educacional por ele liderada pelo no estado de Recife. A diferenciação de tal campanha deveu-se principalmente pelo fato do educador reconhecer que o analfabetismo é uma consequência da crise econômica e social em seu estado. Diferente, do ponto de vista do governo e da classe dominante, que via “o analfabetismo como causa e não como efeito do escasso desenvolvimento brasileiro, privando o país de participar das ‘nações de cultura’”. (CUNHA, 1999,

¹⁵ Paulo Reglus Neves Freire, foi um educador, pedagogo e filósofo pernambucano nascido em 1921. Para saber mais, recorrer a Souza, 2001. Paulo Freire: Vida e Obra.

p.9). Outro fator relevante da Campanha de Alfabetização de Freire, diz respeito ao método proposto que alfabetizava e conscientizava o cidadão no aspecto político e social. Ou seja, a alfabetização, nesse conceito deixava de ser apenas a decodificação automática de códigos ou símbolos, em que na maioria das vezes as atividades propostas não tinham o mínimo sentido para o educando. O referido método consistia na investigação e utilização de temas geradores, trazendo uma concepção dialógica de educação, onde esta serviria como “processo de conscientização, emancipação e libertação, trazendo a importância do sujeito no mundo e na sua transformação.” (SOUZA, 2012, p 21).

A contribuição do educador para a educação brasileira trouxe a concepção dialógica de alfabetização para adultos, que se preocupava com o estudo de conhecimentos com significado sociocultural, como superação da alfabetização instrumental, onde era oferecido ao aluno, apenas, conhecimentos tradicionais, assim, segundo o autor:

Alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. [...] Implica uma auto formação da qual pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto. Por isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, apenas ajustado pelo educador. Isso faz com que o papel do educador seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhes os meios com os quais possa se alfabetizar. (FREIRE, 1989, p. 72)

Contudo, pode-se dizer que a situação política e social dos primeiros anos da década de 60 foi favorável a educação e refletiu na aprovação da LDB 4024/61, percebida como a mais democrática propiciou uma notável movimentação e discussões em torno de uma ideologia contra hegemônica. A educação popular, mesmo que através de campanhas promovidas por diversos grupos, desde religiosos a sindicais contribuíram para a cultura e a consciência do povo.

Todavia, no ano de 1964 com o Golpe Militar, muitos desses movimentos de campanha sobre a educação e cultura foram desativados por serem considerados subversivos, permanecendo apenas o Movimento de Educação de Base da igreja católica (MEB) e, ainda assim tinha suas ações monitoradas, desta maneira,

[...] a alfabetização e educação das massas adultas pelos programas promovidos a partir dos anos 1960 aparecia como um perigo para a estabilidade do regime, para preservação da ordem capitalista. Difundindo novas ideias sociais, tais programas poderiam tornar o processo político incontrolável por patê dos tradicionais detentores do poder e da ampliação

dos mesmos poderia até provocar uma reação popular importante a qualquer tentativa mais tardia de golpe das forças conservadoras. (PAIVA, 1987, p. 259)

O Brasil entrava, neste momento, num período de retração, em todos os segmentos: político, social, cultural e que influenciou fortemente a educação. As ações da população eram vigiadas, e, se ultrapassassem aos limites impostos pelo governo, tinham punições que iam da perseguição, à prisão, o exílio ou até o desaparecimento que culminava com a morte. Outra atitude do governo foi a atuação através de Atos Institucionais e decretos que praticamente anulavam a Constituição de 1946. O Poder Executivo foi fortalecido, enquanto o Legislativo tornou-se frágil. Criou-se a Lei de Segurança Nacional e o Serviço de Informações. No âmbito socioeconômico, a distribuição de renda era muito desigual, favorecia uma pequena parte da população, enquanto os trabalhadores tinham seus salários cada vez menores. Com a atuação praticamente nula dos sindicatos e associações, pela proibição do direito de greve e pelas contínuas represálias não havia nenhum tipo de manifestação.

Nesse contexto, Paulo Freire, que até então havia liderado campanhas de alfabetização de adulto com o propósito de também promover a conscientização dos trabalhadores passou a ser visto como uma ameaça e foi preso por setenta dias acusado de traição ao governo. Sua prisão foi seguida de exílio a Bolívia e por conseguinte ao Chile por cinco anos para o Movimento de Reforma Agrária da Democracia Cristã e para a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. Freire foi reconhecido internacionalmente, porém só retornou ao Brasil em 1980. (SOUZA, 2001).

Culturalmente, a censura foi imposta e programas de rádios e televisão passaram a ser monitorados, da mesma forma o teatro e o cinema passou a ser alvo de perseguição e muitos artistas, jornalistas, locutores foram deportados sob a acusação de agitação contra o regime político e o governo, entre outros, líderes que foram presos, torturados e desaparecidos. Os brasileiros calaram-se diante da ditadura e sua violência. Esse período da história do Brasil ficou conhecido como anos de chumbo.

Quanto a educação, as ações do governo autoritário refletiram fortemente sobre a mesma. Uma destas ações foi tornar ilegal a União Nacional dos Estudantes (UNE). Os grêmios estudantis também passaram a ser controlados tornando-se

apenas centros cívicos e ficando sob a responsabilidade do professor da disciplina de Educação Moral e Cívica. Mesmo tornando-se uma instituição ilegal, a UNE passou a agir clandestinamente.

No entanto, o governo também não recuava e em 1968 criou o Ato Institucional nº5 (AI-5) que retirou as garantias individuais públicas e privadas, delegando ao Executivo total soberania, em seguida sancionou o decreto nº 477 que proibiu qualquer tipo de manifestação política no interior das instituições de ensino, por parte de professores, alunos e funcionários.

Conforme se observou, nesse contexto controlador e repressor já não havia lugar para uma Lei de Diretrizes e Bases com características de liberdade e democracia, assim a 4024/61 já não era conveniente para o governo que passou a introduzir alterações na educação por meio de decretos até chegar a Lei 5540/68 para o ensino universitário e a Lei 5692/71 para o 1º e 2º grau. A educação passou a ser vista como uma possibilidade de inserir o Brasil no sistema de capitalismo segundo o modelo internacional. A educação configurou-se a partir do modelo empresarial, ou seja, baseado na racionalização, tendo como maior objetivo adequar a educação às necessidades e as exigências da sociedade, que no momento vivia o ápice da industrialização. Dessa maneira a tendência tecnicista entrou nas escolas brasileiras, implantando uma nova forma de compreender a educação.

Dentre as dificuldades observadas nesse novo modelo de educação destaca-se a excessiva demanda de preenchimento de registros, tornando-a demasiadamente burocrática e reduzindo o professor a um técnico executor de tarefas organizadas por técnicos em planejamento. Os princípios filosóficos e psicológicos dessa tendência foram pautados no Positivismo e no Behaviorismo, que se traduz na ênfase da ciência e do treino do comportamento. Ou seja, a mudança do comportamento do aluno a partir do treinamento desenvolveria as habilidades necessárias para se tornar um sujeito eficiente, pouco crítico, e, portanto mais produtivo na sociedade. Isso tudo se traduziu pela mecanização do ensino e do sujeito. Agir sem refletir sua ação, desta forma seria mais fácil controlar as atividades e o que se estava trabalhando dentro das instituições de ensino. Vale destacar que essa mudança de metodologia prevaleceu nas escolas públicas.

Importante, também, é ressaltar que essa mudança educacional brasileira que marcou o período ditatorial teve apoio, inclusive, na ordem do financiamento de

organizações internacionais como a USAID¹⁶. Com isso, a mudança realizada veio carregada de ideologias estadunidenses, e destas a marca mais evidente é a reafirmação do capitalismo, fato esse possível de se observar nas três colunas que regeram a reforma do ensino: educação e desenvolvimento, educação e segurança, educação e comunidade. A educação passou a ser vista como condição para assegurar mão de obra qualificada e, por conseguinte condição para o desenvolvimento econômico do país. Desta maneira, investir na educação seria investir no desenvolvimento do Brasil.

Para tanto, a educação desde o ensino elementar deveria capacitar para determinadas atividades práticas. Assim, a estrutura do ensino sofreu modificações tornando-se obrigatoriedade oito anos de ensino, passando a formar um único bloco o antigo primário, que tinha duração de quatro anos, e, o ginásio de também quatro anos. Desta forma, os exames de admissão até então obrigatórios foram descartados. No mesmo padrão, houve a aglutinação dos cursos técnicos e o ensino secundário. Considerando para o ingresso apenas a conclusão da série anterior. O ensino, em especial o secundário, passou por adequações curriculares que dividiu a grade curricular em educação geral e específica para habilitação profissional. As habilitações eram projetadas para cada região brasileira, conforme a necessidade da determinada região. Faz-se necessário destacar que todas essas modificações aconteceram para atender o objetivo do governo de desenvolvimento econômico, bem como a expectativa da classe dominante em relação à educação explicito no primeiro artigo da Lei 5692/71:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971)

Contudo, o interesse do governo em profissionalizar por meio da educação contava com um entrave significativo. No ano de 1960, a taxa de analfabetismo no Brasil chegava 39,35% da população com mais de quinze anos, isso significa que um terço da população não era capaz de ler, escrever e contar. Configurando um problema para se qualificar profissionalmente. Tentando minimizar essa dificuldade,

¹⁶ USAID é a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. Para conhecer os Acordos firmados entre a referida agência e o MEC recorrer as obras: A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano (1982); Ted Goertzel, MEC-USAID: Ideologia de Desenvolvimento Americano aplicado à educação superior brasileira (1967); Márcio Moreira Alves, O beabá dos MEC-USAID (1968).

no ano de 1967 foi instituído o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) para alfabetização de adultos, com o intuito de aproximá-los da expectativa trabalhadores mais qualificados na operação de máquinas na indústria e até na agricultura.

No documento, denominado MOBRAL, Sua Origem e Evolução (1973), o problema do analfabetismo é colocado como algo comum em todo o mundo e o movimento pela alfabetização é descrito de forma a exaltar o movimento tanto pela sua qualidade, funcionalidade e baixo investimento:

Mas a alfabetização de milhões de pessoas por ano representa, por certo, movimento sem precedentes em nossa História. O MOBRAL tem sido o responsável por esse movimento, graças à conjugação do apoio do Governo Federal com a ampla adesão das comunidades à causa da erradicação do analfabetismo. O lema "Você também é responsável" parece ter mobilizado toda a população brasileira no sentido de levar o conhecimento da leitura, da escrita e do cálculo às classes menos favorecidas e aos rincões mais afastados do país.

Entre setembro de 1970 e setembro de 1973, 4,9 milhões de adolescentes e adultos aprenderam a ler e a escrever nos cursos do MOBRAL, e o programa custou apenas um terço do que seria orçado pelos critérios internacionais. (BRASIL, 1973 p.3).

Esse foi o maior movimento de alfabetização de jovens e adultos já realizado no país com abrangência em praticamente todos os municípios brasileiros. Durou quinze anos com aproximadamente três mil técnicos e cento e vinte mil voluntários. E, apesar de ter sido tão exaltado, o Mobral foi uma estratégia pensada por um governo repressor, as orientações, a metodologia e até os materiais didáticos do MOBRAL eram esvaziados de teor crítico. Pelo contrário, o material trazia a ideologia militar, o controle, e a manutenção da ordem, cuidando para que o governo fosse mantido e até idolatrado.

O regime ditatorial estava escondido e estampado em cada página dos livros, cartilhas e de outras publicações que conduziram a educação nesse período. Através desses materiais, o ensino estava sendo guiado junto às intencionalidades do Governo. Veneração aos heróis nacionais, patriotismo, civismo, exaltação ao governo, eram mensagens incutidas nas entrelinhas de cada um dos materiais didáticos. (SANTOS, 2014, p.5-6)

No entanto, o resultado não foi exatamente o divulgado inicialmente e ao seu final o Brasil ainda contava com 25,45% de analfabetos, e muitos outros ainda em condição de analfabetos funcionais.

Em geral, o período de ditadura somou prejuízos na educação brasileira visto que mais uma vez a educação foi utilizada e manipulada pelos interesses dos governantes que por sua vez representam os interesses da burguesia, como já afirmou Marx, no século XIX. Os trabalhadores novamente assistem seu direito

mínimo de instrução tornando-se mais um elemento de construção do abismo entre a classe dominante e a dominada. As reformas propostas impunham para as escolas públicas um ensino aligeirado, hegemônico, mecanicista e, portanto tornando a classe trabalhadora cada vez mais alienada. Na estrutura material, não houve investimento suficiente e por isso faltavam escolas para atender a obrigatoriedade de oito anos e a profissionalização almejada não se concretizava por falta de profissionais especializados. Já a classe dominante continuava frequentando escolas privadas que ofereciam uma educação de preparo para vestibulares, garantindo pela educação a elitização intelectual para a elite econômica.

1.2. ALFABETIZAÇÃO, AVANÇOS E RETROCESSOS DA CONTEMPORANEIDADE

Com a proposição de um novo subtítulo não se pretende fragmentar a história da educação e da política do Brasil, e sim enfatizar e aprofundar o estudo da alfabetização no recorte histórico proposto nesta pesquisa, década de 1980 e 1990, momento em que circulou o *Jornal Da Alfabetizadora* fonte primária desta pesquisa. Para isso, pretende-se observar os principais marcos legais, bem como a influência de órgãos estrangeiros e alguns programas que estiveram presentes nas duas décadas citadas e contribuíram para a constituição da atual educação e, por conseguinte da alfabetização.

Como já assinalado no texto anterior, o período de ditadura no Brasil somou várias medidas que contribuíram para a estagnação do campo educacional. A tendência pedagógica tecnicista cuidou mais uma vez dos interesses da burguesia, representada de forma autoritária pelo governo ao formar trabalhadores de caráter mecanicista aptos a operar máquinas e, portanto trabalhadores produtivos na indústria. Em contrapartida, em nada contribuiu para uma formação que viesse a dar condições aos trabalhadores de perceberem sua situação de explorados. Somado a isso, observa-se no ano de 1970, um acúmulo de 33,01% de analfabetos que, numa sociedade capitalista, pautada nos princípios liberais, não teriam nem condições de ser um trabalhador produtivo.

No que diz respeito à política, o final da década de 1970 foi marcado pela abertura política desencadeada pelo esgotamento do regime militar violento e dos seguidos assassinatos acontecidos que desencadearam diversos protestos públicos.

No ano de 1979, a Lei 6683 concedeu anistia aos perseguidos e refugiados do regime militar. Da mesma forma, a mesma lei concedeu anistia aos participantes do governo que eram acusados de tortura e perseguição. Esta lei favoreceu a volta de muitos intelectuais exilados e encorajou a retomada de partidos políticos, movimentos sociais, organizações e associações, que contribuíram fortemente para a volta do debate, inclusive na área educacional.

Desta forma, a década de 1980, mesmo o governo estando sob o controle dos militares mostrava um caminho mais curto para a chegada da democracia. Iniciando esse processo, ainda no ano de 1980, foi aprovada a eleição direta para governadores e deputados. No entanto, a eleição para a presidência, em 1985, aconteceu conforme o determinado na Constituição de 1967, ou seja, de forma indireta, tendo sido eleito Tancredo Neves, que foi da bancada parlamentar dos militares. O presidente eleito acabou por não assumir, devido a doença seguida de morte, assumindo assim seu vice José Sarney. O governo de Sarney foi de muita turbulência financeira, a inflação, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que no início do governo em 1985 era de 224%, ao final do governo chegou em 1.764%, esse fato tornou a condição de vida dos trabalhadores ainda mais caótica com a alta dos preços e achatamento dos salários.

Na ordem política, o Congresso Nacional passou a Assembleia Constituinte e a elaboração da nova Constituição que se tornou a pauta principal, sendo promulgada em 1988. Durante o processo de elaboração, vários segmentos da sociedade desde latifundiários até religiosos tentaram acordos para garantir seus interesses a partir da Carta Magna. Apesar de ser conhecida como “Constituição Cidadã”, deixou muitas lacunas no que diz respeito aos direitos dos cidadãos trabalhadores.

Em se tratando de educação, pode-se dizer que na década de 80 as iniciativas governamentais foram praticamente nulas, mesmo contabilizando o percentual de 25,45% de analfabetos. Os avanços foram marcados pela volta das discussões e debates sobre a situação educacional do país pelos intelectuais que acabavam de sair dos cursos de pós-graduação, recém-instalados no Brasil, outros voltavam do exílio e agora se sentiam mais a vontade, já que as perseguições políticas tinham sido finalizadas.

Essas discussões, geralmente, originavam-se das organizações que haviam sido criadas com o intuito de repensar os caminhos da educação brasileira, a

exemplo disso cita-se a Associação Nacional de Educação (ANDE), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o Centro de Estudos e Sociedade (CEDES). Além da criação dessas associações que organizavam revistas e periódicos direcionados aos educadores, também, acrescenta-se como um avanço para a educação a criação de associações e sindicatos, que no decorrer desta década, organizaram protestos e greves reivindicando melhorias na educação, melhores condições de trabalho e valorização dos profissionais de educação. Agregado a essas reivindicações, outro importante passo foi dado, ou seja, passou-se a pensar numa educação voltada à classe trabalhadora. Contrariando todo tipo de proposta educacional instalada ao longo da história da educação brasileira, contrária aos interesses da classe dominante, uma educação contra-hegemônica.

O que se observa, no entanto, é que na década posterior esses avanços no pensamento de uma educação contra-hegemônica sofreu uma brusca quebra em sua continuidade. As bases políticas nacionais e internacionais iniciaram a propagação da ideologia neoliberal que ganhou força no Consenso de Washington¹⁷ e tornou-se forte na América Latina e em especial no Brasil, iniciando com a posse do presidente Fernando Collor de Mello, tendo continuidade com Itamar Franco. Porém, o terreno tornou-se mais fértil principalmente depois da posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995. A década de 1990 viveu a ascensão dos governos neoliberais e as reformas educacionais movimentaram os países latinos americanos, motivadas por eventos organizados internacionalmente como é o caso da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizada em Jomtien, organizada pela UNESCO¹⁸, no ano de 1990.

A referida Conferência defendia o direito de todos à educação, entendendo a educação como uma solução para o combate à pobreza e necessidade para o

¹⁷ Consenso de Washington é o resultado das discussões do encontro ocorrido na cidade de Washington, em 1989. Esse encontro foi convocado pelo Institute for International Economics, sob o nome de "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", e seu objetivo era traçar o caminho a ser seguido pelos países da América Latina visando ao desenvolvimento, porém pautado no pensamento neoliberal. Mais tarde, as orientações tornaram-se obrigações para os países subdesenvolvidos negociarem suas dívidas junto ao Banco Mundial e o FMI. Algumas das orientações diz respeito ao corte de gastos com funcionários, reforma fiscal e tributária, privatização de empresas estatais, entre outras. Disponível em: mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm

¹⁸ UNESCO, "United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization" (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) é um organismo da ONU que foi fundado em 1945.

desenvolvimento das nações. Os participantes que somaram mais de 1500 oriundos de 150 países comprometeram-se em colaborar para que o objetivo proposto pela conferência fosse atingido. É importante acrescentar que o documento elaborado a partir da conferência, denominado Declaração de Jomtien, está em concordância com as diretrizes traçadas pelo Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), entre outros. Desta forma, das recomendações estabelecidas na citada declaração também está em conformidade com o Consenso de Washington e algumas palavras estão bastantes presentes em ambos os documentos: reforma, estado, educação, todos, equidade, descentralização, privatização, solidariedade, liberdade.

A liberdade é a característica mais forte do pensamento liberal, que na década de 1980 ressurgiu com algumas particularidades em uma nova nomenclatura: Neoliberalismo. Assim, faz-se necessário destacar algumas diferenças e semelhança entre este e o Liberalismo clássico:

Enquanto o liberalismo clássico representa uma concepção negativa do poder do Estado, no sentido de que o indivíduo era tido como um objeto a ser libertado das suas intervenções, o neoliberalismo acabou por representar uma concepção positiva do papel do Estado, ao criar o mercado apropriado, pois fornece as condições, leis e instituições necessárias a seu funcionamento. No liberalismo clássico, o indivíduo é caracterizado como tendo uma natureza humana autônoma e podendo praticar a liberdade. No neoliberalismo, o Estado procura criar um indivíduo que seja um empreendedor, ousado e competitivo. (...). Na troca do liberalismo clássico para o neoliberalismo, então, há um elemento a mais, pois tal troca envolve uma mudança na posição do sujeito, de *homo economicus* – que se comporta naturalmente a partir do interesse próprio e é relativamente separado do Estado – para o homem manipulável – é criado pelo Estado e continuamente encorajado a ser responsivo perpetuamente. Não significa que a concepção do sujeito interessado por si próprio seja substituída, ou destruída, pelos novos ideais do neoliberalismo, mas que em uma era de bem-estar universal, as possibilidades perceptíveis de uma preguiçosa indolência criam as necessidades de formas novas de vigilância, fiscalização, avaliação de desempenho e, em geral, de formas de controle. Nesse modelo, o Estado toma para si a função de nos manter a todos acima da nota. (...). (OLSEN, 1996, p.340. apud: APPLE, 2005, p.37-38).

Essas palavras tornaram-se presentes de forma explícita e também subliminar em vários documentos formulados na década de 1990, como é o caso da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), demonstrando a influência do pensamento neoliberal propagado por estes órgãos internacionais e imposto aos países subdesenvolvidos que se viram atrelados a eles por necessidade de assistência econômica. Esses países foram induzidos a organizar ações que eram

contrárias aos interesses da maioria da população, a classe trabalhadora, e beneficiavam, apenas, a minoria, a burguesia. Em toda essa situação o que se nota é que a educação que poderia ser utilizada como espaço de luta para a emancipação da classe trabalhadora, foi a primeira que sofreu com Leis e reformas pautadas nos interesses do governo que representa a burguesia.

Sobre isto, uma análise de fragmentos da LDB 9394/96 que tratam da organização da educação e especialmente da Educação Básica, a qual faz parte o objeto de estudo desta pesquisa, comprova a influência neoliberal nas reformas educacionais, na legislação desta década e a sua perene presença no interior de nossas escolas.

Art. 2º . A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos **princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana**, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º . O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - **igualdade** de condições para o acesso e permanência na escola;

II- **liberdade** de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

(...)

IV- respeito à **liberdade** e apreço à tolerância;

V- **coexistência de instituições públicas e privadas de ensino**;

(BRASIL, 1996, grifos da pesquisadora)

Já no segundo e terceiro artigo, ainda na primeira página da Lei observa-se a presença da palavra **liberdade** por três vezes. Em relação ao artigo terceiro, já no parágrafo primeiro, merece uma reflexão em torno de um discurso bonito e sedutor próprio do Liberalismo: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;” esse parágrafo vem complementar os artigos 205 e 206 da Constituição de 1988 que coloca a obrigatoriedade do ensino e a universalização. No entanto, nos termos ao que se registra na LDB 9394/96 subentende-se que todo cidadão terá direito de matricular-se e frequentar a escola concluindo com êxito, e, se por ventura isso não acontecer foi desmerecimento do cidadão, já que a Lei garante igualdade a todos. Esse discurso próprio do Neoliberalismo culpabiliza o cidadão desconsiderando todos os condicionantes que muitas vezes levam ao fracasso escolar e a evasão.

No mesmo pensamento Neoliberal, observa-se o incentivo a privatização do ensino, tornando cada vez menor a responsabilidade do estado, diminuindo gastos para os governos: “Art. 7º. O ensino é livre à iniciativa privada...” Da mesma forma acontece com o artigo 8º que promove a descentralização do poder, onde a União delega aos estados e municípios a responsabilidades pelos diferentes níveis de

escolarização, essa proposta também é contemplada na Declaração de Jontien. “Art. 8º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.”

Aspecto importante, que refletiu, especialmente no aspecto da qualidade na alfabetização, foi referente a organização do ensino, que segundo a LDB, pode obedecer diferentes formatos, conforme o Art. 23. Este artigo fundamentou muitas propostas já iniciadas por alguns estados brasileiros da implantação de Ciclos e também da Progressão Continuada¹⁹:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.(BRASIL, 1996)

Para completar este rápido apanhado sobre a LDB 9394/96 e a influência do pensamento Neoliberal imposto pelo Consenso de Washington e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, cita-se o último fragmento desta lei na qual se admitiu a concordância do país com esta ideologia assumindo o compromisso com o cumprimento das metas proposta:

§1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (Idem e ibidem)

Tornou-se então legal, em termos de educação, a ideologia Neoliberal e toda a sua consequência, principalmente diante dos alunos oriundos da classe trabalhadora, que ao entrar na escola já se encontram em condições muito inferiores, no que se refere ao capital cultural em relação aos alunos da classe dominante. E, que a partir desse momento, começam a sofrer todas as consequências da meritocracia, da concorrência e de inovações pedagógicas que na maioria das vezes levaram à exclusão e evasão escolar.

O que se propôs com este capítulo foi contextualizar historicamente a educação e, por conseguinte a alfabetização. Através desta retomada histórica observou-se que estar alfabetizado, dominar a leitura e a escrita é uma necessidade para que os homens possam exercer e lutar por seus direitos. No entanto, em todos os tempos esse domínio não foi mais que um privilégio, algo elitizante que serviu aos interesses da classe dominante e potencializou o abismo entre essa e a classe

¹⁹ Esses dois termos serão abordados com ênfase e esclarecimento no 3º capítulo dessa dissertação.

trabalhadora, que tem se conformado com uma educação precária ofertada pelas escolas públicas, a qual tenta se manter com os poucos recursos e com a falta de uma política educacional eficiente e voltada para a educação dos trabalhadores.

Conclui-se este primeiro capítulo, que propôs um estudo buscando na história elementos que contribuíram para a constituição da alfabetização que se tem hoje, assim, compreender que tudo se forma e se transforma num movimento dialético. Observando desde a gênese da alfabetização até o final da década de 1990 que a alfabetização não serviu de instrumento para a manutenção da estrutura da sociedade. O presente capítulo também colaborou para a fundamentação do o próximo capítulo que apresentará a imprensa e o *Jornal Da Alfabetizadora* como mais um instrumento difusor do pensamento hegemônico, contextualizando-o historicamente.

CAPÍTULO II

2. A IMPRENSA ESCRITA COMO INFORMADORA E FORMADORA

Várias são as formas e os meios de pesquisar a educação e a História da Educação. Essas possibilidades vão desde os materiais específicos e os documentos oficiais que compreendem o universo escolar até os materiais que ultrapassam os muros escolares, como por exemplo, a imprensa.

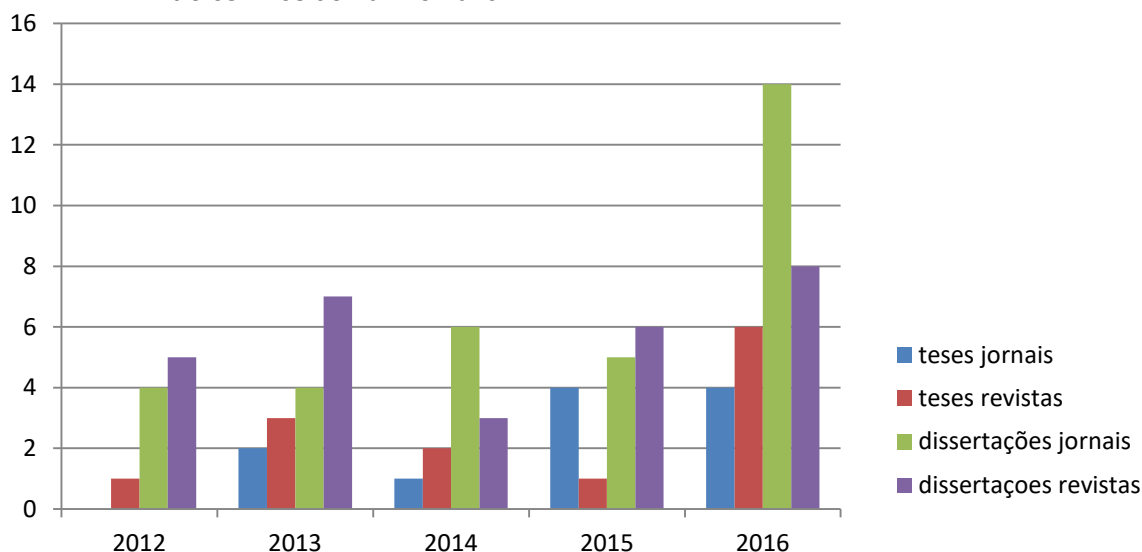
A respeito disso, reconhece-se a importância da imprensa como instrumento nas pesquisas nas áreas da educação e História da Educação, visto que registra fatos e acontecimentos políticos e sociais que servem de fundamentos para a compreensão da educação. Em uma análise mais cuidadosa das notícias e reportagens também é possível observar a ideologia propagada entendendo que a neutralidade é descartada em qualquer tipo de imprensa. Desta forma, através da imprensa torna-se possível a análise das várias determinações do objeto de pesquisa e as contradições que permeiam a realidade, bem como amplia os horizontes desta análise.

O jornal é um exemplo bem específico de fonte histórica [...]. Hoje é sabido que um órgão de imprensa está sempre defendendo posições, querendo formar opiniões, através de uma venda de informações. É justamente isso que permite ao historiador detectar a posição político-ideológica do jornal, o que pensam de política e que visão da realidade que têm os proprietários ou diretores do jornal, ou melhor, o grupo social que eles representam. (BORGES, 1985, p.58).

Por essa razão a utilização da imprensa, especialmente, a imprensa escrita tem sido crescente, em pesquisas na área da História da Educação, como mostrou o quadro 1 disposto na introdução deste trabalho. É necessário esclarecer que a imprensa escrita é dividida em segmentos e suportes. Os segmentos dizem respeito ao meio de circulação e o público alvo, já o suporte diz respeito ao material em que é efetuado o registro, no caso da imprensa escrita: jornais e revistas.

Independente de segmentos ou suporte, a contribuição da imprensa nas pesquisas é inquestionável. Para elucidar a presença desta em pesquisas científicas realizadas nos cursos de pós-graduação e registradas na CAPES organizou-se gráfico 3:

GRÁFICO 3 - Resultado do Levantamento das Pesquisas Relacionadas a Imprensa e Educação Entre os Anos de 2012 e 2016



Fonte: A autora

Nota: informações coletadas no banco de dados da CAPES

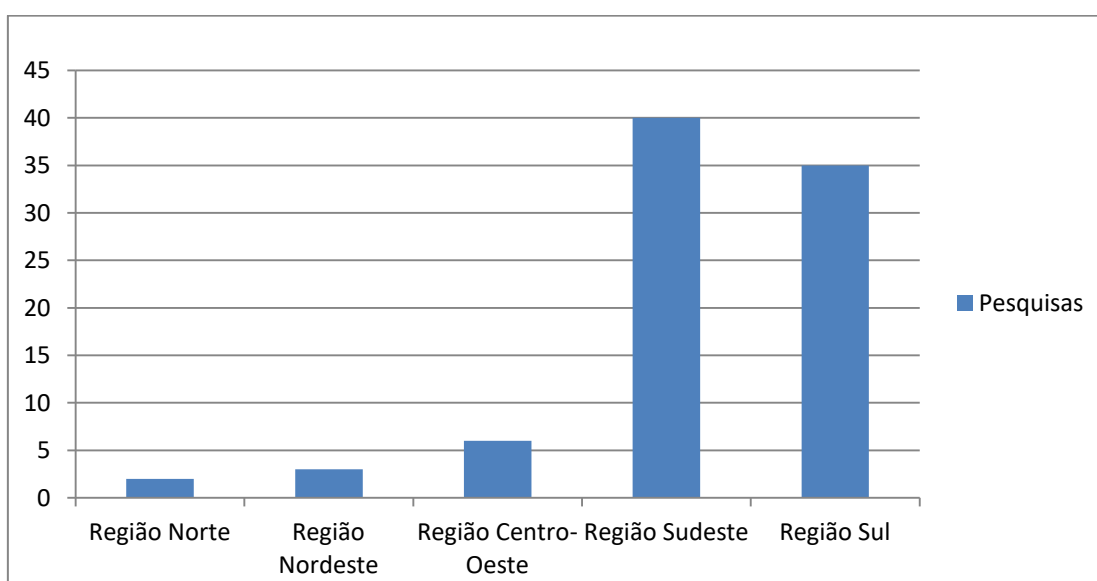
As informações que compuseram o gráfico 3 foram extraídas durante a investigação do estado do conhecimento para a pesquisa em questão, em consulta ao banco de dados da CAPES. Faz-se necessário acrescentar que para tal investigação foram utilizados os indexadores IMPRENSA, EDUCAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO, a fim de aproximar a busca do objeto principal pesquisado. Desta forma, o número de pesquisas que se referem a imprensa e educação pode ser ainda maior, se a seleção dos descritores optar por outras palavras-chave.

O referido gráfico traz a classificação das pesquisas registradas no quadro 1. A legenda do mesmo considera o suporte da imprensa escrita (jornais e revistas) e o número de teses e dissertações que se ocuparam dos mesmos, como objeto de estudo ou como fonte primária.

Além da observação do crescimento no interesse em pesquisar imprensa atrelada à educação, o gráfico 3 possibilita observar o número de teses e dissertações que se ocuparam desse tema. Constata-se, também, que no ano de 2012, foi registrada apenas uma tese dentro desta temática, e essa tratou do estudo de revista, enquanto que, nenhuma tese analisou jornais. A imprensa foi abordada quase que exclusivamente por pesquisadores em mestrados e registradas em dissertações. Já a partir do ano de 2013, a busca pela imprensa na área da educação foi mais significativa, embora sendo ainda mais abordada em dissertações do que em teses.

Outro fato relevante encontrado na investigação das pesquisas dentro da temática em questão é a origem das mesmas, ou seja, de qual região e estado do país as mesmas surgem. Nesse momento do estudo, pode-se constatar que não há uma uniformidade de interesse entre os estados e regiões, isto é, existem regiões que as produções com essa temática é praticamente inexistente, enquanto que em outras é bastante expressiva. Sobre isso, o gráfico 4 dá condições de observar essa desigualdade.

GRÁFICO 4 - Resultado do Levantamento das Pesquisas Realizadas nas Regiões Brasileiras Dentro da Temática Imprensa e Educação



Fonte: A autora

Nota: Informações elaboradas a partir da análise dos dados disponibilizados pela CAPES.

O registro efetuado no gráfico 4 não tem a intenção de realizar um ranking de produções entre as regiões, mas de promover uma reflexão das razões que levam a determinadas regiões do país registrar um número significativo de pesquisa enquanto outras quase anulam-se nesse campo.

Sobre isso, as informações disponibilizadas no gráfico 4 são relevantes, pois possibilitam numa análise mais profunda, ou seja, questionar a razão de tamanha disparidade nos dados e pode-se concluir que tamanha desigualdade é resultado também da demanda de oferta de cursos de Pós-graduação nas diferentes regiões, o que cancela as desigualdades de oportunidades em nosso país, visto que nas regiões com Norte e Nordeste que apresentam menos produções, são as regiões que têm menos instituições de ensino superior. Sobre isso, Silva, 2015, p.173 aponta que “em 2011, de um total de 4.650 cursos de pós-graduação, 51% estavam

na região Sudeste, 20% no Sul, 18% no Nordeste, e somente 7,2% no Centro-Oeste e 4% no Norte”. Observada cada região, constata-se que as regiões Sul e Sudeste foram as que mais se ocuparam da temática e o estado da Região Sul que se destaca nessas produções é o Paraná com dezoito pesquisas, enquanto que o estado que se destaca na Região Sudeste é São Paulo com vinte e três pesquisas.

Em se tratando de instituições que apoiam e incentivam pesquisas que abordam a imprensa atrelada a educação, foram encontradas quarenta e duas instituições e destas a grande maioria das pesquisas provêm Programas de Pós-Graduação de Universidades Públicas, entre essas a Universidade Estadual de Maringá destaca-se como a instituição que mais somou pesquisas dentro as selecionadas nessa investigação, totalizando nove pesquisas das trinta e cinco notadas na Região Sul.

QUADRO 4 - Número de Pesquisas Com o Tema Imprensa e Educação Originados em Instituições Públicas e Privadas

Ano de publicação		Instituição Pública		Instituição privada	
	Total de Pesquisas	Número real	porcentagem	Número real	Porcentagem
2012	9	7	80	2	20
2013	16	10	63,5	6	37,5
2014	12	9	75	3	25
2015	16	13	82,25	3	18,75
2016	32	27	85	5	15

Fonte: Dados da Plataforma CAPES

Nota: Organização da pesquisadora

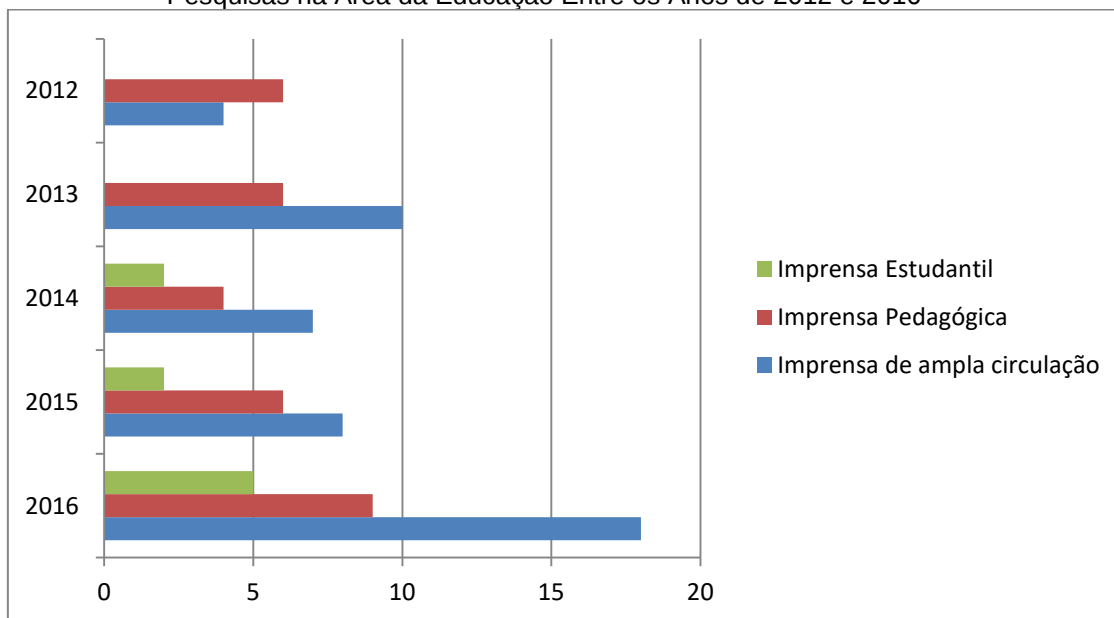
Esses dados são bastante instigantes, visto que o número de pesquisas aumentou, porém o interesse das instituições privadas por esse tema diminuiu nos últimos três anos, especialmente em 2016, quando o número de pesquisas ao todo triplicou. No entanto, comparado com o percentual das realizadas em Universidades privadas, o dado observado é inquietante, já que mostra a diminuição no interesse pelos temas em 21%, quando comparado com o ano de 2013, que foi o maior índice observado.

Conhecer a razão que leva os cursos de Pós-graduação privados apresentar um número tão inferior de pesquisas utilizando a imprensa nas pesquisas na área da educação é algo intrigante por ser um material importante por oferecer informações

que levam a compreensão da realidade social. Uma hipótese que explica o baixo interesse, das universidades privadas, em utilizar a imprensa nas pesquisas pode não ser do interesse dessas instituições divulgar através do resultado de suas pesquisas as ideologias propagadas pela imprensa que representa o pensamento dominante, em especial do governo que nos últimos anos tem sido generoso com estas instituições privilegiando com programas que designa boa parte do investimento em educação para programas de financiamento e bolsas para estudantes ingressarem nessas universidades, enquanto as universidades públicas são negligenciadas pelos governantes e padecem com a falta de recursos.

Através dessa análise, considerada quantitativa, comprovou-se a crescente busca pela imprensa escrita como fonte, ou como objeto nas pesquisas na área da educação, mesmo que em sua maioria em instituições públicas, também exige a ampliação do campo de análise desta, portanto, para melhor compreensão e aprofundamento optou-se em observar qual o segmento da imprensa tem estado mais presente nas pesquisas. Elegeu-se assim a seguinte divisão: imprensa estudantil, imprensa de ampla circulação e imprensa pedagógica.

GRÁFICO 5 - Resultado do Levantamento das Pesquisas Relacionadas aos Impresses Utilizados em Pesquisas na Área da Educação Entre os Anos de 2012 e 2016



Fonte: A autora

Nota: informações coletadas no banco de dados da CAPES

Através do gráfico 5 observa-se o registro e a organização das pesquisas que trataram de materiais da imprensa escrita, porém respeitando seu espaço de circulação e o público a quem foi destinada. Assim, entende-se por imprensa de

ampla circulação, os jornais e revistas destinados à população em geral, tratam de diferentes assuntos da sociedade e tem ampla tiragem. A imprensa estudantil trata de jornais produzidos e destinados a estudantes, geralmente oriundos por grêmios estudantis e associações. Por Imprensa Pedagógica ou Educacional, como também é conhecida, entendem-se periódicos (revistas e jornais) destinados aos profissionais da educação, esses tratam de assuntos educacionais e muitos são utilizados como materiais de formação docente.

Esse recurso de comunicação e de vinculação de informação destinado aos educadores tem seus primeiros registros no país ainda no século XIX, conforme se observa em ZANLORENZI (2014, p.13):

No Brasil, as primeiras iniciativas de impressos pedagógicos podem ser verificadas no Catálogo da Exposição de História do Brasil, de 1881, no item “PERIODICOS LITTERÁRIOS, CIENTÍFICOS, RELIGIOSOS E MAÇONICOS – 1881” (BRASIL, 1981, p. 420- 451). Neste catálogo, destacam-se como primeiras iniciativas de imprensa pedagógica os seguintes periódicos: Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Publica de Ouro Preto, de 1832-1834, o mais antigo apontado pelo catálogo, e o jornal pedagógico editado por professores, Echo do Professorado, dirigido pelo professor Francisco Xavier de Assis, Pindamonhangaba, 1873. Em relação às revistas pedagógicas, havia, entre outras: A Instrução Publica, Rio de Janeiro, 1872-1875, a qual pode ser considerada a primeira publicação destinada à formação do magistério, a Instrução Nacional, revista de pedagogia, ciências e letras, que contou com a colaboração de professores e literatos, Rio de Janeiro, 1874 e A Escola, Revista Brasileira de Educação e Ensino, elaborada por vários professores e literatos, no Rio de Janeiro, 1877-1878.

Considerando que a Imprensa Pedagógica conta com uma trajetória de mais de um século, e tem cumprido efetivamente seu objetivo tanto no registro e transmissão de informação quanto na formação do professor, pode-se avaliá-la como um caminho eficaz e de imediato convencimento para um projeto que se almeja para educação, tornando-se, também, via para a manutenção de propostas educacionais e políticas educacionais, mesmo que não seja explícito, mas que numa análise mais apurada pode-se observar a ideologia que permeiam os discursos presentes nas folhas destes.

O interesse em se estudar periódicos para a realização de análises históricas reside na possibilidade da leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos. Desta maneira, realizamos uma aproximação do momento de estudo não pela fala de historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época. (CAMARGO; VIDAL, 1992, p. 408).

Nesta perspectiva os periódicos tornam-se palco da ideologia que permeia a sociedade, e apontam, além dos fatos e situações do contexto histórico, as ideias,

valores e crenças que sustentam e mantêm a ordem vigente e que são refletidas nas diferentes organizações sociais, como por exemplo, nas instituições de ensino. Justifica-se, assim, a crescente procura por essas fontes de pesquisa.

Porém, para uma análise mais criteriosa deste material, é primordial um método que possibilite verificar todos os aspectos que estão apresentados nas linhas escritas e aqueles que só podem ser verificados pelas análises com o contexto social, político, cultural e econômico. Portanto, os periódicos não podem ser tomados como verdade absoluta, pois expressam o pensamento de uma classe e ao mesmo tempo proporcionam um olhar mais apurado sobre as condições materiais da sociedade em questão. Diante disso, que tomar como fonte os periódicos é uma forma de problematizar a educação na sua totalidade e não apenas fragmentá-la a partir do seu próprio espaço de vivência, privilegiando a “[...] imprensa como expressão de interesses representados.” (SCHELBAUER; ARAÚJO, 2007, p. 06).

Os periódicos educacionais, direcionados especificamente aos professores, trazem em sua objetividade uma discussão peculiar, pois unem a educação e a imprensa, dois instrumentos imprescindíveis para a manutenção da ideologia “[...] por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento e dissimulação do real.” (CHAUÍ, 1990, p. 03).

Utilizar estes meios de informação como cabedal para a formação do professor é buscar um caminho eficaz e de imediato de convencimento para um projeto que se almeja para educação. Portanto, são várias as iniciativas que se consolidaram a partir destes meios de comunicação, como se pode observar nas várias pesquisas que analisam a imprensa, em especial, imprensa escrita e educação.

Acerca de tudo que se viu, é inquestionável o reconhecimento da imprensa e, sobretudo imprensa de cunho educacional, enquanto recurso para as pesquisas em História da Educação. A mesma tem sido utilizada como fonte primária através dos periódicos quando lhe conferem um caráter de fonte histórica que registra acontecimento e fatos, mas, sobretudo como material para observação e análise do pensamento hegemônico e as suas tentativas de manutenção das ideologias dominantes. Desta forma, descobrir e analisar o que se veicula no conteúdo desses periódicos é compreender fenômenos que acometem a educação de forma geral.

Sendo assim, esta pesquisa que tem como fonte primária o *Jornal Da Alfabetizadora* que pertencente ao segmento da imprensa educacional, pois foi endereçado aos professores alfabetizadores, pretende agregar às pesquisas já realizadas que pertencem a este segmento, visto que em toda a investigação realizada nenhum estudo sobre este jornal foi encontrado. Para organização dos resultados encontrados mediante pesquisa nos registros vinculados a CAPES optou-se por organizar um quadro composto pelas pesquisas que abordam a Imprensa Educacional ou Pedagógica e que contribuirão para análise do objeto de estudo, da fonte primária, do recorte temporal e do método que será utilizado.

QUADRO 5 - Pesquisas Seleccionadas a Partir do Estado de Conhecimento

Autor (a)	Ano	Tese (T) Dissertação (D)	Título	Instituição
SIMONE CARLOS DE SOUZA	2012	D	Escola Pública Primária Paranaense Nos Discursos Oficial E Jornalístico: Republicanização, Alfabetização E Progresso Em Nuanes De Modernização (1920-1930)	Universidade Estadual De Maringá
ERIKA MENEZES DE JESUS	2014	D	Revistas Pedagógicas Na Leitura Docente: Acesso E Usos No Cotidiano Escolar	Universidade Federal Fluminense Educação
CLAUDIA MARIA PETCHAK ZANLORENZI	2014	T	A Expressão Do Liberalismo Na Revista A Escola (1906-1910) No Paraná	Universidade Estadual De Ponta Grossa Educação
ANA CRISTINA CARVALHO SA BARRETO	2015	D	A Educação Como Direito Social E Exercício Da Cidadania: Um Estudo Sobre O Processo da Redemocratização Brasileira (1985 A 2015)	Universidade Federal De Lavras
WAGNER FEITOSA AVELINO	2015	D	O Cotidiano Escolar Na Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos (1984-2014)	Univ. Est. Paulista Júlio De Mesquita Filho

Fonte: A autora

Nota: Pesquisas elencadas a partir do Estado de Conhecimento para contribuir na composição teórica da pesquisa.

O quadro 5 destaca cinco pesquisas que abordaram a Educação e a Imprensa Educacional, destas, apenas uma é tese e as demais são dissertações. Esclarece-se, que todas tratam de revistas educacionais e nenhuma trata de jornal

classificado como pertencente à imprensa pedagógica ou educacional. Todas as pesquisas que compuseram os gráficos anteriores e abordaram jornais, estes, ou eram de ampla circulação ou da imprensa estudantil. Nesse aspecto, a pesquisa proposta já se torna específica e particular por ter como fonte primária um jornal pertencente à imprensa educacional.

Em relação à alfabetização, objeto de estudo da pesquisa, não foi estudado a partir da imprensa ou tendo esta como fonte primária, ou seja, a alfabetização não foi vista ou vislumbrada em pesquisas na área de educação e imprensa. Por esta razão ao observar o quadro 5, não se encontra nenhuma pesquisa que aborde este assunto, as quais mais se assemelham ao objeto são: Escola Pública Primária Paranaense Nos Discursos Oficial E Jornalístico: Republicanização, Alfabetização e Progresso em Nuances de Modernização (1920-1930) e A Educação Como Direito Social E Exercício Da Cidadania: Um Estudo Sobre O Processo da Redemocratização Brasileira (1985 A 2015).

Sobre a primeira, trata-se de uma pesquisa na área de História e Historiografia da Educação que aborda a escola pública primária na década de 1920 no Paraná. Nesse estudo, a escola é analisada como uma tradição inventada, organizada sob diretrizes políticas e solidificada por meio dos discursos institucionalizados. Para esta análise, o pesquisador valeu-se dos discursos de dois meios de comunicação: as Mensagens de Governo do Estado e o jornal a Gazeta do Povo. Nesses discursos, foram considerados a alfabetização, a republicanização, o progresso, e a formação ideológica na escola pública primária paranaense. A pesquisa foi fundamentada em Bourdieu (conceito poder simbólico).

Já a segunda pesquisa mencionada, trouxe subsídios em relação a postura docente frente às ideologias dominantes que os educadores estão sujeitos todos os dias. Além disso, contribuiu com informações relevantes sobre o período da transição democrática, recorte temporal da pesquisa proposta e problematizou a questão da necessidade da conscientização crítica do docente para que reconheça a educação como um direito de todos. Para isso, a pesquisa foi construída a partir da abordagem qualitativa utilizando a técnica exploratória de análise documental e fundamentada a partir dos referenciais básicos da Pedagogia Emancipatória de Paulo Freire e da Pedagogia Histórico- Crítica do educador Dermeval Saviani. Quanto a imprensa, foi abordada através de matérias e reportagens presentes em Revistas Pedagógicas utilizadas na Leitura Docente no período de 1984-2014.

Para ressaltar o papel da imprensa na formação docente continuada, objetivo principal do jornal que será a fonte primária, considerou-se a pesquisa já realizada e intitulada: *Revistas Pedagógicas Na Leitura Docente: Acesso E Usos No Cotidiano Escolar*, difere-se no segmento já que o primeiro é um periódico jornal e o segmento tratado pela pesquisa é um periódico do tipo revista. O recorte temporal também é diferente do proposto pela pesquisa se constituirá, contudo, acredita-se que a pesquisa mencionada contribuirá para a compreensão da busca dos professores por leituras presentes na Imprensa Educacional e como estes se apresentam como alternativa à formação de professoras dos anos iniciais. A pesquisa traz a análise de discurso no horizonte da Teoria da Enunciação de Mikhail Bakhtin buscados através de questionários e entrevistas semi-estruturadas realizadas com um grupo de professores.

Outra pesquisa selecionada durante este estudo denomina-se: *O Cotidiano Escolar Na Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos (1984-2014)*, esta pesquisa retrata o cotidiano escolar no Brasil de forma documental, ou seja, por meio das publicações divulgadas pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. A contribuição desta pesquisa é o retrato da vivência escolar no período que coincide com o recorte temporal da pesquisa que se constituirá.

Por fim, em relação ao Materialismo Histórico Dialético, método que será utilizado na pesquisa até então não foi citado. A pesquisa que utilizou a análise da imprensa educacional através deste método trata-se da única tese selecionada para compor o quadro: *A Expressão do Liberalismo na Revista A Escola (1906-1910) no Paraná*. Esta pesquisa traz a discussão sobre a educação no período compreendido entre 1906 a 1910 e teve como fonte primária a revista *A Escola*. Nessa discussão o objetivo principal é observar os intentos da ideologia liberal na educação durante o período citado. Entende-se que esta colaborará no atual estudo, mesmo tratando de um período histórico bastante diferente do proposto, para construir o capítulo que tratará do terceiro objetivo específico elencado no projeto da pesquisa: analisar os interesses ideológicos que permeavam as páginas do jornal e a influência destes na alfabetização.

Conforme se observou na síntese da análise das pesquisas que compuseram o quadro 5, as mesmas possuem apenas similaridades em alguns aspectos com a pesquisa proposta, algumas por seguir o mesmo método de

investigação e exposição, outras por aproximar-se do objeto de estudo tratando da educação no mesmo recorte temporal escolhido para análise e outras, ainda, por utilizar como fonte a imprensa escrita. Contudo, nenhuma das selecionadas trata da alfabetização, objeto de estudo, no recorte temporal que compreende as décadas de 1980 e 1990, utilizando como fonte primária a imprensa escrita, sob a ótica do Materialismo Histórico configurando assim, uma pesquisa inédita.

É nesta justificativa que se reitera a necessidade de pesquisar o *Jornal Da Alfabetizadora* que circulou um período de seis anos, de 1988 a 1994, com abrangência significativa, e ainda assim passou despercebido ao olhar de outros pesquisadores. Desta forma, o próximo subtítulo trará a apresentação do referido periódico, ressaltando sua origem e história.

2.1 O JORNAL DA ALFABETIZADORA

Neste momento, da pesquisa faz-se necessário tornar conhecido o referido jornal, caracterizando quanto a sua forma, organização, conteúdo e contextualização para que através disso haja a compreensão da escolha deste periódico como fonte primária da pesquisa.

A própria denominação do jornal foi um chamariz para o estudo, seguido da observação dos conteúdos registrados em suas páginas, bem como ao período de sua circulação. Esses motivos que serão explorados ao longo deste capítulo aguçaram a pretensão utilizar como fonte, a fim de pesquisar e aprofundar estudos sobre a história da alfabetização, e com isso compreender os caminhos e descaminhos desta em nosso país.

O Jornal *DA Alfabetizadora* foi publicado pela Editora Kuarup LTDA em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que participou da sua co-edição, ambas situadas na capital Porto Alegre. A equipe responsável pela sua publicação contou com: Vera Miranda Ribas Ritter Souto, como editora responsável, Vera Regina Morgati foi a jornalista responsável, e a direção de Artes e Projetos Gráfico teve como responsável Cristiane Ritter, como ilustradora Luíza Estrella. As reportagens eram escritas por especialistas na maioria das vezes pertencentes ao quadro de docentes da PUCRS. Dos que mais

contribuíram quantitativamente foram: Maria Tasca, Eduardo Calil, Gladis M. Cagliari, Ir. Elvo Clemente, Mirian Coimbra.

O periódico teve sua publicação registrada aos termos dos artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 5.250/73, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Seu marco inicial foi no ano de 1988, nos anos que sucederam o lançamento foram publicadas, em média, cinco edições por ano, conforme está registrado no quadro, que regularmente compõe a página dois do jornal.

FIGURA 1 - Quadro com Registro das Edições Observando o Número e o Ano das Edições.

EDIÇÕES DO JORNAL DA ALFABETIZADORA	
1988	- nº0
1989	- nº 1 a 6 - Ano I
1990	- nº 7 a 12 - Ano II
1991	- nº 13 a 18 - Ano III
1992	- nº 19 a 24 - Ano IV
1993	- nº 25 a 30 - Ano V
1994	- nº 31 a 36 - Ano VI

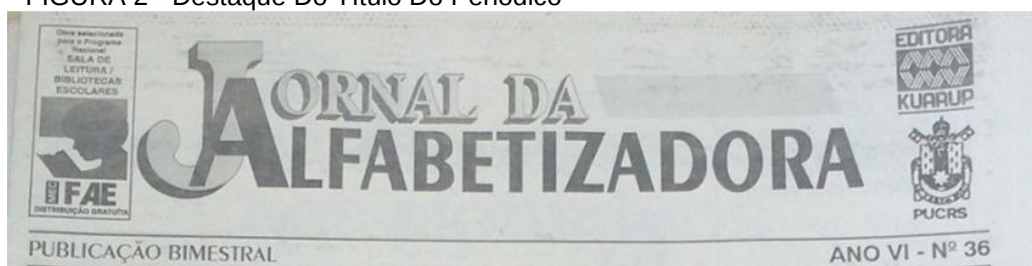
Fonte: Jornal da Alfabetizadora 1994, nº 36, p2

Segundo registros presentes na História da PUCRS²⁰, o mencionado jornal teve mais de trezentos mil exemplares impressos (1993,p.142) e distribuídos para vários estados brasileiros, podendo ser observado nos exemplares que foram analisados a presença de pelo menos oito estados brasileiros e no Distrito Federal (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro e Pernambuco, Brasília). Esse dado foi possível de ser notado através das cartas de leitoras que endereçavam dúvidas e considerações à equipe de editores do jornal.

É importante destacar nessa prévia apresentação do jornal que o mesmo, conforme o próprio título sugere foi endereçado aos profissionais que atuavam nos anos iniciais, mais precisamente na alfabetização. Interessante perceber, que já no título o jornal nos dá uma pista sobre os profissionais que atuavam junto aos alfabetizando, no período de circulação do periódico.

²⁰ Informações disponíveis em: História da PUCRS – vol. III <https://books.google.com.br/books>

FIGURA 2 - Destaque Do Título Do Periódico



FONTE: Jornal Da Alfabetizadora

Observa-se que o jornal utiliza o título no feminino, isso nos remete ao fato de que a maioria dos alfabetizadores eram mulheres. No entanto, o mais relevante é pensar a razão de que apenas mulheres estavam a frente das classes de alfabetização. Seria a importância que se dá à doçura ligada a figura materna, e consequentemente a mulher, no trato com as crianças menores? Ou seria a questão salarial? Já que se sabe que os profissionais dos anos iniciais são os menos valorizados, em termos salariais. Assim, os homens que optaram pela carreira docente, não ficaram nas salas de alfabetização, migraram para as outras etapas.

Ainda em uma análise preliminar e quantitativa, observa-se que o periódico foi de edições bimestrais e cada edição composta por vinte e quatro páginas. Foi editado em papel jornal, num formato retangular nas medidas: 38cm x 29cm, utilizando apenas as cores preto e branco. A utilização de ilustrações foi um recurso bastante utilizado, estando presente em praticamente todas as páginas do jornal. Tais ilustrações, em via de regra, são relacionadas com as matérias. Geralmente, nessas páginas os conteúdos são distribuídos em três colunas. Algumas matérias são bastante extensas, chegando a cinco páginas, enquanto outras não chegam a completar uma única página. Quanto à distribuição de matérias e reportagens nas páginas, não há uma regularidade rigorosa em todas as edições analisadas, a não ser pela primeira, segunda e última página que seguiram regularidade nas edições observadas.

Na primeira página, acontecia a apresentação da edição, trazendo as manchetes das reportagens em destaque bem como uma ilustração relacionada à principal reportagem. Encontra-se, também, o texto de editorial que aborda a educação com um caráter crítico que suscita a leitura do professor das demais páginas.

Já a página de número dois traz em geral três subseções intituladas: Livros: em qual se destacam o lançamento de livros que abordam temas relacionados à

educação, psicologia, literatura e que foram publicados por diferentes editoras. A outra subseção tem o título Agenda, são divulgados eventos nacionais e internacionais na área da educação, na maioria, são seminários, palestras, simpósios, congressos, debates, cursos, oficinas que foram promovidos por diferentes instituições tanto públicas como privadas.

FIGURA 3: Estrutura da Página 2 do Jornal da Alfabetizadora

2 - ANO VI - Nº 31

Jornal da Alfabetizadora

LIVROS

TIGRES NO QUINTAL
Sérgio Caparelli

Este livro pretende seduzir um pouco o gosto pela poesia, que morte geralmente no meio de abstrusos poemas que os educadores oferecem às crianças para ensinar-lhes bons comportamentos, hábitos de higiene e comemorar datas festivas. Os poemas deste livro não pretendem nada disso. Quem apenas surpreender pelas imagens inesperadas, pelo prazer lúdico das sons, pela graça e a ironia, pelos acertos inventivos diante do homem e do mundo. São cento e quinze poemas, vinte e três deles traduzidos por Sérgio Caparelli de autores como Goethe, Emily Dickinson, Apollinaire, Edward Lear, D'Annunzio e muitos outros.

Editora Kuarup, Rua Ramiro Barcelos, 470, CEP 90035-000, Porto Alegre, RS. Fone: (051) 225-4664 e 228-5204. Fax: (051) 228-9045.

TOMASINHO
Graciela Cabal

Com um texto prazeroso, Graciela Cabal, traduzida por Mariana Silveira, conta um mito vulgoso, ilustrado por Nora Hill, as histórias de Tomasinho. No primeiro livro, Tomasinho, o momento singular do nascimento — a passagem da segurança e conforto intra-uterino para o ameaçador mundo externo — é relatado pelo próprio bebê de maneira simpática e divertida. Depois vem Tomasinho e as palavras, quando ele "já está da altura de um bonequinho, tem cinco dentes e já sabe fazer um monte de coisas", meros falar. No terceiro volume, Tomasinho faz dois anos e apronta muita confusão em meio aos preparativos de sua festa de aniversário. Os livros são de fácil manuseio, pequenos, atraentes e indicados para as crianças a partir de 2 anos.

Tato Editorial, Rua Heitor Penteado, 646, CEP 05408-000, São Paulo, SP. Fone/Fax: (011) 65-3009 e fax 871-1562.

15º CONGRESSO MUNDIAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LEITURA

Em torno do tema "Contextos Sócio-Culturais da Alfabetização" estará acontecendo de 19 a 22 de julho de 1994 o 15º Congresso Mundial da Associação Internacional de Leitura, nas dependências do Hotel Sheraton, em Buenos Aires. São conferências, seminários e sessões de comunicações livres e de informes de investigações. Já comprometeram sua participação Emilia Ferreiro, Yetta y Kenneth Goodman, Courtney Cazden, Marie Clay, James Moffet, Ana Maria Kaufman e outros destacados especialistas de diversos países.

Até 1º de maio de 1994 as inscrições estarão com preços promocionais de US\$ 70 para sócios de IEA e US\$ 90 para não-sócios. Após esta data, os custos da inscrição serão, respectivamente, de US\$ 100 e US\$ 120. As informações podem ser obtidas junto ao Comitê Central, coordenado por Ruth Pablo Biegrano e Martha Frachia, da Asociación Argentina de Lectura (Viamonte, 1876, 4º - Of. 1 (1056), Buenos Aires, telefone 812-2259) e por Efraim Davis, representante de outras associações de educação bilingüe (San Martín, 945, 1º D (1004), Buenos Aires, telefone 312-0391). As informações podem ser feitas na redação da revista Lectura y Vida, Av. Pueyrredón, 1546, 5º piso, Depto. B, (1118), Buenos Aires, Argentina.

DIMENSÕES COMUNICATIVAS NO ENSINO DE LÍNGUAS
José Carlos P. de Almeida Filho

Embora a necessidade de compreender os fundamentos do paradigma de ensino e pesquisa comunicativos seja consensual entre aqueles que militam na área de ensino — aprendizagem das línguas, o alcance das novas teorias, enquanto melhores julga da nossa época, e a propriedade das pesquisas

TRAVATROVAS
Ciga

Quem se atreve, pode e prova, brinca o truco, brinca a travata.

4 hora, 4 hora do travatruco!

A pesquisa, a sonoridade e o texto de Ciga, somados aos tons das cores que compõem as ilustrações de Zerbido, tra-

CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE INFORMÁTICA PARA 1º E 2º GRAUS

Fonte: Jornal Da Alfabetizadora, 1994, Ed 31

A página de número vinte e quatro, em todas as edições analisadas, é destinada à propaganda dos livros da Editora Kuarup, contendo imagens relativamente grandes e letras que dão destaques aos produtos ofertados. Além da última página do periódico ser destinada a divulgar livros da editora responsável pelo jornal, em algumas edições observa-se outros espaços de divulgação para produtos da editora. Sobre isso, observa-se como a imprensa torna-se uma via dupla em determinados momentos, ora assumindo um papel de difusora de informações destinadas a classe trabalhadora, como é o caso do Jornal da Alfabetizadora, ora assumindo propósitos da classe dominante, que se utiliza de todos os meios quanto pode para fazer valer seus interesses. Neste caso, observa-se uma contradição, mesmo sendo o Jornal Da Alfabetizadora um periódico financiado por órgãos públicos utiliza-se de um espaço considerável para oferecer produtos a classe

trabalhadora, obedecendo à lógica capitalista, desperdiçando um espaço de luta, que poderia servir para conscientização dos professores.

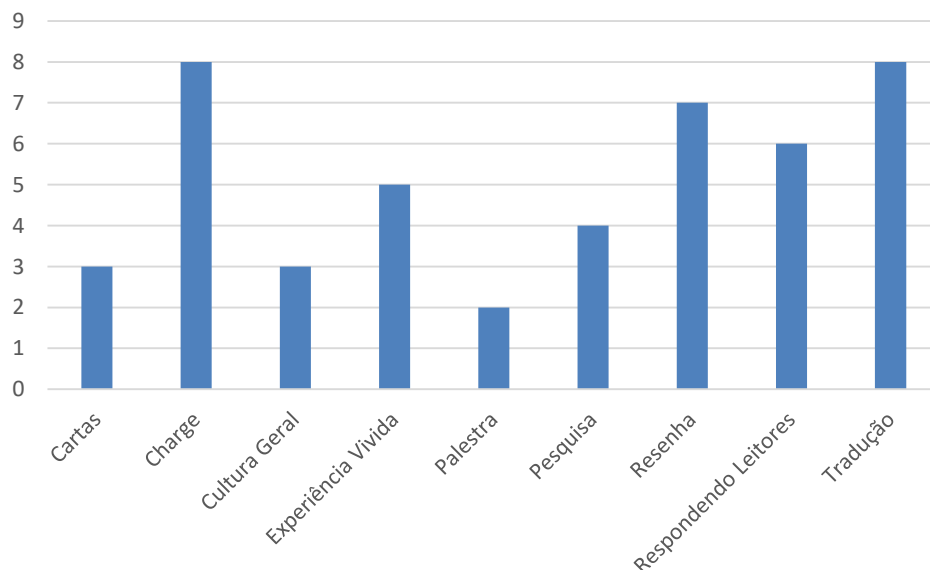
FIGURA 4 - Estrutura da página 24 do Jornal da Alfabetizadora



Fonte: Jornal da Alfabetizadora, 1994, Ed.32

As demais páginas trazem algumas sessões fixas, ou seja, que são recorrentes em todas as edições e outras que aparecem esporadicamente. Das sessões mais recorrentes nas nove edições, observa-se pelo gráfico a sua incidência em que aparecem.

GRÁFICO 6 - Demonstrativo das Sessões Recorrentes no Jornal Da Alfabetizadora nas Ed. (28 a 36)



Fonte: A autora

Nota: Análise das edições 28 a 36 do Jornal da Alfabetizadora

O gráfico 6 mostra a incidência das sessões que têm os títulos sinalizados no gráfico, mas que a cada edição abordam conteúdos diferenciados. Desta forma, cabe elucidar cada uma para que a compreensão seja completa.

Assim, no que diz respeito a sessão cartas, são mensagens enviadas pelos leitores aos editores, na sua grande maioria de cumprimentos pelos trabalhos, tecendo elogios à equipe, falando da importância do jornal e em algumas cartas aparecem alguns desabafos:

Aproveito a oportunidade para parabeniza-los pela publicação do Jornal da Alfabetizadora. Tal publicação tem contribuído de maneira significativa para maiores esclarecimentos no meu trabalho pedagógico... (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, Ed.28, p.2)

...Sou professora numa escola pública multisseriada, para não dizer isolada ... sinto dificuldade por trabalhar sozinha. (idem,1993, Ed.30, p2).

Semelhante a sessão descrita, é a Respondendo Leitores, em algumas edições denominada Tirando Dúvidas. Nesta sessão, os editores respondem as dúvidas dos leitores, geralmente em relação ao que foi publicado em exemplares anteriores. Na sessão, denominada Cultura Geral, os temas não são exclusivamente ligados à educação, trazendo possibilidades de outros conhecimentos, como os costumes de países de língua portuguesa; a administração do tempo na vida das pessoas; a importância de ter amigos. Na sessão Experiência Viva, são publicados relatos de professores sobre práticas ou projetos desenvolvidos, a exemplo do Projeto Restaurante São José, desenvolvido no Colégio do Rio de Janeiro, uma instituição privada. (edição 28/93).

Sobre a sessão Palestra, são reproduzidas comunicações de pesquisadores realizadas em eventos como Encontros, Fóruns, Simpósios. Os temas dessas comunicações são variados. Enquanto a que se intitula Pesquisa divulga resultados de trabalhos científicos como: artigos, fragmentos de dissertações e teses.

Na sessão Resenha, como o próprio nome sugere, são divulgadas resenhas de livros que geralmente são divulgados em edições anteriores. Essas resenhas são escritas por professores da PUCRS e outros pesquisadores como a conhecida Magda Soares. No que diz respeito à sessão Tradução, observou-se que os textos publicados são de origem da Revista *Lectura Y Vida*²¹, da Argentina. Interessante

²¹ A coleção da revista está disponível biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e de Educação da Universidade Nacional de La Plata e está disponível online para acesso gratuito. A revista iniciou suas atividades em março de 1980 e encerrou em 2010, sob direção de María Elena Rodríguez.

observar que é a sessão, que demonstrado no gráfico acima, teve uma incidência significativa.

Finalmente, a sessão Charge tem como personagem Brigitte e traz críticas com humor da situação política e educacional. Essa sessão está presente em todas as edições e é de autoria da ilustradora do jornal, Luíza Estrela.

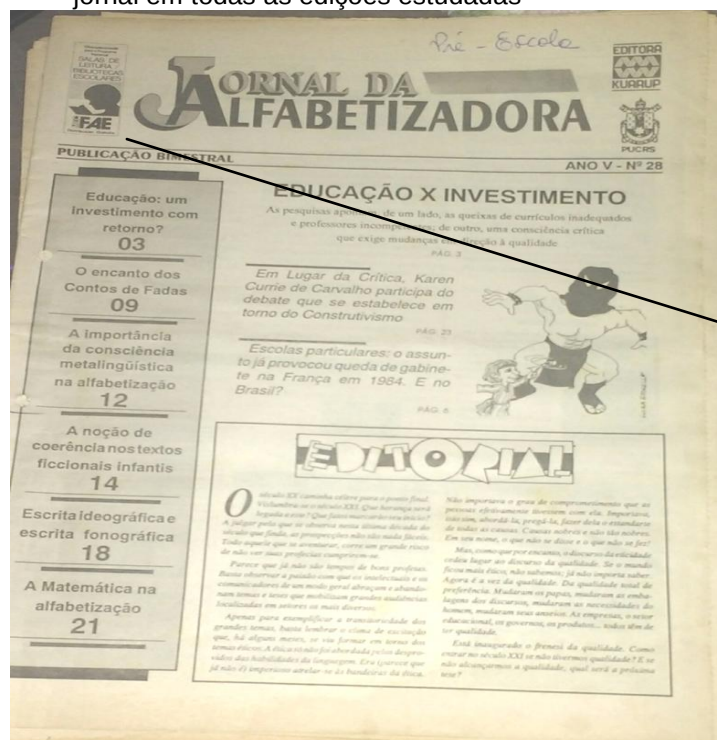
FIGURA 5 - Charge presente em todas as edições analisadas



Fonte: Jornal da Alfabetizadora, 1994, Ed. 33, p. 23

Basicamente nesse formato, sem muitas variações, o periódico foi um material destinado para compor o Programa Nacional Salas de Leitura / Bibliotecas Escolares. Assim, foi distribuído e financiado pela FAE/ MEC, conforme informação trazida na primeira página das edições analisadas.

FIGURA 6 - Logo do Programa Salas de Leitura (MEC/FAE), presente no lado esquerdo do título do jornal em todas as edições estudadas



Fonte: Jornal da Alfabetizadora, 1993, ed 28, p1

Conforme se observou no destaque da imagem há o logo do referido órgão governamental e com referência ao Programa das Salas de Leitura. No entanto, ao recorrer a pesquisas sobre este programa de incentivo a leitura proposto pelo governo federal no ano de 1988, observa-se em COPES (2007, p.47), que esse é um programa que objetiva o estímulo à leitura dos alunos, propondo a aquisição de obras da literatura infanto-juvenil, outra contradição encontrada já na primeira página dos exemplares:

O projeto “Sala de Leitura”, criado em 1988, é resultado da parceria com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). À FAE competia a **seleção, compra e distribuição dos livros de literatura infanto-juvenil aos alunos do ensino público**. Fundamentado na concepção de leitura dos órgãos idealizadores do projeto “Sala de Leitura” prescrevia que “ler é fundamental, só assim é possível sonhar e, mais do que tudo, conhecer o mundo”; “A criança precisa conhecer bem o mundo que a cerca”; “Através do projeto o livro de literatura chega às escolas”; **“São livros de literatura infanto-juvenil, livros de histórias”**; **“Os livros foram sugeridos pelos professores que trabalham com a leitura”**; “A FAE, está preocupada com a alegria de ler na escola”; “Os livros irão ajudar os alunos a partirem para outros estudos, outros livros povoarão o seu mundo, ampliarão seus conhecimentos, suas informações”; “Através da leitura serão pessoas informadas, vão crescer intelectualmente, vão viver melhor, serão mais felizes” (1988-FAE – Manual in COPES, 2007), grifos da pesquisadora.

Contudo, apesar das contradições observadas, é preciso destacar a relevância do estudo desse periódico, visto que em suas páginas é possível conhecer muito da situação educacional do país, no início da década de 90, o perfil do professor e, sobretudo determinantes que contribuíram na constituição da atual alfabetização, a implantação de uma nova metodologia de ensino, e principalmente, a carência de formação continuada aos alfabetizadores. Esse aspecto fica explícito nas correspondências endereçadas ao jornal quando os mesmos expressam suas angústias, dúvidas e anseios por mais informações para transformar sua prática, adaptando a nova realidade educacional.

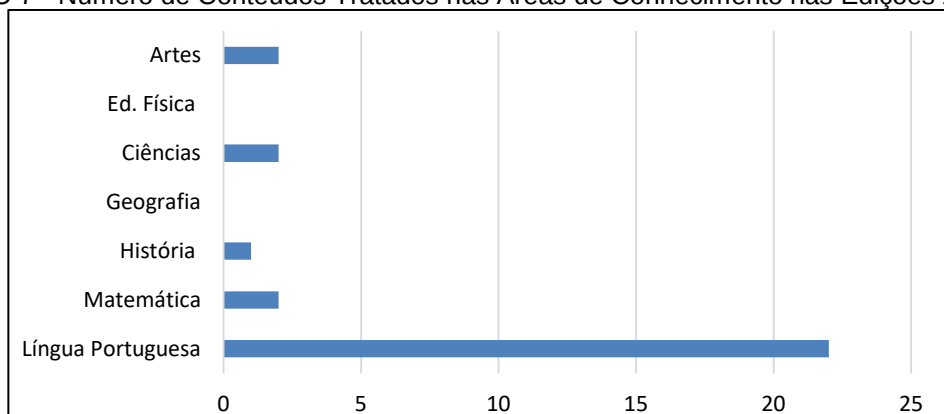
Destaca-se que o final da década de 1980 e início da década de 1990, foram marcados pela configuração de uma nova concepção e uma nova metodologia de ensino na alfabetização, regulamentada pela proposta curricular de muitos estados, como é o caso do estado do Paraná, que no ano de 1988 passou a utilizar o Currículo Básico do Estado como principal documento norteador da educação, trazendo como proposta para a alfabetização a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização²². Essa nova proposta foi anunciada, com a expectativa de reverter os

²² A respeito do Ciclo Básico de Alfabetização, será tratado no Capítulo III.

altos índices de retenção e evasão nos primeiros anos de escolaridade. Outra expectativa com esta concepção pedagógica foi romper com a educação repressora, herança da ditadura militar que vigorou no Brasil por duas décadas.

Diante destas carências e desse desafio para os educadores, o jornal foi significativo no período de circulação, servindo de apoio e influenciando as práticas de inúmeros docentes, em diferentes regiões brasileiras. Essa influência é oriunda das matérias que tratavam de temas e assuntos pertinentes à prática dos alfabetizadores. Sobre isso, para sintetizar os assuntos tratados nas edições observadas utiliza-se do gráfico que explicitará as áreas de conhecimento abordadas e os assuntos pertinentes a cada uma, trazendo um retrato das edições enfocadas.

GRÁFICO 7 - Número de Conteúdos Tratados nas Áreas de Conhecimento nas Edições Analisadas



Fonte: A autora

Nota: Dados Obtidos Através da Análise das edições estudadas

Conforme observa-se no gráfico 7, as áreas de conhecimento não eram abordadas com a mesma ênfase pelo jornal. A predominância nos assuntos pertinentes a Língua Portuguesa é praticamente unânime, quando comparada com as demais áreas de conhecimento. Dentre os assuntos de Língua Portuguesa cita-se: Produção de textos, Formação da escrita, Linguística, Leitura. Acrescenta-se que a preponderância, sobretudo, é em Literatura, sendo destacada de alguma forma em todas as edições. Esse fato é realmente importante, pois retrata uma característica da concepção pedagógica da alfabetização no início da década de 1990, quando tenta deixar o ensino de tal forma prazeroso para os alunos, que acaba deixando de lado algumas responsabilidades da escola, no ato de ensinar.

Sobre isso, entende-se que a alfabetização não pode se restringir a mera decodificação de códigos, mas por outro lado, a escola e o professor não podem se

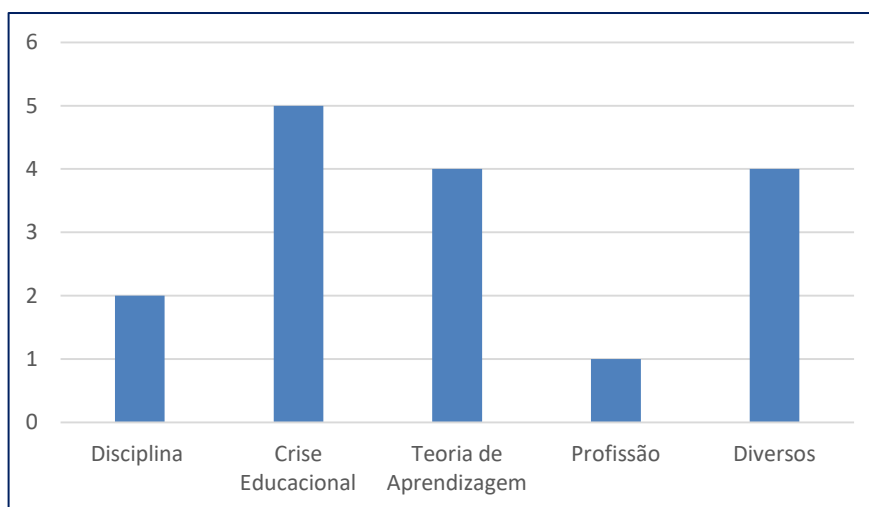
eximir da tarefa árdua de ensinar a ler e escrever e que para isso decodificar é uma das etapas, esse momento faz-se necessário no período da alfabetização. O ensino público por algum tempo, especialmente no final da década de 1980 e década de 1990, deixou de priorizar essa etapa da alfabetização pregando o ensino prazeroso no qual a literatura serviu como subterfúgio.

Porém, o que se constatou é que com isso a escola deixou de cumprir a tarefa de oferecer a classe trabalhadora o que nunca deixou de ser ofertado à classe dominante que podia arcar com um ensino privado que continuava alfabetizando, ensinando a ler e escrever. É pertinente ressaltar que atitude tal como essa dentro da educação pública torna maior o abismo entre o dominante e o dominado no que se refere ao saber e a manutenção da hegemonia, ou seja, “o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação.” (SAVIANI, 1999, p.66).

Ainda sobre a ênfase no incentivo a leitura e ao ensino da literatura e pela literatura também traz consigo o apelo à propaganda de livros da editora responsável pelo jornal, portanto o periódico que pertence ao projeto das salas de leitura prevalecesse dessa condição para também divulgar as publicações de livros e coleções infanto-juvenis, como se observa na figura 4.

Além de leitura, literatura e outros assuntos pertinentes às áreas de conhecimento, o periódico abordava pelas suas reportagens temas com ligação imediata a prática docente. Nas edições pesquisadas levantou-se e organizou-se os seguintes temas:

GRÁFICO 8: Temas Com Maior Destaque nas Matérias / Reportagens



Fonte: A autora

Nota: Dados Obtidos Através da Análise das edições estudadas

No gráfico nº 8, é possível observar a relação lógica feita entre as matérias que despertariam interesse dos alfabetizadores. As reportagens explicitavam repetidamente a crise e as dificuldades na educação, destacando a falta de investimento a precariedade na estrutura material das escolas, o fracasso escolar, em contra partida tratavam de novas teorias, em especial o Construtivismo. Nesse aspecto, questiona-se: Qual interesse do jornal em levar os educadores a pensarem que a implantação de uma nova teoria seria a solução para tal crise?

Sobre isso, numa análise criteriosa das reportagens é possível observar ora uma abordagem explícita do Construtivismo, ora de forma discreta através de frases e expressões que suscita essa abordagem teórica, vista como redentora das dificuldades enfrentadas na educação, em especial a repetência e a evasão nos primeiros anos de escolarização.

Neste aspecto, o periódico *Jornal da Alfabetizadora* como fonte primária foi fundamental, já que registrou e retratou através de suas páginas, a educação, especialmente a alfabetização, os fenômenos que influenciaram esta no período das décadas de 1980 e 1990, período que o mesmo circulou. Acrescenta-se ainda o fato de ter se constituído como recurso para a formação continuada dos alfabetizadores no momento da implantação do Construtivismo como marco teórico que se contrapôs ao antigo, ao tradicionalmente conhecido até o final da década de 70 que reproduziu o momento político de repressão vivido durante a Ditadura Militar.

O jornal oportuniza observar a angústia dos professores alfabetizadores da época com a forma abrupta da implantação do Construtivismo e suas significativas mudanças nas salas de alfabetização, bem como o interesse hegemônico em implantar um novo método que correspondesse ao novo cenário político e social que se desenhava com a abertura política da década de 1980, onde a alfabetização denominada por MORTATTI (2006, p10) como “alfabetização sob medida” já não tinha espaço, e ainda corrobora que:

A partir de então, verifica-se, por parte de autoridades educacionais e de pesquisadores acadêmicos, um esforço de convencimento dos alfabetizadores, mediante divulgação massiva de artigos, teses acadêmicas, livros e vídeos, cartilhas, sugestões metodológicas, relatos de experiências bem sucedidas e ações de formação continuada, visando a garantir a institucionalização, para a rede pública de ensino, de certa apropriação do construtivismo.

Neste aspecto, a “propaganda” foi forte aliada e os recursos e suportes os mais variados, inclusive os periódicos educacionais, concordante com essa iniciativa

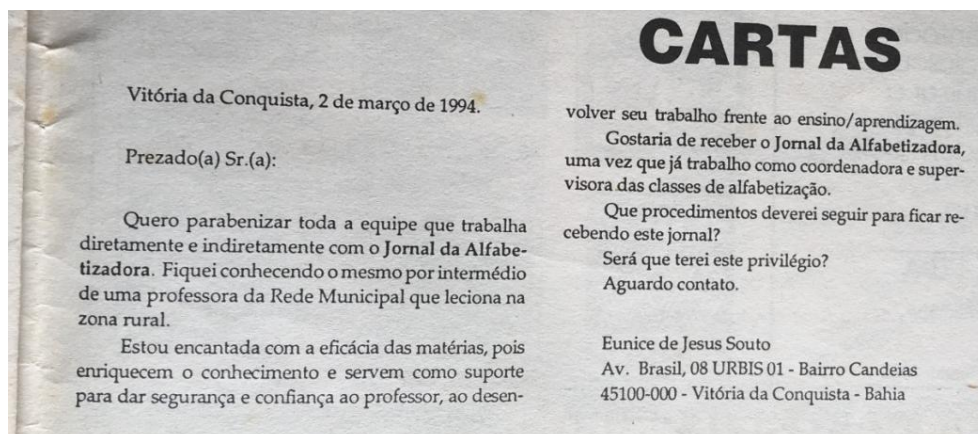
compreende-se a influência do *Jornal da Alfabetizadora* como instrumento de divulgação de informação, de formação e porque não dizer de (en)formação docente. Utiliza-se o termo ‘enformar’, no sentido de manter um único formato, homogêneo para todas as realidades priorizando reportagens que dão dicas, conselhos, ‘receitas’, relato de experiências. Trazendo, assim, o pragmatismo docente. Deixando olvidado uma formação contundente que deveria privilegiar outras teorias e principalmente promover um pensamento mais profundo em aspectos gerais, já que:

A formação de educadores tem que assumir um outro compromisso: o de dar sólida formação política, mediante adequada conscientização crítica de aspectos políticos, econômicos e sociais da realidade histórica em que se desenvolvem os processos educacionais nos quais atuará o educador. (SEVERINO, 1986, p.14)

Contudo, é certo que mesmo de uma forma bastante rasa o jornal foi considerado por muito alfabetizadores um recurso valioso de formação continuada como é observado no fragmento: *“Estou encantada com a eficácia das matérias, pois enriquecem o conhecimento e servem como suporte para segurança e confiança ao professor, ao desenvolver seu trabalho frente ao ensino/aprendizagem.”* (*Jornal da Alfabetizadora*, 1994, nº 32, p.23). Por estas falas dos alfabetizadores que também são observadas em outras edições, observa-se o quanto escasso de formações era o contexto vivido na época, por esses profissionais. O jornal, também, oportunizava a interação entre alfabetizadores e entre os editores através do espaço destinado a divulgação de correspondência dos leitores. Para esse fim, tanto se utilizava o espaço denominado Cartas, Tirando Dúvidas, ou ainda Experiências Vivas.

Ao que se observa pelas correspondências divulgadas eram das sessões com mais leitura entre o público. Era um espaço onde o alfabetizador podia divulgar experiências pedagógicas, esclarecer dúvidas e até lamentar situações. Era também o espaço que o leitor fazia agradecimentos e elogios ao jornal. Como observa-se na correspondência:

Figura 7 - Carta retirada do jornal na Ed. 32, p23



Fonte: Jornal da Alfabetizadora

O espaço de publicação de correspondência é bastante oportuno para o pesquisador em História da Educação, já que retrata através da fala do próprio sujeito os sucessos e as dificuldades da educação, a situação das instituições e, principalmente, permite conhecer o perfil do profissional da época, que será abordado no próximo capítulo.

Com a conclusão deste capítulo, espera-se ter elucidado a importância da imprensa como objeto ou fonte de pesquisa na busca de conhecimento no âmbito da História da Educação, bem como caracterizado o **Jornal da Alfabetizadora**, fonte primária desta dissertação. Esclarece-se que nesse primeiro momento intencionou-se uma análise de ordem mais quantitativa do que qualitativa do mesmo, formando uma base para a compreensão do próximo capítulo que o analisará observando a ideologia propagada em suas páginas, e a influência dessas para a alfabetização da classe trabalhadora, constituindo assim a análise qualitativa.

CAPÍTULO III

A IDEOLOGIA TRANSPARECIDA PELO JORNAL DA ALFABETIZADORA

Desde o início desse trabalho, têm estado presentes duas afirmações. A primeira, é que a educação, a sociedade e a política estão de tal forma vinculadas que é impossível pesquisar qualquer um destes elementos de forma isolada. E a segunda, é que a educação e a escola que se tem hoje, com suas características, constituiu-se ao longo da história, concordando com a

concepção de história, que além de ser materialista e não idealista, tem na totalidade também sua categoria fundamental. Pois a realidade social não é feita de partes autônomas, que possam ser compreendidas isoladamente. (MARX, 2009, p.15).

Assim, para compreender essa totalidade, entende-se que a imprensa colabora enquanto documentadora dos fatos sociais que constituem a história, portanto, um recurso valioso para compreender esse complexo que interage e se completa. Nesta perspectiva, é que se pretende buscar subsídios através da fonte primária, o periódico *A Alfabetizadora*, para a compreensão dos fenômenos que contribuíram para a constituição da crise atual da alfabetização em nosso país, apontada pelos resultados e índices insatisfatórios nessa etapa da escolaridade e, portanto, o que caracteriza a questão problematizadora desta pesquisa.

Reitera-se que este periódico educ

acional contribuiu para esta pesquisa, principalmente pelo período de circulação deste, o qual coincide com um dos momentos históricos com maiores mudanças no âmbito político, social brasileiro e consequentemente educacional, as décadas de 1980 e 1990. Também por ser o jornal um espaço de registro de fatos e, ao mesmo tempo, de difusão de ideias, como se observa a respeito dos periódicos educacionais:

A imprensa educacional, no país, teve um papel fundamental na formação de opiniões, veiculando e expressando os projetos políticos-ideológicos, procurando, assim, sedimentar tais modelos dentro da sociedade, transformando seus interesses em interesses gerais. Analisar esta forma de imprensa, qual seja, os periódicos educacionais, oferece a possibilidade de compreensão da organização da sociedade e dos reflexos na educação. (ZANLORENZI, 2010, p.66)

Para melhor compreensão desses “reflexos na educação”, que permearão as discussões deste capítulo, optou-se por retomar alguns aspectos temporais já

sinalizados no capítulo primeiro deste trabalho. Deste modo, relembra-se algumas facetas da década anterior ao recorte temporal proposto a fim de contextualizar, pois são determinantes para a compreensão dos fatos correspondentes ao momento de circulação do periódico.

Na década de 1970, o Brasil vivia um momento de tensão política com um governo ditador e repressor, o que ocasionou um desgaste social e que refletiu de forma substancial na área educacional. A maior influência foi a inserção da Pedagogia Tecnicista, mais uma teoria Liberal, que fez da escola uma instituição reprodutora da ideologia dos governantes – como bem analisada pela Teoria Crítica Reprodutivistas²³ – e implantou métodos de ensino que tolheram a liberdade na prática docente, transformando o professor em um executor de atividades programadas por outros técnicos da educação buscando a eficiência “com base no pressuposto de neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, advogar a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional.” (SAVIANI, 2010, p.381). No que diz respeito à alfabetização, nesse período, foi predominante o uso de cartilhas com lições que deveriam respeitar uma ordem pedagógica iniciando com um período preparatório, e seguindo um passo a passo, como num modelo fabril – a esse momento MORTATTI (2006) denomina “alfabetização sob medida.”

Na década de 1980, com a abertura política, dando os primeiros passos para a redemocratização, e com os altos índices educacionais evidenciando os prejuízos deixados pelo período da ditadura militar neste âmbito, almejou-se um novo modelo educacional. Uma educação que correspondesse a uma sociedade que engatinhava na democracia e já não se satisfazia com o antigo que representava a violência, a ausência de liberdade, a submissão, o autoritarismo. E, da mesma forma que no Período Imperial, o descontentamento de muitos cidadãos com um monarca autoritário favoreceu a germinação das sementes do pensamento liberal, após o período de ditadura repressiva e violenta a sociedade brasileira tornou-se um terreno fértil para os ideais liberais numa nova roupagem, o neoliberalismo. Somado a isso, os governantes que lideraram o país simpatizavam com esses ideais liberais, completando, assim, as condições perfeitas para o avigoramento dessa teoria que

²³ Para aprofundar o conhecimento a respeito das Teorias Crítico Reprodutivistas, recorrer a: SAVIANI, 1999, ESCOLA E DEMOCRACIA e Idem HISTÓRIA DAS IDEIAS PEDAGÓGICAS.2007

representa o capitalismo e, por sua vez, à burguesia, portanto, sempre caberá e terá espaço garantido em uma sociedade de classes.

A fim de compreender tais ideais, faz-se necessário definir o termo Liberalismo, embora: "...o Liberalismo, um fenômeno histórico com muitos aspectos, dificilmente pode ser definido. Tendo ele próprio moldado grande parte do nosso mundo moderno..." (MERQUIOR, 1991, p15). Nesta perspectiva, conclui-se que o Liberalismo esteve presente em diferentes momentos da história e, em diferentes contextos, logo que foi superada através do movimento iluminista, a supremacia da fé e da igreja que imperou até a Idade Média. Ainda assim, temos o conceito filosófico em Japiassu (2001, p11):

Liberalismo: O Liberalismo político considera a vontade individual como fundamento das relações sociais, defendendo portanto as liberdades individuais — liberdade de pensamento e de opinião, liberdade de culto etc. — em relação ao poder do Estado, que deve ser limitado. Defende assim o pluralismo das opiniões e a independência entre os poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário — que constituem o Estado. 2. O liberalismo econômico, cujo principal teórico foi Adam Smith, considera que existem leis inerentes ao próprio processo econômico — tais como a lei da oferta e da procura — que estabelecem o equilíbrio entre a produção, a distribuição e o consumo de bens em uma sociedade. O Estado não deve interferir na economia, mas apenas garantir a livre iniciativa e a propriedade privada dos meios de produção. O liberalismo econômico defende assim a chamada "economia de mercado". 3. O neoliberalismo econômico constitui, em nossos dias a doutrina que diante de certo fracasso do liberalismo clássico e da necessidade de reformar alguns de seus modos de proceder admite uma certa intervenção do Estado na economia sem questionar os princípios da concorrência e da livre empresa.

O Liberalismo tem como princípios norteadores: a liberdade, a defesa da propriedade privada; a tolerância; o individualismo; a limitação do poder do Estado. Já sobre a origem, a referida teoria firmou-se após a Revolução Gloriosa, na Inglaterra. Nos Estados Unidos, após sua independência, em 1776, e, nos demais países da Europa ganhou força com a Revolução Francesa, em 1789. Os autores representantes desta teoria são: John Locke (1632-1704) filósofo inglês, conhecido como pai do Liberalismo; Montesquieu (1689-1755) filósofo político francês; Kant (1774-1804) filósofo prussiano; Adam Smith (1723-1790) filósofo e economista britânico, entre outros. (CHAUÍ, 2000).

É relevante ressaltar que o Liberalismo, esteve e é presente nas sociedades capitalistas, que se mantêm pela exploração, garantindo através de seus princípios que essas não sejam superadas, reafirmando o predomínio da classe dominante sobre a dominada, "impondo deste modo suas ideias às classes que não possuem

nem controlam nada. E as ideias dominantes numa dada sociedade nada mais são do que a expressão das relações sociais de dominação.” (SEVERINO, 1986, p.8).

Para isso, a classe dominante não usa da força, mas do convencimento através da inculcação da ideologia²⁴ em meio a um discurso doce e sedutor, através de diferentes meios difusores. Para isso, entre os meios utilizados estão a imprensa e a educação, posto que “a educação é um processo social de alcance global, isto é, interpenetra todos os espaços do social.” (idem e ibidem p.16).

No Brasil, os princípios liberais encontraram espaço até mesmo em forma de lei, como nota-se na Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, mas que, na verdade, estabeleceu preceitos muito claros sobre a manutenção da sociedade de classes e progresso da nação, “como fundamento da República a **livre-iniciativa** com a **valorização do trabalho**, ou quando garante o **direito de propriedade**, condicionando-o, porém, ao cumprimento da função social.” grifos da pesquisadora (GOMES, 2013).

Durante a década de 1990, o Liberalismo foi reafirmado como fundamento no país que passou por uma sucessão de presidentes representantes também desse pensamento. Já a educação viveu sob a influência de dois grandes eventos mundiais, o Congresso de Washington e a Convenção de Jontien, que foram organizados e pensados por liberais, os quais acreditavam na educação para superar as crises e promover o desenvolvimento de países subdesenvolvidos em especial da América Latina. Desta maneira, estes deveriam cumprir algumas metas em relação à educação, que foram discutidas e definidas nesses eventos em troca de empréstimos e de financiamentos de fundos internacionais. E, ainda nesta década, houve a construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, pensada, também, à sombra do já referido Congresso de Washington, portanto, também, com fundamentos liberais, conforme já evidenciado no capítulo I da presente pesquisa.

Por esta síntese de acontecimentos, nota-se que o momento histórico foi carregado de mudanças, transformações, inovações que vieram acompanhadas pelo anseio da população. Mas especialmente pela insegurança e pela angústia por

²⁴ Segundo o dicionário de filosofia, “ideologia” é o termo que se origina dos filósofos franceses do final do século XVIII, conhecidos como “ideólogos”, para os quais significava o estudo da origem e da formação das ideias. Posteriormente, em um sentido mais amplo, passou a significar um conjunto de ideias, princípios e valores que refletem uma determinada visão de mundo, orientando uma forma de ação, sobretudo uma prática política.

parte dos educadores. Considerando as condições citadas, o momento foi promissor para um jornal da imprensa pedagógica, que tinha educadores como público, estabelecer-se e colaborar para propagar a ideologia desejada pela classe dominante, utilizando-se para isso a proposta de promover a formação docente. Destarte, ainda mais vantajoso para esse intento seria a utilização de um veículo de comunicação financiado pelo governo, quando se sabe que, dentro da sociedade capitalista, a burguesia tem seus interesses representados através do Estado.

[...] a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa. (MARX, 2007, p.42).

O *Jornal da Alfabetizadora* passa então a ser distribuído gratuitamente, já que financiado pelo MEC/FAE como se viu no capítulo anterior, para muitos municípios e passou a chegar aos educadores como um material destinado às “salas de leitura”. A educação e a imprensa se tornaram, mais uma vez, os meios mais eficazes para disseminar entre a população a hegemonia da classe dominante.

Ao se deparar com os exemplares analisados nessa pesquisa, é visível essa constatação. E, o que poderia ser um material para suscitar reflexões que realmente levassem à superação da opressão vivenciada durante a ditadura e direcionasse para a efetiva transformação social, não passou de um material que entorpeceu os educadores com um conteúdo que na maioria das vezes colaborou para a estagnação do pensamento dos educadores e sufocou a luta de classes. A divulgação dos princípios liberais esteve presente em diferentes matérias, sobretudo a liberdade que se desdobrou em: a tolerância, a defesa da propriedade privada, o individualismo, a limitação do poder do Estado.

Desta maneira, destacar-se-á primeiramente, na análise realizada no periódico, o princípio liberal da tolerância que se justifica pela liberdade de credo, ou seja, o indivíduo é livre para professar sua crença. Através desse princípio, a religião deixa de ser imposta. Fato que passou a ser aceito após a Reforma Protestante, quando parte da população deixou de estar sobre o julgo e o comando da igreja católica. Antes disso, “quase todas as reivindicações de independência religiosa eram tratadas como heresia e subjugadas com êxito. (...) a Reforma inaugurou uma idade de pluralismo religioso”. (MELQUIOR, 1991, p23)

O jornal pesquisado tem uma forte ligação com a religião católica – posto que é editado em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do

Sul, mas nem esse fato fez com que o princípio liberal, de liberdade de crença, fosse desrespeitado. Dos oito exemplares analisados, não se observou tendência religiosa ou qualquer tipo de imposição, ao contrário, mesmo com a publicação da matéria “O Diabo Existe?” (escrita pelo Mons Urbano Zilles, pró-reitor da PUCRS, na edição nº 36), não houve imposição ou tendência religiosa, ao contrário, a figura e a existência do diabo foi abordada através de diferentes consciências religiosas, desde sociedades secretas que praticam cultos satânicos até a tradição judaico-cristã, sem deixar de abordar a literatura e o cinema oferecendo conhecimento aos leitores para que estes possam exercer a liberdade de escolha da crença. “*Satanás, o diabo, os demônios e as bruxas sempre fascinaram os homens. Em nossos dias não parece ser diferente quando olhamos para o cinema, televisão e a literatura*”. (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, nº36, p12).

Nota-se que, apesar de não mencionar uma religião específica, a ideia colocada no texto é da existência do bem e do mal em forças sobrenaturais. No entanto, a vida e as escolhas cabem a cada indivíduo: “*...pois nenhuma força do mal pode forçar ou coagir nossa liberdade.*” (Idem ibidem). Apesar do esforço do escritor da matéria em manter e em ressaltar o pensamento liberal de garantia da liberdade de crença e de decisão do indivíduo, percebe-se sutilmente pensamentos dogmáticos e conservadores que, por muito tempo, com preceitos metafísicos, levam à alienação, principalmente ao observar as ilustrações desta matéria.

Figura nº8 - Ilustração da matéria: O Diabo Existe?



Fonte: Jornal da Alfabetizadora, 1994, nº 36 p.13

Em se tratando de propriedade e defesa do direito à propriedade, o pensamento liberal entende que não é um princípio particular dos proprietários de

terras e de bens materiais. Significa dizer que até o mais simples dos cidadãos, pertencente a mais inferior das classes sociais, ainda assim tem direito à propriedade, que neste caso é possuir seu próprio corpo, que vai lhe dar condições de força para através do trabalho obter o produto que também passará a sua propriedade, pois

Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. (LOCKE, 1978, p.42).

Tendo a posse do seu corpo, o indivíduo tem também a liberdade para cuidar e decidir sobre essa propriedade. Dessa forma, da boa administração depende a vida do proprietário, seu sucesso e, ao contrário, uma decisão impensada pode levar a grandes dificuldades. Mas, o fato principal é que a responsabilidade pela propriedade é individual e intransferível.

Tal responsabilidade individual com sua propriedade é retratada, no jornal, em uma reportagem²⁵ intitulada: *Ter ou Não Ter Tempo*, que aborda a organização e a administração do tempo. À primeira vista, parece algo simples, que na justificativa da autora foi instigada a pesquisar para descobrir a razão da queixa de muitas pessoas em relação à falta de tempo. No entanto, ao analisar com mais cuidado pode-se observar termos, expressões e ilustrações que anunciam o pensamento liberal. Um desses momentos é quando é relatado o resultado da pesquisa “*Nossas observações a respeito levaram-nos à convicção de que o tempo existe e se organiza **na mente de cada um.***” Ou ainda: “*...poder-se-ia supor que a desorganização começa na mente e vontade humana*” (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, nº33, p.8).

Com isso, subentende-se que sendo a mente, parte do corpo que, por sua vez, é propriedade do indivíduo, logo é responsabilidade do indivíduo a administração do tempo de acordo com sua capacidade e vontade. Por conseguinte, dispor ou não dispor do tempo, depende da organização de cada sujeito. Nesse fragmento fica explícito a presença de ideologia, visto que “a ideologia se dá quando a consciência passa a ilusão de que as ações humanas decorrem de decisões livres e soberanas, não vendo sua vinculação com à realidade social.” (SEVERINO, 1986,

²⁵ Reportagem que pertence a Sessão Cultura Geral, e escrita por Maria Tasca, trata-se da divulgação de uma pesquisa de campo. Está presente no exemplar de número 33, ano VI, p8.

p.9). Ou seja, a afirmação de que o tempo é organizado na mente humana, é enganosa, pois, faz o indivíduo pensar que é uma opção dele viver sobrecarregado de obrigações, individualizando o processo. Desconsidera a materialidade da vida humana e o real motivo da sobrecarga pessoal que são as necessidades materiais do sujeito, uma vez que, na sociedade capitalista, o indivíduo é obrigado a se submeter às exaustivas jornadas de trabalho para suprir-se e garantir sua sobrevivência. Assim, a falta de tempo é mais justificada pela exploração do trabalhador, do que pela incapacidade de organizar-se temporalmente. Ignora-se que o agir e o pensar dependem das condições e principalmente das necessidades materiais do indivíduo, nas palavras de Marx (2009, p.44): “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.”

Em outro trecho do texto, a autora provoca o leitor dizendo: “...*é lícito entendermos que muitas pessoas poderiam render mais, ser mais produtivas ou prósperas se soubessem organizar seu tempo.*” (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, nº33, p8). “Trabalhar mais”, “render mais”, “produzir mais”, “prosperar mais”: essas palavras estão presentes desde as primeiras literaturas liberais²⁶, para convencer o homem que o modelo social capitalista é o mais correto, já que é pelo trabalho e pelo esforço de cada um que se consegue uma condição mais privilegiada, podendo, assim, adquirir produtos e, quiçá, até chegar a ser proprietário. Como afirma Smith (1981 p394):

[...] quando os cidadãos têm segurança de gozar dos frutos do trabalho, empenham-se naturalmente em melhorar sua condição e em adquirir não somente o necessário, mas também os confortos e o luxo que a vida pode proporcionar.

Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo.

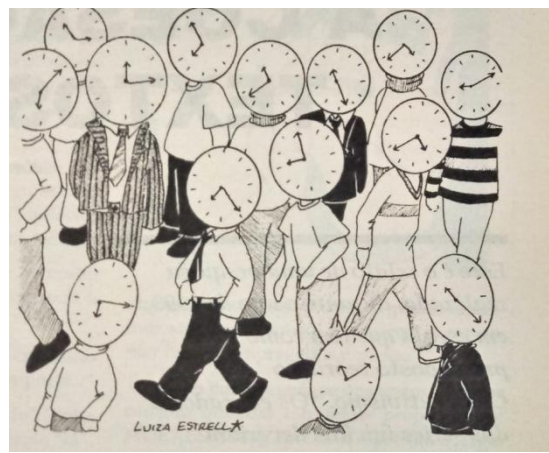
O que se vê é um discurso bastante convincente e alienador, já que, com isso, cada vez mais o trabalhador se torna escravo do sistema capitalista, assumindo mais obrigações em troca de remuneração para satisfazer o anseio em adquirir o produto que ele mesmo produziu. Esse fato é bastante característico do capitalismo, pois, desta forma, o sistema é alimentado e se mantém, trazendo lucro à classe dominante e exploração à dominada.

²⁶ Consultar: SMITH, A. Riqueza das Nações, São Paulo: Húmus, 1981.

A julgar pelos temas e pelos trechos destacados na reportagem suscita uma questão: qual o interesse em divulgar essa reportagem em um jornal que leva informação e tem como objetivo promover a formação de professores alfabetizadores? A explicação é muito clara. O jornal fez que a ideologia atingisse dois públicos de uma só vez, diretamente para os professores e indiretamente aos alunos.

Quanto aos professores, são profissionais que estão constantemente queixando-se da falta de tempo já que pelo seu baixo salário são obrigados a assumir uma carga horária de trabalho muito extensa para conseguir satisfazer suas necessidades materiais. Fazer com que esses profissionais comecem a pensar que a falta de tempo é sinônimo da falta de organização temporal, significa silenciar o docente em relação à reivindicação pela valorização profissional. Tendo os professores aceito esse pensamento, automaticamente (sem refletir), passarão para os alunos (futuros trabalhadores) e estarão formando, assim, uma mão de obra mais produtiva, que acredita que 'tempo é dinheiro' e dele depende a prosperidade dos indivíduos. Desta forma, são mais úteis para os proprietários que desejam mais produção e mais lucro e, portanto, estão colaborando com a manutenção da sociedade capitalista. As ilustrações da referida reportagem auxiliam na interpretação deste texto, bem como passam a intenção em formar indivíduos produtivos e semelhantes a máquinas que administram de forma correta seu tempo.

Figura 09 e 10 – Ilustração, de Luíza Estrella, da matéria: Ter ou não Ter Tempo



Fonte: Jornal da Alfabetizadora, nº 33 p. 10 e 11.

Convém evidenciar mais um recurso, utilizado na reportagem: a linguagem. Esse recurso diferencia o discurso Liberal de outros utilizados em outros períodos da história, quando a força era o meio de imposição da vontade da classe dominante.

No modelo social capitalista sob os recursos liberais, a sedução e o apelo aos sentimentos, através da linguagem, são os meios de convencimento: *“E não é o tempo, exatamente como o amor, indivisível e insondável?”* e, ainda: *“Foi o tempo que você dedicou a sua rosa que a fez tão importante.”* (Jornal da Alfabetizadora, 1994, p8).

Da mesma forma que o pensamento liberal foi fortemente reforçado na reportagem analisada, também se observa na charge que está no exemplar de número 28, do periódico. E, quando se atém com mais cuidado, nota-se uma arquitetada sequência de reportagens que tratam do mesmo princípio de diferentes maneiras, para inculcar a ideologia através da repetição até chegar à naturalização do processo. A referida sequência será evidenciada no decorrer do texto. A começar pela referida charge:

Figura 11 - Charge da Personagem Brigitte, na Ed.28



Fonte: JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, p17

A charge aborda as greves dos profissionais da educação com a personagem Brigitte concluindo que é melhor sua tia deixar de ser professora a lutar através de manifestações e greves por um salário mais digno. O pensamento implícito da charge anula o direito dos trabalhadores de reivindicar melhores condições de trabalho conquistadas na “década de 1980 com a criação das associações, que mais tarde tornaram-se sindicatos e que organizaram manifestações e greves prolongadas em escolas públicas, reivindicando por melhores condições de trabalho aos educadores.” (SAVIANI, 2010, p.404,).

No entanto, uma década depois dessa conquista dos trabalhadores, o jornal tenta diminuí-la com a publicação da charge que a remete ao pensamento no qual a melhor opção para o professor “insatisfeito” pelos baixos salários seria usar o princípio da liberdade para escolher outra profissão que fosse mais rentável, já que “o homem, sendo senhor de si mesmo e proprietário de sua própria pessoa e das ações de seu trabalho, tem ainda em si a justificação principal da propriedade”,

(LOCKE 1978 p.47), desta forma, sendo proprietário de si, tem a liberdade em trocar de profissão, que o satisfaça financeiramente.

Esse posicionamento político do jornal invalida a conquista democrática de manifestação há tão pouco conquistada pelos trabalhadores, através da Constituição 1988, e anula, assim, toda luta para o reconhecimento, por melhores salários e pela melhoria das condições de trabalho – concordando que “O homem sempre precisa viver de seu trabalho, e seu salário deve ser suficiente, **no mínimo**, para a sua manutenção”.(SMITH, 1996, p119-120- grifo da pesquisadora). Da mesma forma, reprova a existência de greves entre os trabalhadores e de qualquer luta desta classe.

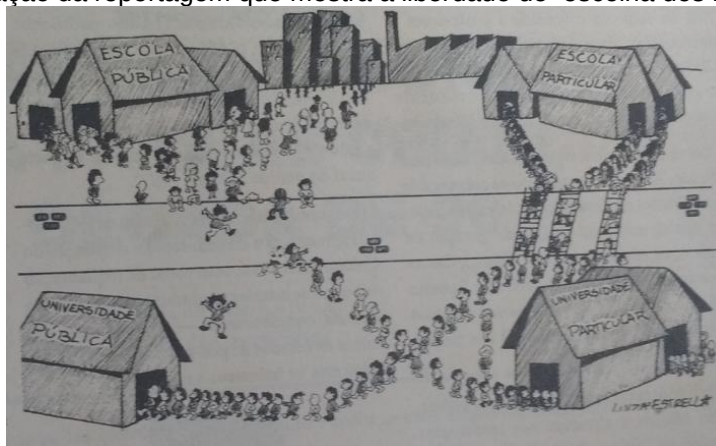
[...] é raro ouvir falar das associações entre patrões, ao passo que com frequência se ouve falar das associações entre operários. [...] No intuito de resolver com rapidez o impasse, os trabalhadores sempre têm o recurso ao mais ruidoso clamor, e às vezes à violência mais chocante e atroz (SMITH, 1996, p119)

Os trabalhadores raramente auferem alguma vantagem da violência dessas associações tumultuosas, (...) geralmente não resultando senão na punição ou ruína dos líderes. (idem p120)

Ainda na mesma charge, observa-se a referência do personagem para com a sua professora chamando-a de “tia”, chancelando a desvalorização profissional do alfabetizador, retomando ao pensamento de que o magistério é uma vocação e um dom. Mas o que este discurso esconde é o objetivo de manter os profissionais na desvalorização.

Outro momento que o jornal utiliza do princípio da liberdade em um discurso agradável, quando coloca aos leitores as vantagens da educação privada, utilizando um discurso que a torna quase uma necessidade no país, é o que se vê na matéria: *Por que Escolas Particulares?*

Figura 12: Ilustração da reportagem que mostra a liberdade de escolha dos indivíduos



Fonte: Jornal da Alfabetizadora, 1993, nº 28 p.6

No extenso texto, de três páginas, escrito por Maínar Longhi, coloca a privatização como uma prática positiva em países desenvolvidos da Europa. *“Há indícios de que a propensão estatizante no ensino está diminuindo, sobretudo nos países desenvolvidos.”* (*JORNAL DA ALFABETIZADORA*, 1993, nº 28 p.6) E, portanto, deixa subentendido que, se os países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, quiserem alcançar resultados positivos na educação, deveriam aderir à privatização. Não bastando, é ressaltado ainda como uma solução para a educação – em especial em países democráticos, aproveitando de forma intencional – abordar indiretamente o contexto político brasileiro que engatinha na democracia. *“Não cabe, dessa forma, o monopólio estatal de ensino. O fato é predominantemente aceito nos países democráticos.”* (idem ibidem)

É relevante acrescentar que esse texto faz referência ao pensamento de Locke, quando afirma que nenhum indivíduo deve estar sujeito à “vontade arbitrária”, considerando que, quando um país não incentiva a privatização da educação, torna a educação pública uma imposição, ferindo o direito de escolha, portanto, ferindo a liberdade, já que:

Ela se define como a liberdade, para cada um, de dispor e ordenar sobre sua própria pessoa, ações, possessões e tudo aquilo que lhe pertence, dentro da permissão das leis às quais está submetida, e, por isso, não estar sujeito à vontade arbitrária de outra pessoa, mas seguir livremente a sua própria vontade. (LOCKE, 1978, p.49)

A reportagem segue ressaltando exemplos de países que respeitam a liberdade de escolha do indivíduo, onde o governo subsidia as instituições privadas oferecendo incentivos, bolsas, e salário-educação para que as famílias custeiem a educação dos filhos em instituições particulares. Considera a possibilidade legal desse fato acontecer em nosso país, citando o artigo 206 da Constituição brasileira de 1988: *“as instituições educativas não estatais poderão ser privadas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas.”* (BRASIL, 1988). E, resalta outros documentos de âmbito internacional, como a Declaração dos Jovens da AD, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948) e outros. A referida declaração prevê em seu Artigo 26 a Educação Privada como uma questão de liberdade justificando que: *“Os pais têm prioridade de direito na escolha de gênero de instrução que será ministrado a seus filhos.”*(*JORNAL DA ALFABETIZADORA*, 1993, ed.28, p.8)

O texto consegue abordar o tema tanto no aspecto da dificuldade do governo em gerir a educação pública e, por isso, a privatização seria a solução.

Quanto no direito do cidadão escolher o ensino que oferecerá ao seu filho. Sobre isso, observa-se: *“A presença de escolas não-estatais se inscreve no necessário pluralismo das democracias. Nota-se empenho crescente no poder público para que as famílias possam exercer o direito de opção entre os estabelecimentos oficiais e os de livre iniciativa no ensino”*. (idem e ibidem). Com esse discurso atraente, percebe-se a tentativa de passar a benevolência do governo em oferecer e em respeitar a oportunidade dos pais decidirem pelo melhor para seu filho e mascara a verdadeira intenção dos governos liberais que é diminuir ao máximo as responsabilidades do Estado, diminuindo despesas e, com isso, estabelecendo o Estado Mínimo.

A reportagem é encerrada com mais uma tentativa de convencimento colocando a benevolência da ação e de quem a propõem: *“...a ideia de que o destinatário desse serviço deve estar em primeiro plano. Pouco interessa a agência que o presta”* (idem ibidem).

Cabe ressaltar que há uma pensada organização no jornal para divulgar um interesse ideológico liberal que trata do Estado Mínimo, ou seja, tirar do estado a responsabilidade da maioria dos serviços, propondo assim a privatização inclusive da educação, cabendo ao estado, apenas, cuidar da segurança da propriedade do indivíduo.

...o poder político é aquele poder que todo homem detém no estado de natureza e abre mão em favor da sociedade, e ali aos governantes que a sociedade colocou à sua frente, impondo-lhes o encargo, expresso ou tácito, de exercer este poder para seu bem e para a preservação de sua propriedade. (LOCKE, 1978, p82)

É possível observar essa organização tendo acesso na íntegra do jornal e em outros exemplares o recurso de manipulação de opinião tentando incutir aos leitores a necessidade da privatização do ensino para que educação do país possa melhorar. Afirma-se isso devido à reportagem anterior a essa, no mesmo exemplar, intitulada: “Educação: um Investimento com Retorno?” A reportagem pertence à Sessão Debate e anuncia as dificuldades da educação brasileira. Inicialmente, o texto denuncia a ineficiência da educação pública evidenciada por duas pesquisas²⁷.

²⁷ A primeira pesquisa se denominou Radiografia Sobre a Crise do Sistema Educacional Brasileiro, foi realizada por José Goldemberg (ex-ministro da educação) e divulgada pelo Jornal do Brasil: 03/06/93. A segunda pesquisa foi realizada pela Fundação Carlos Chagas, encomendada pela Unesco e foi divulgada em 16/05/93, pelo Jornal Folha de São Paulo

As pesquisas, explicitam dados como: “55,3% das crianças que se matricularam na 1ª série estavam no ano seguinte na 2ª série (de 6,5 milhões sobraram 3,6 milhões)”. Esses dados correspondem ao estudo do período de 1978 a 1979. Quanto ao preparo dos professores, mostram um perfil profissional que: “22% foram capazes de citar o quê leram, 48% afirmaram que leram, mas não sabiam contar o quê, 14% não leram e 16% não responderam.” O texto continua afirmando que: “Não se ingressa no Primeiro Mundo sem um sistema educacional de qualidade e que as pesquisas revelam que falta à escola brasileira em todos os graus uma **filosofia de qualidade**.” (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, nº28, p6 – grifos da autora).

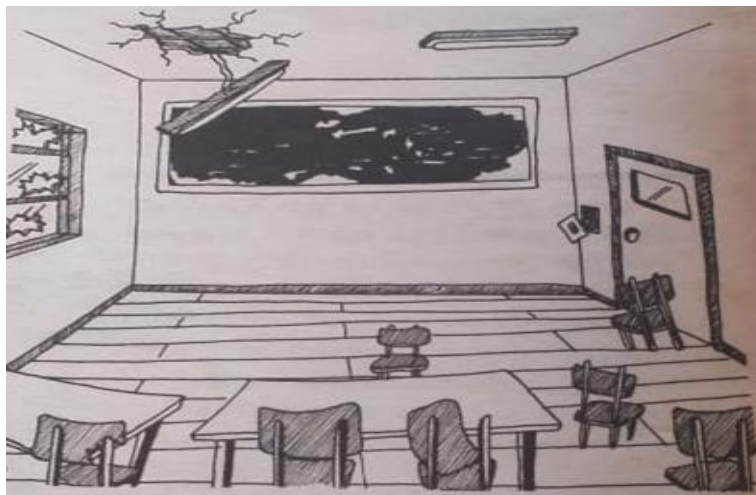
Após elencar outras diversas lacunas da educação brasileira, o jornal descreve a escola como uma empresa, mais precisamente, uma fábrica: “Pois bem, se o produto que a escola lança no mercado não agrada ao cliente, impõe-se uma análise ampla e corajosa dos fatores implicados na educação.” (idem e ibidem). Convidando todos a uma reflexão a respeito da educação, impondo a ideia de que educação de qualidade é aquela que forma pessoas para atuar na sociedade capitalista e fazê-la prosperar, em que, dentro da divisão de trabalho estabelecida, cada um ocupe seu espaço, segundo a sua capacidade, como determina o pensamento liberal:

Na realidade, a diferença de talentos naturais em pessoas diferentes é muito menos do que pensamos; a grande diferença de habilidade que distingue entre si as pessoas de diferentes profissões, quando chegam à maturidade, em muitos casos não é tanto a causa, mas antes o efeito da divisão do trabalho. (SMITH, 1981, p. 75).

Na edição 30, o Jornal traz uma reportagem intitulada: O (DES) PRAZER DE ESTAR NA ESCOLA, que mostra os problemas estruturais dos estabelecimentos públicos de ensino causada pela falta de manutenção. Nesta reportagem, a autora coloca como uma das causas “que interferem no binômio ensino/aprendizagem são as condições do ambiente físico. A produção de conhecimento também depende do nível de satisfação das pessoas”. (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, nº 30, p11). Para esse problema que, segundo a reportagem, é comum nos estabelecimentos de ensino, a alternativa apontada é a colaboração da comunidade. Desta forma, com toda a descrição das más condições que se encontram as escolas, somada com as imagens contidas nestas reportagens e apontada a solução para esse problema (as parcerias com a comunidade escolar), fica evidente a

difficuldade ou a ineficiência do governo em manter a educação, reafirmando, mesmo que de forma subentendida a necessidade da privatização.

Figura nº13: Ilustração retratando as condições físicas das salas de aula



Fonte: Jornal da Alfabetizadora, 1993, nº 30 p.11

A sequência de reportagens já evidenciadas e comentadas: a charge mostrando professores mal pagos e insatisfeitos, os dados insatisfatórios da educação evidenciados pelas pesquisas divulgadas e a denúncia de prédios escolares em péssimas condições que dificultam o rendimento do aluno demonstraram, pelas páginas do periódico, que o Estado já não conseguia dar conta das suas obrigações para com a educação.

Nesta perspectiva, o leitor, que em via de regra, são educadores, conclui que realmente pela falta de condições do Estado gerir o ensino, a privatização é a melhor solução. A maneira que o jornal coloca as reportagens colabora para que os leitores achem natural e absorvam a ideia, que nada mais é do que o interesse dominante, representado por um governo liberal, que através da privatização da educação se aproxima ainda mais do Estado Mínimo. Parece uma bem orquestrada empreitada de entorpecer o leitor, fazendo que esse aceitasse as transformações, sem questionamentos, impostas não mais pelo uso da força, mas por instrumentos de manipulação de opinião, que neste caso se trata da imprensa pedagógica.

Somada a esse intento de divulgação de interesses dominantes, são contemporâneas a essas publicações a universalização do ensino, que veio respaldada legalmente pela Constituição de 1988 e reafirmada pela Conferência Mundial Da Educação em 1990. Ambos os documentos, um a nível nacional e outro a nível internacional, são fortemente influenciados pelo liberalismo, que acredita que

a educação tem importante papel para o desenvolvimento econômico da população e, conseqüentemente, para o progresso dos países, já que colabora para que os indivíduos descubram suas potencialidades e tornem-se cada vez mais produtivos dentro de seus talentos naturais. “A diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação.” (SMITH, 1978, p. 75). Desta forma, tornar obrigatória, através da legislação, a educação a todos os cidadãos é uma maneira do governo garantir ao máximo o desenvolvimento da população e, por conseguinte, da nação. Visto que, assim, nenhum fato adverso pode impedir o indivíduo de ter acesso à educação, já que tem esse direito protegido pela lei, o que se denomina liberdade como intitlamento, conforme a definição de Merquior, 1991, p24:

A primeira materialização de autonomia é a liberdade de opressão como interferência arbitrária. Consiste na fruição livre de **direitos estabelecidos** e está associada a um sentido de dignidade.

(...)

É precisamente desse tipo de liberdade que qualquer indivíduo moderno espera fruir quando; exerce papéis sociais protegidos pela lei e pelo costume. Vamos chamá-la de liberdade como intitlamento.

Compreende-se que a Lei legitimou o direito à educação e todo o cidadão brasileiro poderia exercê-lo, não havendo opressão ou interferência arbitrária. Desse modo, no discurso oficial, o direito à educação do cidadão está protegido por lei e a oportunidade foi dada pelo Estado, basta o cidadão matricular-se, a oferta do ensino existe e tornou-se obrigatória.

No entanto, ao conceder essa garantia legal da educação, não se observou a inoperância do sistema diante uma demanda maior de alunos. A estrutura das escolas era insuficiente, da mesma forma que era insuficiente o número de profissionais para receber esses novos alunos. Estava, dessa forma, estabelecida a quantidade e não a qualidade. No trecho da carta²⁸ divulgada na Sessão Tirando Dúvida, é possível observar esse fato:

É possível uma criança de faixa etária avançada que nunca esteve na escola ser matriculada na série referente a sua idade? Por exemplo: uma criança com 12 anos com matrícula inicial na terceira série. O que acontecerá com esta criança que não sabe ler nem escrever? (...) “Como fazer atendimento individualizado numa classe de 40 alunos? (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, ed 33, p.22)

²⁸ A referida carta é de uma leitora da cidade de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e é datada de 5 de fevereiro de 1994.

A julgar com esse relato e outros divulgados pelo jornal, observa-se que a mudança proposta para a educação e amparada pela legislação não levou em consideração a dificuldade e a necessidade da classe dominada. Ao contrário, foi idealista, não partiu da materialidade, ignorou a realidade da população e da educação brasileira. Foi imposta verticalmente, de cima para baixo, desconhecendo todo o contexto social e as dificuldades que as instituições e os profissionais já enfrentavam a suposta solução. Consequentemente, desta forma, servindo apenas para enriquecer o discurso do governo e para manter a sociedade de classe. Em contrapartida, nada acrescentou para a transformação social, ou como instrumento de luta da classe dominada. Acrescenta-se que, se realmente a lei quisesse garantir a transformação da situação educacional, garantindo o ensino em especial aos marginalizados, deveria inverter esse processo, ou seja, partir do concreto real.

Diante da constatação que os termos legais que garantem a universalização da educação é de plano ideal, então, não conseguiria ou pretenderia atender à real necessidade de garantir o ensino à população, em especial, a classe trabalhadora. Na verdade, o que se viu a partir da Lei foi a transferência da responsabilidade da efetivação do ensino. Ou seja, o Estado faz sua parte garantindo a matrícula e o acesso às escolas. Mas, quando adentra-se aos portões da escola a educação passou a ser responsabilidade dos envolvidos diretos no processo de ensino e de aprendizagem, no caso, o professor e o aluno. Cabendo ao professor ensinar e ao aluno aprender. Quando o processo não se efetivou, ou se culpou o professor, que não soube ensinar, ou o aluno, que não se esforçou ou não foi capaz de aprender. Nota-se, neste modo de pensar, outro princípio liberal, o da individualidade, no qual cada indivíduo atinge seu objetivo a partir do seu interesse e do seu esforço: “Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo.” (SMITH, 1978, p.438)

Quanto a isso, observa-se que o jornal admite esse pensamento, ao responder a carta já mencionada. Nesta carta, além das questões já destacadas, a leitora expõe dúvidas metodológicas, relata e lamenta não conseguir ensinar os alunos em uma sala de aula superlotada, como resposta à leitora, entre outras afirmações, o jornal propõe que:

Por outro lado, posso te garantir, Cleuza Regina, que mesmo com 40 ou 42 alunos é possível trabalhar bem no Construtivismo pós piagetiano, pois nele o ensino é personalizado e não individualizado. Os alunos trabalham em

*pequenos grupos, onde as trocas entre eles é mais rica se a turma contar com 30 alunos ou mais. Evidentemente que isso exige muita **inteligência, criatividade e empenho da professora**. (grifos da pesquisadora) (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, ed 33, p.22)*

Com esta resposta, fica clara a posição do jornal que, reproduz o pensamento hegemônico e desconsidera todos os condicionantes que possam interferir no processo ensino e aprendizagem em uma sala de alfabetização, principalmente, o elevado número de alunos por turma. Não bastando, ainda, chancela o esforço individual como critério para o sucesso, em outras palavras, a meritocracia. Fica evidente o posicionamento liberal do jornal, ao dirigir-se à professora que deve ter inteligência, criatividade, percebidos como talentos naturais (SMITH, 1978, p.75) e, principalmente, **empenho**, que tem como sinônimo o esforço individual.

Respeitando ao que se propôs no início deste capítulo, optou-se primeiramente por analisar reportagens apontando os princípios do Liberalismo. Para isso, definiu-se as reportagens não trazem informações, especificamente, pedagógicas, mas, sim, assuntos gerais, cuidando, assim, da formação pessoal e geral dos educadores. Desta maneira, influenciou o fazer docente, mas de forma indireta. Nos próximos subtítulos, pretende-se analisar a influência do jornal diretamente no fazer docente, primeiramente conhecendo o alfabetizador através das cartas e, em seguida, observando as matérias direcionadas diretamente para o fazer docente do alfabetizador.

3.1 A IMAGEM DO ALFABETIZADOR, ATRAVÉS DO JORNAL DA ALFABETIZADORA

Aí o professor chegara às raias da paranoia. Quase chegava a se convencer de que vivia num mundo maquiavélico onde tudo e todos estavam empenhados em enganá-lo. O desânimo abatia-se sobre ele. Uma onda de pessimismo invadia sua mente. Passava-lhe pela cabeça a ideia de mudar de profissão. Mas a coisa não era tão simples assim. Afinal, não fora sem alguma razão que ele acabou tornando-se professor...(SAVIANI, 2007, p 448)

Já está evidenciado que a educação faz parte de uma totalidade, que não pode ser compreendida de forma autônoma. Sabe-se, também, que esta é um processo e, como tal, constituída de sujeitos. Destarte, conhecer a educação de um determinado contexto histórico, significa também conhecer estes sujeitos. Para os

fins desta pesquisa, a mesma se deterá apenas nos sujeitos professores, visto que, especificamente a esses se endereçava o *Jornal Da Alfabetizadora*. Por conseguinte, conhecer os professores (leitores) é compreender a organização e os conteúdos das reportagens trazidas pelo periódico.

Sendo a pesquisa, uma pesquisa documental e tendo como fonte primária a imprensa, o meio utilizado para atender este propósito foi a análise das correspondências enviadas pelos alfabetizadores ao jornal, nas sessões: Cartas, Tirando Dúvidas, Experiências Vividas. O recurso das cartas possibilitou conhecer os alfabetizadores através das próprias falas, tornando, assim, um aporte significativo para a pesquisa.

Através das correspondências, foi possível conhecer a vivência desses profissionais, o perfil dos mesmos e também identificar algumas das suas dificuldades. Dificuldades estas que refletiram na ação pedagógica e, conseqüentemente, no estabelecimento da crise da alfabetização, diz-se acentuação porque pelas palavras de uma dessas alfabetizadoras, a crise educacional já estava instalada. “(...) *Continuem lutando para que nós, professores nos possamos sentir seguros numa época em que a **educação virou ‘caos’** e também para que sejam **nosso timoneiro**.*” (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, v30, p.4)

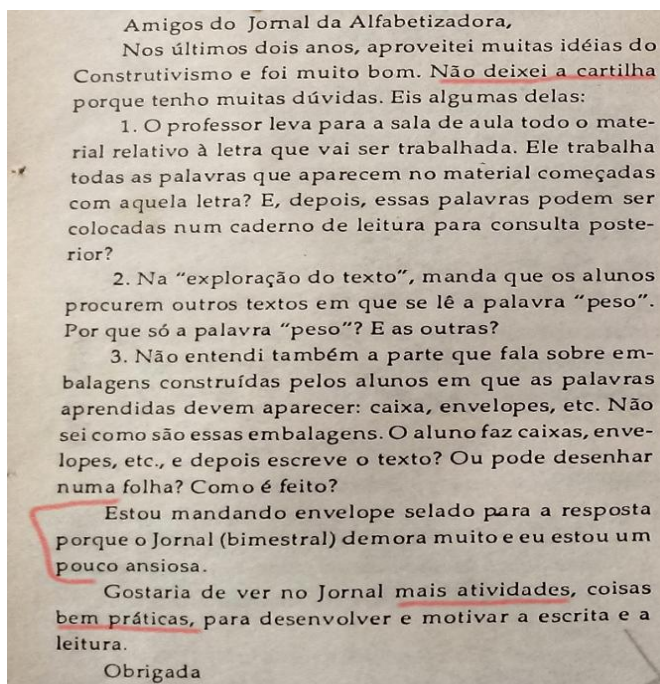
Através da fala da alfabetizadora, observa-se que a educação já estava em crise, mas, sobretudo que os professores viviam momentos de incertezas e de inseguranças. Quando se refere ao jornal como timoneiro, tem-se a certeza de que a prática docente estava a mercê do acaso, ou seja, carente de formação, de esclarecimento, de direcionamento, como denuncia a alfabetizadora na carta “[...] *o que temos na verdade, pelo menos aqui no Rio, é grande desespero por parte de alguns colegas que querem trabalhar, mas não conseguem devido a falta de conhecimento sobre Construtivismo[...]*” (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, v33, p22), as palavras da alfabetizadora caracteriza e descreve a nova fase na educação no país.

Conforme se observou no capítulo I desta pesquisa, o contexto histórico era de mudança, a educação precisava acompanhar as transformações e colaborar para que o novo projeto político e econômico do país tivesse sucesso e, por sua vez, fosse validado o seu pensamento hegemônico. Para garantir esse interesse, a legislação educacional, que é “um veículo adequado para fazer com que os processos educacionais concretizem os valores da ideologia que se quer transmitir,”

(SEVERINO,1986, p56), estabeleceu as Propostas Curriculares dos Estados, apresentando, na maioria delas, como perspectiva teórica: o Construtivismo²⁹. Este referencial apresentou uma proposição muito diferente do que a maioria dos professores viveu até então, quando a prática docente eficiente consistia apenas em aplicar planejamentos pensados por outros especialistas (tecnicismo), atingindo os objetivos específicos “[...] agora ele (o professor) não necessita seguir um planejamento rígido; não precisa pautar sua ação em objetivos predefinidos, seguindo regras pré-estabelecidas.” (SAVIANI, 2007 p.30).

Mesmo com tamanhas transformações, as novas propostas educacionais não trouxeram consigo um plano de formação contundente e significativo aos professores, que tendo a necessidade de atuar com a significativa mudança em sua prática, contou, apenas, com formações aligeiradas, algumas à distância, outras conduzidas por multiplicadores que também não dominavam a teoria. Desta forma, a insegurança passou a fazer parte da rotina dos professores e, por isso, muitos não conseguiam abandonar os antigos métodos, formando uma verdadeira colcha de retalhos num ecletismo teórico. Como admite a alfabetizadora no primeiro fragmento da carta divulgada na edição 32, destacada na imagem abaixo.

Figura 14 - correspondência divulgada na Sessão Tirando Dúvidas na ed. 32



Fonte: JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993.

²⁹ Sobre o Construtivismo, será abordado no subtítulo 3.2

Ainda na mesma carta, é possível observar muitas dúvidas pertinentes, o que comprova o quanto foi superficial as formações que estes profissionais participaram. Já no último fragmento da carta, observa-se a responsabilidade e a angústia desses professores diante da educação quando procuravam e tinham pressa em receber orientações. Pela atitude (mandar envelope selado) e pelas palavras: “*estou um pouco ansiosa*”, nota-se a preocupação demasiada por parte do professor em relação à prática. No entanto, almeja “*atividades, coisas bem práticas*”, o que mostra a postura puramente pragmática. Ou seja, a inquietação era a respeito de como pôr em prática a pedagogia oficial sem o devido conhecimento técnico.

O fato de buscar informações pragmáticas mostra o que os educadores ainda preservavam no pensamento, a premissa de que a educação, em sua essência, devia apenas transmitir os conteúdos pré-estabelecido dos documentos oficiais. Desse jeito, preservando o pensamento de neutralidade, ou seja, desprezando ou ignorando o papel desta enquanto disseminadora de ideologia, isto é: “o pensamento pedagógico dedicava-se mais a buscar sua eficácia do que questionar o seu eventual significado ideológico.” (SEVERINO, 1986, p.40).

Desta forma, os professores não buscavam formação para compreender teórico e filosoficamente a mudança e a nova proposta imposta verticalmente pelo Estado. Contentavam-se e buscavam dicas e receitas para aliviar a angústia de não saber o que fazer em suas salas de aula na sua rotina diária, o que se considera um imediatismo pedagógico. Fato que, por conseguinte, promove a alienação dos alfabetizadores que, tendo seu tempo ocupado pelas exaustivas rotinas de trabalho, buscavam formações que não formavam, e, cada vez mais, estavam cumprindo a função desejada pelo Estado: a de reproduzir aos seus alunos o pensamento dominante. Sobre isso, a carta de uma leitora elucida essa situação, quando traz dúvidas de ordem metodológica para serem esclarecidas pelo jornal, mas, sobretudo reafirma a posição pragmática e alienante com o fragmento:

Li bibliografias sobre o Construtivismo e ainda ficaram algumas dúvidas, que só serão sanadas através de cursos, que são exatamente sobre a parte prática, a vivência que precisamos ter. A SEEC promoveu alguns encontros com os professores, mas observei que o tema mudava de rumo para discussões políticas reivindicatórias.... (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, nº 33 p22)

Com isso, observa-se que, mais uma vez, a educação foi adaptada para condizer com o pensamento hegemônico recém-inaugurado dos governos democráticos e liberais. Diante da nova realidade econômica que exigia a formação

rápida para que os trabalhadores estivessem sempre se aperfeiçoando, reciclando-se para adaptar-se às novidades tecnológicas, também foi enquadrado o profissional docente. “Como ocorre com trabalhadores de modo geral, também os professores são instados a se aperfeiçoarem continuamente num eterno processo de aprender a aprender.” (SAVIANI, 2007, p.449).

A expressão “aprender a aprender”, utilizada por Saviani, revela o formato raso das formações propostas aos professores, ou seja, com proposições imediatistas de como fazer naquele momento. E, pautada no incentivo da busca incessante por novas informações, para novas situações, já que tudo era efêmero e exigia o novo a cada novo momento, a cada nova situação. Com esse pensamento instaurado, se por ventura, o ensino não fosse efetivado foi porque a prática do professor não foi adequada naquela situação, tendo, então, que buscar mais informação. Desta forma, desprezava-se o estudo detalhado da teoria e valorizava-se uma prática ou outra que teve sucesso.

Diante dessa realidade, na busca dessa formação/informação, o alfabetizador encontrou no *Jornal Da Alfabetizadora* uma âncora. Esse fato é confirmado pelos elogios dispensados ao jornal, bem como pelo pedido de matérias com conteúdos e ‘receitas de como ensinar’, algo que pudesse ajudar a atuar dentro da teoria anunciada oficialmente: “*Estou encantada com a eficácia das matérias, pois enriquecem o conhecimento e servem como suporte para dar segurança ao professor ao desenvolver o trabalho frente ao ensino/aprendizagem.*” (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, v32, p23). Ou ainda: “*Gostaria que me enviassem algo que ajudasse a atender e auxiliar alunos repetentes e com dificuldades de aprender. Essa é a grande ajuda que peço a vocês.*” (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, v31, p22).

Com as falas das alfabetizadoras, solicitando ajuda ao jornal, é possível comparar o meio educacional da época com uma espécie de corrente, na qual alguns elos estavam abertos, portanto, não conseguiam dar conta de sua função. Nesse caso, vê-se que os alunos precisavam aprender, para isso precisavam que os professores ensinassem, mas para esses ensinarem precisavam estar seguros do que e como ensinar. Ao que se vê, pelas cartas publicadas, este elo da corrente estava aberto. O professor também precisava aprender para ensinar, no entanto, não havia como aprender sem que fosse oportunizado a ele. Com toda essa dificuldade, o que se tem certeza é que a ordem dos fatos foi invertida, ignorou-se a

necessidade de tempo para o professor conhecer, estudar e se aprofundar na nova proposta para, então, implantá-la.

Pelos pedidos de auxílio ao jornal, percebe-se a fragilidade do discurso das alfabetizadoras e as dificuldades que as professoras sentiam em ensinar, de acordo com a nova proposta. As formações que poderiam ajudar a sanar as dúvidas cabiam ao Estado, mas ao que se percebe não acontecia de forma adequada. Entre as razões, pela não realização da formação docente é que isso acarretaria despesas para o país sem ter um retorno rentável. Esta é uma visão de administração pautada nas premissas liberais que distingue trabalhadores produtivos e improdutivos. Ou seja, os trabalhadores produtivos são os que através de seu trabalho agregam valor ao produto – produtos estes que podem ser vendidos ou estocados. Já os improdutivos são também trabalhadores, porém, do seu trabalho nada se produz, não há um produto, desta forma, nada pode ser acumulado a fim de gerar riqueza. Entre os trabalhadores improdutivos estão os eclesiásticos, advogados, médicos, homens de letras de todos os tipos, atores, palhaços, músicos... Nesta perspectiva, o professor é visto como um trabalhador improdutivo, pois seu trabalho não produz algo material. Esta razão mantém uma similaridade com o pensamento de SMITH (1978, p.333), que afirma que as nações que desejam prosperar devem administrar suas receitas com maior ênfase nos trabalhadores produtivos, portanto, entendendo o professor como um trabalhador improdutivo, já que do seu trabalho não há um produto material, o investimento em formação docente seria esbanjar a receita.

As grandes nações nunca empobrecem devido ao esbanjamento ou à imprudência de particulares, embora empobrecam às vezes em consequência do esbanjamento e da imprudência cometidos pela administração pública. Toda ou quase toda a renda pública é empregada, na maioria dos países, em manter cidadãos improdutivos. (SMITH, 1978, p.343)

Outra razão pelos escassos investimentos na formação docente, seja inicial ou continuada, é que é interessante e útil para o Estado que os professores apenas ajam conforme as orientações oficiais e, assim, reproduzam ideologia dominante, sem questionar ou ainda sem ter condições de questionar o que lhe é imposto – seja as condições de trabalho, seja os conteúdos, seja seu valor ideológico. Os professores alfabetizadores constituíam-se, desta forma, o que se pode chamar de ‘inocentes úteis’, ou seja, profissionais que, através da sua prática determinada pela legislação (propostas curriculares), ajudavam a disseminar a ideologia dominante sem se dar conta disso, ou sem ter condições de dar conta disso. Por sua vez, o

Estado, como representante da burguesia, utilizava-se desta legislação para perpetuar o pensamento hegemônico.

A legislação educacional, ela é veículo adequado para fazer com que os processos educacionais concretizem os valores da ideologia que se quer transmitir. A legislação educacional veicula, pois, a ideologia que o Estado, o poder público, quer fazer vingar, através de sua política educacional.(SEVERINO, 1986, p.55).

Compreende-se, desta forma, o interesse do Estado em manter as lacunas tanto da formação inicial, quanto da continuada nos professores. A alfabetização, por sua vez, continuava com tanto ou mais dificuldades do que em outras épocas da educação brasileira devido aos inúmeros condicionantes, mas, entre esses, é incontestável a falta de preparo adequado para a atuação dos alfabetizadores, que, no seu conjunto, também contava com recém formados e outros leigos que, em muitos casos, nem viam a docência como uma profissão e, sim, como uma vocação, como observa-se num fragmento da correspondência: *“Terminando o curso do Magistério de primeiro grau este ano, mas com quatro anos de prática de sala de aula (...) sinto-me confusa a respeito do trabalho que já realizei (...) Não escolhi o magistério por questão financeira mas por vocação.* (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, v31, p22)

Outra característica marcante dos alfabetizadores que se correspondiam com o jornal é a expressão exacerbada de gratidão, declaradas em suas cartas:

Quero parabenizar a equipe do Jornal da Alfabetizadora por estar contribuindo, com artigos de valiosa importância, na questão da alfabetização. (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, nº30)

Quero parabenizar a equipe desse jornal pelo empenho e pela qualidade dos assuntos que são abordados. (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993 Nº 31)

Tomo a iniciativa de lhe enviar algumas palavra pela brilhante matéria... (JORNAL DA ALFABETIZADORA ,1994nº 32)

Quero parabenizá-lo pelo trabalho do ano de 1993, quando foram publicadas matérias excelentes, que, tenho certeza, elucidaram e até emocionaram professores (...) Rogo a Deus que que vocês mantenham empenhados, como até agora, em esclarecer, dialogar, divulgar... (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, n 33.)

Parabenizo-os pelo amor e carinho com que imprimem o Jornal da Alfabetizadora. Mostrei exemplares para minhas colegas e todas ficaram interessadas. (JORNAL DA ALFABETIZADORA 1994 nº35)

Através dos trechos em destaque é demonstrada a vulnerabilidade dos professores alfabetizadores, aceitando e sendo gratos pelo mínimo ofertado por um jornal financiado por um governo que delega a outros a responsabilidade da formação dos professores. O que demonstra certo conformismo e desvalorização do próprio docente por si e pelo seu trabalho.

Por outro lado, em alguns momentos observa-se uma postura um tanto elitista, ou pelo menos resistente de alguns alfabetizadores no que diz respeito à aceitação dos alunos que foram inseridos no contexto escolar por meio da determinação legal da Constituição de 1988, que trouxe a obrigatoriedade do ensino. Sabe-se que, com essa determinação, mudou o perfil dos alunos que frequentavam as salas de aula e nem todos os professores compreenderam a real necessidade de ensinar esses alunos que, até então, estavam excluídos do contexto escolar e que, a partir daquele momento, seja por falta de aceitação ou falta de preparo dos professores passaram a ser excluídos no contexto escolar. Sobre isso, alguns trechos de correspondências elucidam:

(...)

Gostaria que publicassem artigos sobre alunos com dificuldade de aprendizagem em todas as áreas de estudo. Temos alunos com vários anos no Ciclo Básico e que não conseguem quase nenhum progresso. (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, nº 32)

*Não escolhi **o magistério por questão financeira**, mas por vocação. Gosto do que faço, procuro melhorar a cada dia, **mas o que me atrapalha** é não ter visto ninguém falar sobre esse **tipo de aluno** com o qual me deparo todos os dias: aquele que vai para a escola empurrado, que passa fome, aquele que **o pai não tem dinheiro para comprar um caderno**, aquele que a repetência já está deixando cansado.*(...) (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, nº 31).

Pelos fragmentos, é notável que o conjunto de professores alfabetizadores estava dividido entre: os que não sabiam como atuar diante da universalização do ensino, da nova teoria; e os que não aceitavam tal proposta – como nota-se na segunda fração de carta, a permanência do pensamento de que a escola pertence à elite, aos que têm condições materiais e sobretudo a falta de consciência de classe dos professores que se colocam numa condição mais privilegiada que o aluno, ignorando que professor e aluno pertencem a mesma classe, à classe trabalhadora. Mesmo no último fragmento o professor denuncia a situação caótica da educação, mas, sobretudo das desigualdades sociais e da má distribuição de renda do país.

Com isso também, percebe-se que a falta de uma formação teórica e filosófica fez com que os alfabetizadores não percebessem a importância da sua prática diante dos seus alunos na construção de uma sociedade mais justa, no que diz respeito a dar condições de luta ao proletariado. Iniciando, ainda na primeira etapa da escolarização uma formação sólida, crítica e munida de conhecimentos que dariam condição de lutar pela transformação social e sentir-se mais preparada diante da luta de classes.

Então, se era ele explorado, como podia ser acusado de explorar? Mas a lógica da acusação acionava um argumento que parecia irresponsável: o professor era explorado para explorar; era dominado para dominar. Enquanto pensava estar colaborando com os outros, estar ajudando seus alunos, tanto mais eficazmente sua função de dominação. (SAVIANI, 2007, p. 447).

Com o que se viu, através das correspondências divulgadas no jornal, conclui-se que houve uma situação arquitetada pela classe dominante, representada pelo Estado, na qual os alfabetizadores sentiam uma certa insignificância profissional, não se reconhecendo como tal e, sim, como alguém vocacionado, quase um voluntário, logo não se sentiam no direito de exigir melhores condições de trabalho, salário, formação. “... *acontecimentos que eu como professora me sinto menosprezada, insignificante, diminuída...*” ou ainda: *Será que valho menos do que o salário que me pagam? Salário que quase não vale nada mediante a loucura econômica que estamos vivendo?* (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, v31, p21). Por conseguinte, tinham pouco a oferecer aos alunos que frequentavam as escolas públicas brasileiras, principalmente para aqueles oriundos da classe trabalhadora, que as condições sociais já lhe haviam tirado quase todos os direitos e quando chegaram na escola, obrigados pela nova legislação, viram-se num ambiente que podia fazer muito pouco por eles e que, outras vezes, não sabia ou não desejava fazer muito por eles. Em síntese, nessa linha tênue entre o antigo que já não era mais aceito e o novo ainda pouco conhecido, os professores se tornaram sujeitos úteis na reprodução da ideologia dominante, através da prática pedagógica.

3.2. A TEORIA PEDAGÓGICA QUE EXPRESSA O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIDADE, NO JORNAL DA ALFABETIZADORA

Depois de observar a presença dos princípios liberais contidos nas reportagens com assuntos gerais publicadas pelo jornal e conhecer o perfil dos profissionais alfabetizadores leitores do periódico, faz-se necessário analisar as reportagens que abordam especificamente a prática pedagógica que predominou nas edições observadas, a fim de aprofundar o assunto.

Primeiramente, cabe destacar a maneira estratégica que o jornal propunha aos alfabetizadores a assumirem o novo modelo teórico, que, segundo a abordagem do jornal, propiciaria uma formação mais condizente aos indivíduos para esses

atuarem nos novos moldes da sociedade, para tanto, o periódico utilizava-se da *“crítica a Escola Tradicional que efervescia, ao mesmo tempo, que em vários segmentos da sociedade, se discutia a necessidade da mudança social.”* (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, ed.30 p.5), mudança esta que diz respeito à transição da ditadura militar para a democracia.

Na perspectiva de apelo, destacando a necessidade de uma educação diferente, renovada para os cidadãos que atuariam nesta sociedade “democrática”, o jornal atraía os leitores com o argumento da busca pela mudança na prática docente. Um dos recursos mais utilizados para convencer os alfabetizadores, foi a linguagem que entusiasmava ao mesmo tempo que desafiava. Como observa-se:

“Efetivamente, temos de constituir-nos uma grande comunidade abrahâmica que aceite deixar o velho rumo ao novo, com força que só o coletivo pode dispor.” (Jornal da Alfabetizadora, 1994, ed. 33, p.22).

Tendo em vista o anseio que os educadores e toda a sociedade tinham de superar a opressão vivida nos anos de ditadura, tornou-se mais fácil alcançar o objetivo do jornal, implantar o novo modelo de educação. O discurso utilizado levava os leitores a pensarem que se tratava de um pensamento realmente transformador, que levaria a transformação social *“a partir de uma educação que formaria indivíduos livres, autônomos, criativos, intransigentes...”* (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, nº30, p4), mas que na verdade não passava de reformas que não chegariam além do conceito de liberdade propagada pelos liberais, que nada mais é do que uma pequena dose de liberdade, ou seja, ter “liberdade não significa que um homem possa fazer exatamente o que lhe agrada, sem consideração a qualquer lei”. (LOCKE, 1978, p7).

Desta forma, entendendo que as leis são formuladas a partir dos interesses dominantes defendidos pelo Estado, conclui-se que a classe trabalhadora não será livre enquanto não houver a superação da exploração do homem pelo homem, já que a estrutura econômica da sociedade capitalista coloca os trabalhadores numa relação de dependência em relação aos proprietários dos meios de produção, principalmente, pelo fato desses necessitarem vender sua força de trabalho para garantir a sua subsistência. Consequentemente, a classe que detém os meios de produção utiliza essa condição para implantar seu modo de pensar e, por conseguinte, perpetuar o modelo social: explorador x explorado.

Ainda, sobre o intuito de convencer o leitor da necessidade de mudança na prática docente, é percebido em alguns títulos, ilustrações e chamadas que levam a imaginar que esta mudança acrescentaria para um pensamento crítico, revolucionário, como observa-se na chamada da reportagem: *Mitos e Medos Impedem as Transformações*, destacada na ilustração: *“trabalhar revolucionariamente a educação, assumindo um compromisso com os problemas de sua realidade(...)”*, (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, v32, p14) esse fragmento faz que se imagine que a reportagem teria um conteúdo que iria trazer ao professor fundamentos teóricos que o levassem a perceber as mazelas do modelo social imposto pelo capitalismo. Continuando o texto e, concordante com a primeira parte, a autora coloca que *“precisamos de pessoas des-ajustadas, que não busquem se ajustar às estruturas sociais, mas sim transformá-las...”*(idem e ibidem), até este ponto, a coerência de ideias está presente, a linguagem utilizada faz o leitor pensar que se trata da necessidade real de mudança e da mudança real, que seria a superação do capitalismo.

Figura nº15 Ilustração do título e chamada da matéria, publicada na edição nº32



Fonte: Jornal da Alfabetizadora, 1994, p.14

No entanto, no interior da matéria observam-se ideias contraditórias às primeiras, quando, por exemplo, ainda no mesmo parágrafo é apontada a solução para tal transformação social: *“exige ações criativas, intransigentes, críticas e destemidas ao mesmo tempo”*. (idem ibidem). Essas palavras contradizem a proposição de transformação real e remetem ao pensamento liberal, dando a ilusão de que a transformação social só depende de criatividade dos indivíduos, trazendo à

tona o conceito de individualidade e de adaptação, ou seja, os educadores são iludidos com um discurso de que a sociedade se transforma a partir do empenho de cada um, ou seja, se a transformação não ocorreu é porque suas ações não foram suficientemente criativas, cabendo, então, adaptar-se às situações.

Esta é uma característica do capitalismo, cuidar para que os trabalhadores pensem da forma que a classe dominante deseja, fazendo que o proletariado perca a consciência de classe, percebendo o modelo capitalista como o único possível e correto, tendo assim que se adaptar ao mesmo. Assim, também, na educação, os professores foram levados a acreditar que o novo aporte teórico levaria a ‘transformações’ educacionais e, por conseguinte, sociais, mas o que realmente se viu é que não passou de reformas, nas quais os interesses dominantes foram preservados.

Outro aspecto que chama a atenção nessa reportagem é quando se critica a busca de formações dos professores para enfrentar as novas propostas. Segundo o texto, *“só um povo decadente, que teve sua consciência aprisionada e o autoconceito diminuído, não percebe que é tempo que se perde dispendendo esforços se preparando, quando essa preparação deve ser um processo permanente.”* (idem ibidem). Essa passagem é no mínimo inquietante e traz uma mensagem ideológica que valoriza a necessidade de adaptação do sujeito nas novas situações enquanto desmerece o conhecimento sólido, o aprofundamento do docente, que pode dar condições a este de julgar conscientemente o que lhe é imposto. Além de propor uma atuação irresponsável, rasa, baseada no improviso, endossa a postura do governo que negligencia aos alfabetizadores uma formação mais decisiva. Contudo, a maneira que é composta a matéria é bastante convincente, principalmente, pela ilustração proposta e pela chamada, mostrando a contradição entre o aparente e o real, entre o que se diz e o que se quer dizer. A respeito disso, acrescenta-se que:

O discurso ideológico contemporâneo não pode, é claro, ser comparado ponto a ponto com o discurso liberal dos séculos XVIII e XIX, mas a essência é a mesma, a despeito de todos os artifícios retóricos e simbólicos atualmente utilizados. O ambiente ideológico do mundo neoliberal é constituído por discursos aparentemente não articulados entre si, até pelo fato de serem utilizados em momentos distintos. (DUARTE, 2001, p.181)

Em relação ao ‘novo’ propagado, pelo jornal, aquilo que geraria a transformação na educação, tratava-se do Construtivismo que “sempre apresentou-se no Brasil como se estivesse trazendo ideias inteiramente novas para a educação,” (DUARTE, 2001, p.86). Conforme observado no gráfico 8, que tratou

dos temas com maior destaque nas matérias/reportagens do jornal, das dezesseis matérias observadas sete delas tratavam de teorias pedagógicas e todas as sete abordavam o Construtivismo.

Compreender as razões que levaram à implantação desse novo modelo pedagógico, que trouxe tais transformações radicais, bem como suas consequências para a alfabetização, são fatos relevantes nesta pesquisa. Deste modo, entre as razões da referida implantação, está a necessidade de ordem político-social, já mencionada no primeiro capítulo desta pesquisa, somada à influência do crescimento das pesquisas, especialmente, devido ao avanço oportunizado pela implementação da Pós Graduação no Brasil, quando os pesquisadores trouxeram novas discussões sobre o contexto educacional e a percepção da ineficiência da educação, principalmente, diante do novo contexto escolar que sofreu relevantes modificações com a universalização do ensino.

Essa ineficiência era especialmente percebida nos primeiros anos de escolarização, *o índice de retenções nos primeiros anos era de 50%* (JORNAL DA ALFABETIZADORA 1994 Ed. 33. p23). Desta forma, se admitiu um novo olhar e boa parte dos educadores foi convencida da necessidade de inaugurar uma nova fase na educação brasileira.

No entanto, é importante acrescentar que não foram, somente, razões internas que trouxeram o Construtivismo para as salas de aula brasileiras, nem tão pouco foi algo particular do Brasil essa proposta pedagógica. Ao que se viu, tratou-se de um fato que ocorreu em muitos dos países subdesenvolvidos que estavam sob a dependência econômica de instituições estrangeiras como o FMI e o Banco Mundial. Estas instituições objetivavam expandir e garantir a supremacia do neoliberalismo nesses países e encontraram na educação um meio seguro para isso, assim,

o Construtivismo não deve ser visto como um fenômeno isolado ou desvinculado do contexto mundial das duas últimas décadas. Tal movimento ganha força justamente no interior do aguçamento do processo de mundialização do capital e de difusão, na América Latina, do modelo econômico, político e ideológico neoliberal. (DUARTE, 2001 p.52)

Este marco teórico prometia inovações que se oporiam ao antigo, ao tradicionalmente conhecido, promovendo uma educação democrática, principalmente nas salas de alfabetização. Entretanto, o que se viu foi que “o movimento construtivista, no Brasil, tornou-se um grande modismo a partir da

década de 1980, defendendo princípios pedagógicos muito próximos aos do movimento escolanovista” (DUARTE, 2001, p86). Ou seja, poucas foram as inovações prometidas, e o que se configurou foi uma proposta, muito próxima da Escola Nova, que considerou o aluno como o centro do processo e desvalorizou a escola enquanto local responsável pelo saber sistematizado. Com um discurso conquistador, de ensino que priorizava conteúdos do interesse do aluno, com pesquisas e com experiência, viu-se repetir o fato já ocorrido da primeira metade do século XX, a escola tornando-se cada vez mais voltada para o interesse da classe dominante. Difundindo valores e crenças que só trataram de reforçar o abismo entre as classes sociais, visto que:

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem a disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. (MARX, 2009, p67)

A teoria construtivista está fundamentada na teoria do suíço Jean Piaget³⁰, biólogo, psicólogo e epistemólogo estudioso do processo de aquisição do conhecimento humano. Sobre essa teoria, destaca-se que considera os estágios de maturação da inteligência no ser humano e o aprendizado como algo ativo que exige a participação do aprendiz,

o Construtivismo piagetiano é uma teoria que trata do conhecimento, mais propriamente, é uma teoria epistemológica e psicológica que pretende descrever e explicar como se desenvolvem os conhecimentos. O termo *Construtivismo* vem exatamente de um questionamento fundamental de Piaget (1978): como se passa de um conhecimento elementar, insuficiente, para um conhecimento superior? Como avançam os conhecimentos, considerando sua formação na infância até chegar ao pensamento adulto e ao conhecimento científico? (CHAKUR, SILVA, MASSABINI, 2003).

Esse modelo de ensino acredita que é fundamental instigar a curiosidade da criança, já que o aluno é induzido a encontrar as respostas recorrendo aos seus próprios conhecimentos e, a partir de seu interesse, e com a colaboração dos colegas e a interação com a realidade. Desta forma, o aluno participa ativamente do próprio aprendizado, através de experimentação, pesquisa, estímulo, a dúvida e desenvolvimento do raciocínio. Nessa perspectiva, a intervenção pedagógica deve “contribuir para que o aluno desenvolva a capacidade de realizar aprendizagens

³⁰ Para aprofundar o conhecimento sobre o teórico recorrer a: CASTORINA, A. José, et AL, PIAGET, VYGOTSKY, Novas Contribuições para o Debate, Editora Ática, São Paulo, 1996.

significativas por si mesmo numa ampla gama de situações e circunstâncias, que o aluno ‘aprenda a aprender’.” (COLL, 1994, p. 136 apud DUARTE, 2001, p55).

Pautado nesse pensamento os educadores passaram a conduzir suas práticas a partir de projetos que atendiam os interesses dos alunos. O que confirma o relato de uma professora: *“...desde que começamos a estudar a teoria construtivista-interacionista, passamos a perceber a importância de trazer a vivência de nossas crianças para a sala de aula, contextualizando os conteúdos a partir do interesse dos alunos.”* (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, Ed.28, p.22). Muitos desses projetos foram divulgados em formações docentes e na imprensa educacional, e para isso muito colaborou o Jornal da Alfabetizadora, criando uma espécie de metodologia, sendo aplicada por outros educadores seduzidos por relatos convincentes. Um exemplo disso é o projeto do ‘Restaurante em sala de aula’, mencionado pela professora supracitada, que surgiu a partir da observação da brincadeira de casinha da turma e com a observação da professora nasceu o projeto o qual os alunos assumiram personagens de garçom, clientes, funcionários e até fizeram adereços para a decoração e construíram seu próprio dinheiro. *“Assim, quando as crianças demonstram interesse por um determinado assunto, procuramos valorizar o mesmo na sala de aula, integrando-o aos diversos conteúdos da nossa classe de alfabetização.”* (idem *ibidem*).

Num primeiro momento, parece uma prática interessante, porém, é necessário que se observe a educação formal precisa ser organizada no espaço e no tempo do ano letivo. Um projeto como o citado demanda tempo e muitos outros conteúdos e áreas de conhecimento foram relegados com a justificativa de que ‘é preciso partir do interesse do aluno’. Com isso, desconsiderou-se que um aluno em fase de alfabetização não tem condição de perceber o que realmente é importante para compor uma formação sólida que dá condições de analisar, julgar e transformar a sociedade. Observa-se, assim, uma desvalorização da escola enquanto instituição responsável pela educação formal, com “práticas que se manifestam com características light³¹”. É nesse sentido que a educação perdeu sua especificidade quando o saber historicamente acumulado deu lugar ao alegórico: a de transmitir o saber historicamente acumulado. E nesta perspectiva, cabe à escola a função de

³¹ Termo usado por Saviani, 2010, p434.

organizar e de sistematizar os conteúdos, nessa tarefa é fundamental recorrer ao que é chamado clássico:

O clássico não se confunde com o tradicional e também não se opõe, necessariamente, ao modelo moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial. Pode, pois, constituir-se num critério útil para seleção dos conteúdos do trabalho pedagógico. (SAVIANI, 2005, p. 13-14).

Com a publicação de matérias como esta, somada à insegurança em atuar de acordo com a nova proposta de ensino, certamente, esta experiência passou a fazer parte da prática de muitos alfabetizadores e as consequências tomaram uma dimensão muito maior. A justificativa de respeitar o interesse do aluno, valorizar as experiências pessoais, a afetividade, o alegórico, o emocional, foram apelos determinantes no convencimento dos alfabetizadores para a adesão à proposta construtivista que representa as teorias contemporâneas de educação, em parte, responsáveis pela desconstrução do papel da escola, no que diz respeito ao ensino, a esse processo denominou-se a pedagogia do “aprender a aprender”.

Assim, o lema “aprender a aprender” desempenha um importante papel na adequação do discurso pedagógico contemporâneo às necessidades do processo de mundialização do capitalismo, pela sua interna vinculação à categoria de adaptação que ocupa lugar de destaque tanto no discurso político-econômico neoliberal como nas teorias epistemológicas, psicológicas e pedagógicas de cunho construtivista. (DUARTE, 2001, p.82)

Em relação a alfabetização, especificamente, a Teoria Construtivista foi transposta para a alfabetização por Emília Ferreiro³², a pesquisadora fez relevantes contribuições quando analisou as etapas da construção da escrita no seu período de aquisição. O referido estudo que resultou na obra *Psicogênese da Língua Escrita*. Dentre as contribuições, a pesquisadora também colocou através de sua pesquisa a possibilidade da criança alfabetizar-se sozinha, desde que estivesse em ambiente que estimulasse o contato com letras e textos. *“De acordo com o Construtivismo, se o alfabetizando puder contar com um ambiente alfabetizador, ele mesmo terá condições de construir ativamente sua aquisição da escrita.”* (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, Nº 28, p22). Nesse sentido, o Jornal da Alfabetizadora colaborou para que os professores compreendessem que a sua atuação diante da turma tinha sido, de certa forma, limitada a organizador da sala de aula,

³²Emilia Ferreiro, psicóloga e pedagoga argentina, radicada no México, doutora pela Universidade de Genebra, foi aluna de Jean Piaget e, sob sua orientação, trabalhou como pesquisadora-assistente. Obteve o seu PhD sob a orientação do mesmo.

demonstrando assim um desmerecimento da docência sugerindo um novo contorno para a educação:

Aí esta a verdadeira educação, que não tem necessidades de lições de mestres ou de livros. Basta colocar a criança num meio suficientemente rico, suficientemente nutritivo do ponto de vista intelectual, para que espontaneamente ela se mova e empregue a atividade que lhe permite conhecê-lo sem qualquer intervenção do educador. (DUARTE, 2001, p.57)

Esse modelo de educação, anula a mediação do professor na construção do conhecimento. Todavia, sabe-se que o papel do adulto diante da aprendizagem da criança é fundamental, visto que a interação entre a geração mais velha e a geração mais nova proporciona a esta a aprendizagem quando os adultos transmitem seus conhecimentos às crianças. “Assim, a atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno.” (SAVIANI, 2005, p.12-13). Esse processo cognitivo e psicológico é chamado de interp-síquico e, quando passa a ser internalizado, na medida que a criança vai crescendo, torna-se intrapsíquico. Sobre isso, acrescenta-se:

Cada função no desenvolvimento cultural de uma criança aparece duas vezes: primeiro no nível social e mais tarde, no nível individual, primeiro entre pessoas (interp-sicológico) e depois dentro da criança (intrap-sicológico). Isso se aplica igualmente a toda atenção voluntária, à memória, à formação de conceitos. Todas as ações mentais superiores se originam como relações reais entre pessoas. (VYGOTSKY, 1978, p.57).

Ainda na teoria construtivista, as rasas formações trouxeram falas contraditórias em relação ao posicionamento do professor frente às dificuldades dos alunos diante do processo de ensino/aprendizagem. Assim, a afirmação de que “os métodos novos se centram no aluno (nas crianças), nos procedimentos e no aspecto psicológico, isto é, centra-se nas motivações e interesses da criança.”(SAVIANI,1999, p.57), tornaram-se argumentos para muitos alfabetizadores introduzirem em sua prática a não correção, a proibição do uso de canetas vermelhas, entendendo que isso acarretaria em traumas para os alunos. Por essas ações pedagógicas baseadas em experiências pragmáticas, percebem-se as falhas no processo de formação docente na implantação do Construtivismo. Sobre isso, uma especialista, escreveu em defesa do Construtivismo, em especial à obra de Emilia Ferreiro: “*O Livro Psicogênese da Língua Escrita não propõe o abandono ao uso da cartilha, não propõe a não correção dos erros na escrita, como também não propõe a anarquia em sala de aula.*” (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, Ed.28 p23).

É incontestável, que a nova concepção foi a precursora de significativas mudanças na prática pedagógica, tanto no que diz respeito aos materiais utilizados, quanto às adaptações curriculares e à organização das salas de aula. As críticas tecidas às monótonas práticas tradicionais de alfabetização e à exaustiva repetição de exercícios foram o carro chefe da propaganda das novas propostas teórico-metodológicas. Desta forma, em diversos momentos nos exemplares analisados do jornal, foi abordada a necessidade de repensar os meios tradicionais ‘ultrapassados’, já que *“a partir da década de 80, com o surgimento de novas abordagens sobre Educação, tem sido frequente a denúncia que os conteúdos da Escola Tradicional são ‘sem sentido’, não estabelecem nenhuma relação com a realidade do aluno...”* (JORNAL DA ALFABETIZADORA 1993 ed.30 p5.)

Assim, a teoria condenava a rigidez nos procedimentos de ensino, as avaliações padronizadas e a utilização materiais estereotipados, que deturpavam a realidade, com apelos ideológicos e equívocos linguísticos, que privilegiavam a memorização a partir do uso de técnicas, anulando, assim, a possibilidade de articulação entre os grafemas e fonemas (SILVA, 2008; MARCUSCHI, 2009). Em contrapartida, propôs uma escola menos rígida, avaliações diárias não com fins de reprovação e a utilização de materiais que trouxessem para a sala de aula a realidade do aluno, acreditando, desta forma, aumentar o interesse dos mesmos na aprendizagem. (ALBUQUERQUE, 2006; MORTATTI, 2006, 2000; SILVA, 2009).

A partir de relatos de professoras publicados pelo jornal, é possível perceber que o discurso de um ensino com menos rigidez foi interpretado por muitos educadores pelo extremo do significado das palavras omitindo a autoridade do professor, no qual a disciplina necessária para aprendizagem foi esquecida – a organização foi substituída pelo caos e o professor passou a ser uma figura a ser culpada por toda a situação da educação que segue para o fracasso, percebido até pelos pais que

...são pessoas totalmente leigas aos procedimentos didáticos, alegaram que os cadernos dos alunos estão bagunçados, que determinado aluno rabiscou o caderno, que sumiu um lápis, rachou a borracha, que alunos se desentenderam por quaisquer insignificâncias... (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994 e nº31, p21)

É compreensível que diante de um ambiente permissivo, o aumento das dificuldades dos alunos foi mais significativo, em especial os oriundos da classe trabalhadora, repetindo o que aconteceu com a implantação da Escola Nova, haja

visto que, como já se discutiu, o Construtivismo tem similaridades com a mesma.

Desta forma:

[...] o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, acabou por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares as quais muito freqüentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento elaborado. (SAVIANI, 1999, p22)

Já DUARTE (2001), define essa postura escolar, como mais uma característica da Pedagogia do ‘Aprender a aprender’ que condicionada aos interesses burgueses, que tem como base para o ensino o despertar no indivíduo a disponibilidade de sempre aprender algo novo a fim de se adaptar às efemeridades da sociedade capitalista, menosprezando, o conhecimento historicamente acumulado. A função da escola, desta maneira, se assemelha ao mercado, no qual o duradouro cede lugar ao descartável. A palavra da vez, na educação, passa a ser “adaptação”, o importante é adaptar-se às inovações e o interessante são as informações que contribuam para o indivíduo exercer seu trabalho na sociedade e não o conhecimento objetivo, que acrescentaria para a reflexão e para o crescimento do cidadão.

Nesta perspectiva, a educação e, por sua vez, a escola, mais uma vez passa a servir aos interesses da burguesia, que representada pelo Estado, diante desse quadro anuncia a universalização da educação, mas não a universalização do saber e do conhecimento, visto que não é interessante do ponto de vista dominante que os dominados tenham acesso ao saber, posto que este daria condições desses compreenderem a necessidade da transformação social, que consistiria na superação do capitalismo, visto que,

enquanto a burguesia era revolucionária ela tinha interesse na verdade. Quando passa a ser conservadora, a verdade então a incomoda, choca-se com seus interesses. Isso ocorre porque a verdade histórica evidencia a necessidade das transformações, as quais, para a classe dominante — uma vez consolidada no poder —, não são interessantes; ela tem interesse na perpetuação da ordem existente. [SAVIANI, 1997, p16].

Nesta perspectiva, conclui-se que o modelo de escola que interessava para a classe dominante é aquele que oferecia o suficiente para o indivíduo se adequar à sociedade e ao mercado de trabalho, ou seja, uma educação funcionalista suficiente, apenas, para sair da ignorância, voltada para as necessidades imediatas. Mas que, acima de tudo, que a educação ofertada aos filhos dos trabalhadores fosse limitada sem aprofundamento teórico ou filosófico, esse tipo de educação foi definida por Smith (1978), ainda no século XVIII, como instrução em doses homeopáticas.

Acrescenta-se que colaborando para instaurar esse modelo de educação que correspondia aos interesses da burguesia, o Estado, cuidou da organização da legislação, assim, ainda na década de 1980, alguns estados brasileiros como: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, entre outros, organizaram suas Propostas Pedagógicas de Ensino chancelando o Construtivismo como marco teórico oficial, neste período.

Toda a mudança anunciada na educação, além de corresponder aos interesses da classe dominante ainda colocou em xeque tudo que os professores acreditavam e conheciam até aquele momento. Como observa-se: *“Há 24 anos trabalho como professora de primeira série, dentro das normas da escola tradicional. Agora, com a teoria do Construtivismo, sinto que devem haver mudanças para se obter um trabalho eficiente”*. (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, 33 p21). É importante que se considere, que, nesse processo para a aceitação, por parte dos educadores, criou-se uma expectativa em torno da adoção da nova teoria, a qual revolucionaria a prática docente, traria melhores resultados e, por conseguinte contribuiria para a formação de cidadãos para atuar no novo modelo social democrático. Sobre isso, toma-se o trecho da carta supra citada: *“A partir do momento em que tomei conhecimento dessa mudança, fiquei inquieta demais, pois percebi que meu trabalho está muito vazio.”* (Idem ibidem)

Ainda da referida correspondência, chama a atenção o fragmento: *“Antes de tudo, parablenizo este excelente jornal informativo, o qual vem **mexendo demais** com minhas ideias sobre a teoria do Construtivismo.”* (Idem ibidem). Nesse sentido, constata-se o quão importante instrumento de propagação ideológica foi o Jornal da Alfabetizadora. Pelas palavras da alfabetizadora, constata-se que a maneira em que o jornal abordava o Construtivismo conseguia incutir esta teoria nos alfabetizadores de forma que os mesmos não conseguiam perceber outra maneira a não ser aderir a mesma, embora, não tivesse conhecimento ou certeza que esse seria a melhor opção. *“Tive a oportunidade de participar de treinamento de professores e do Salto para o Futuro, onde pude colher sugestões, mas confesso estar ainda cheia de dúvidas.”*(idem ibidem)

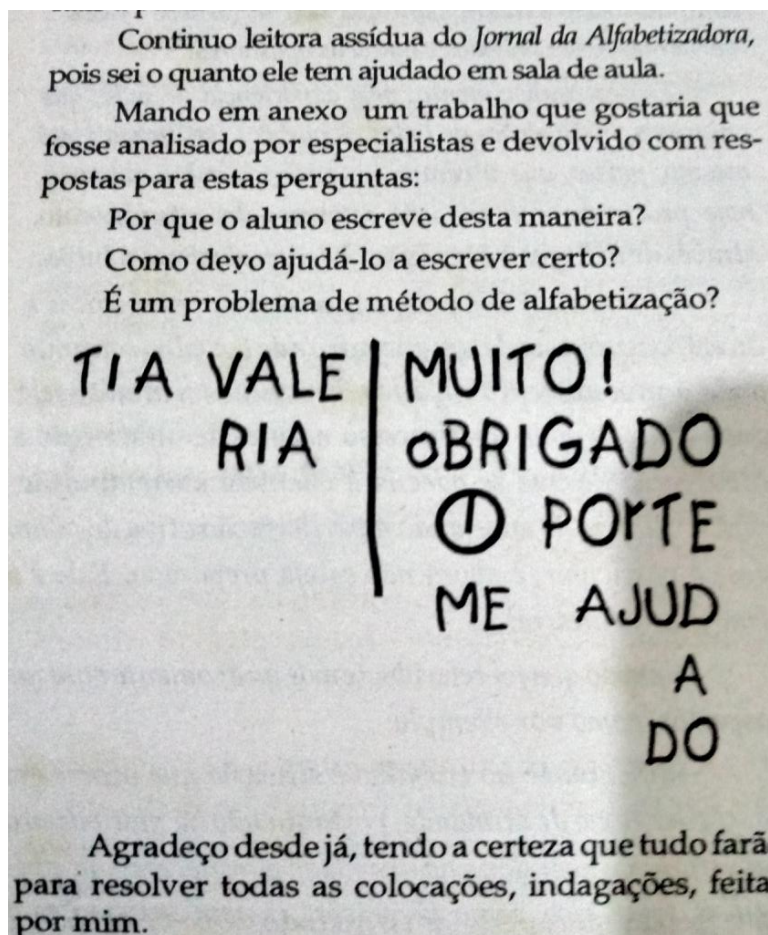
A estratégia de propagação utilizada pelo jornal, seguia um modelo convincente que partia da denúncia de um sistema educacional deficitário (divulgação de pesquisas e índices), seguido das reportagens que abordavam a teoria, relato de experiências (pragmatismo), nas sessões que divulgam cartas dos

leitores transpareciam dúvidas e dificuldades, as respostas do jornal eram de ânimo e de encorajamento, bem como, de indicação de materiais publicados pela editora responsável pelo jornal. Em meio a essa pensada organização do jornal somada à legislação que oficializava a teoria, os alfabetizadores acabaram por inserir em sua prática algumas atividades e se auto intitularam construtivistas, “...*quero salientar que efetuo um trabalho pedagógico totalmente construtivista, onde cada criança constrói sua própria história, seu próprio texto, não esquecendo as palavras de Paulo Freire: Fui alfabetizado no quintal da minha casa.*” (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1993, nº 30 p4). Por essas colocações, constata-se o tão superficial foi o conhecimento dos professores, em relação ao Construtivismo e ao ecletismo teórico que passou a imperar nas salas de aula.

Toda essa mudança proposta e imposta através de diferentes meios de convencimento dos alfabetizadores sobre as vantagens da nova teoria, veio na verdade disfarçar a implantação vertical das propostas pedagógicas elaboradas por poucos especialistas que, mais uma vez, em forma de legislação, colocou os interesses governamentais no contexto educacional tendo os professores como figuras fundamentais para pôr em prática toda a proposta. No entanto, os excluiu de todas as discussões em torno de tal teoria, oferecendo apenas formações que se detiveram à prática, como é observado no relato da carta evidenciada anteriormente.

Esse descaso pela educação, na íntegra da palavra: escola, professores, alunos é retratado pelas páginas do jornal quando são publicadas as cartas das alfabetizadoras com dúvidas elementares em relação à alfabetização, demonstrando o tamanho da dificuldade de atuação dos professores. Fato que consequentemente levou a prática inadequada que só veio a colaborar para o agravamento da crise na educação, em especial na alfabetização, como se vê no fragmento retirado da carta que menciona, além dessa, outras dúvidas: “*O professor leva pra sala de aula todo o material relativo a letra que vai ser trabalhada? Ele trabalha todas as palavras começadas com aquela letra?*” (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, Nº 32 p). Ou ainda, quando a alfabetizadora enviava ao jornal um trabalho do aluno para ser analisado, por não sentir-se segura para isso:

Figura 16: fragmento de carta, da Sessão Tirando Dúvidas



Fonte: *Jornal da Alfabetizadora*, nº31, p22

Diante de toda a dificuldade enfrentada pelos professores para atuar sob o novo modelo pedagógico, outro fator relevante, que surgiu nesta contenda, foi a culpabilização do sujeito ou, em outras palavras, volta-se ao princípio liberal da individualidade quando por boa parte da sociedade que assistia a situação educacional lançou no professor a responsabilidade pelo fracasso na educação. Esse fato foi retratado pelo periódico, quando foi divulgado o relato de uma observação, parte de uma pesquisa que aponta o professor como culpado pela não concretização da aprendizagem e sucesso da proposta construtivista, acusando-o de descompromisso com a educação, “o que se viu foram pessoas despreparadas linguisticamente e pedagogicamente, usando a proposta construtivista sem conhecê-la em sua essência.” (*JORNAL DA ALFABETIZADORA*, 1993, ed.28 p22), apontado no fragmento abaxo:

Figura nº17 - fragmento da pesquisa divulgada pelo Jornal da Alfabetizadora

O ciclo de visitas a turma-alvo não foi, todavia, concluído, pois o que se constatou, desde o início, foi justamente a falta de comprometimento dos professores com a proposta construtivista.

Ao iniciar o trabalho, esperava-se encontrar profissionais que se dispusessem a atingir ou a provocar a criança para a construção da aprendizagem, mas o que se viu foram pessoas despreparadas linguisticamente e pedagogicamente, usando a proposta construtivista sem conhecê-la em sua essência. O que se viu foi uma interpretação inadequada da mesma. Para estes professores, deixar que a criança construa sua aprendizagem significa deixá-la fazer o que quiser dentro da sala de aula, inclusive não fazer absolutamente nada, durante todo o tempo. O professor passa a ser um descomprometido. Com tal perspec-

Fonte: Jornal da Alfabetizadora, 1993, ed28,

A respeito da afirmação sobre o desconhecimento da essência da proposta construtivista, é relevante questionar: seria interessante para a classe dominante o professor conhecê-la? A alguém suscitou indagar qual o preparo e amparo que os educadores tiveram para colocar em prática uma teoria que chegou de forma tão abrupta? Como imaginar que a implantação da teoria objetivou melhorar a educação se os professores não contavam com o mínimo de amparo teórico para esclarecer como proceder diante das dificuldades de seus alunos? Se as dúvidas pedagógicas eram maiores que as certezas?

Sabendo que a formação das novas gerações depende das gerações adultas e, na educação formal, são os professores os responsáveis por isso, e, percebendo a insegurança e o despreparo dos professores, questiona-se: Como se pode almejar uma alteração positiva na educação, uma educação que realmente contribua para uma sociedade mais justa, sendo

que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado. (MARX, 2009, p124)

Essa postura do jornal demonstra anuência com o propósito da classe dominante em manter e defender o Construtivismo e, com ele, uma educação limitada aos filhos dos trabalhadores, assegurando mão de obra barata encontrando, para isso, justificativas que apontam para falhas dos envolvidos no processo de

ensino e aprendizagem, sem cogitar as verdadeiras intenções do mesmo de ser realmente “um instrumento ideológico da classe dominante para esvaziar a educação escolar destinada à maioria da população enquanto por outro lado, são buscadas formas de aprimoramento da educação das elites” (DUARTE, 2001,p 28)

Como culpar o professor, se esse não teve a oportunidade de uma formação concreta? Este foi configurado apenas como um profissional que não necessitava de reflexão e decisão na sua prática, apenas precisava reproduzir as experiências, as sugestões propostas durante as formações e que a ele chegava por meio de trocas de experiência com outros alfabetizadores. Certamente essa é a razão de tanta procura por materiais como o periódico estudado.

Desta forma, tanto pelas condições de trabalho, quanto pelas formações frágeis que ofereciam receita de como alfabetizar, através de experiências, ditas bem sucedidas, compreende-se que o alfabetizador foi arrastado para uma condição alienante de atuação, visto que o “processo de alienação se concretiza com a perda de autonomia do trabalhador docente e, como decorrência, há a perda de decisão, como, por exemplo, na imposição e aceitação de sua resignação.” (ZANLORENZI, 2014, p110)

E, nesta perspectiva alienante, os professores tentavam trabalhar ensinando a partir do que lhe foi transmitido, com uma prática composta por falas distorcidas e discursos deturpados, que formavam um todo sincrético na qual o Construtivismo passou a ser confundido com um método de ensino, ou ainda, uma receita do que fazer ou do que não fazer, priorizando o psicológico e não o pedagógico. É fato que, somado todos os condicionantes apontados, nesse período aumentaram-se as lacunas na prática pedagógica e transpareceram as dificuldades de transpor didaticamente a teoria, especialmente pela falta de conhecimento desta.

Concomitante à implantação do Construtivismo, as políticas educacionais trouxeram também outras propostas que alimentaram as mazelas da educação, como a organização escolar a partir de ciclos em alguns estados e a progressão continuada³³ em outros. Essas organizações também foram associadas ao Construtivismo e foram justificadas pela busca de uma solução para diminuir a retenção nos primeiros anos de escolarização e conseqüentemente a evasão, mas o que ocorreu foi o aumento das dificuldades em trabalhar nesse novo formato e

³³ Para o aprofundamento nessas políticas de regime de organização escolar, recorrer: Jeffrey, Debora C. 2011, O regime de progressão continuada - O caso paulista (1998-2004)

organização escolar e, conseqüentemente, reforçou a diferença entre o ensino para a elite e para as camadas populares. E, mais um princípio liberal aparece à tona, o princípio da igualdade, quando se entende que todos que estão matriculados, ao final do ano, têm o mesmo direito de frequentar a série posterior, ou seja, progredir no sistema escolar, embora nem todos tenham aprendido o que deveriam durante aquele período. A consequência desse fato foi o aumento das diferenças acadêmicas entre os alunos a cada ano, visto que, na maioria das vezes as escolas desconsideravam que os alunos iniciavam a escolarização com diferentes níveis de desenvolvimento, que geralmente vinham do estímulo da família, do acesso a materiais diferenciados, entre outros, e são essas especificidades de cada aluno, que são geradas principalmente, pelas desigualdades sociais que já colocavam os alunos das camadas populares numa situação inferior aos da classe dominante.

Na reportagem: *Como se Ensina A Língua Escrita?*, fica bem claro como o pensamento construtivista, que prega o aprendizado a partir do interesse do aluno, utiliza esse preceito para reforçar essas diferenças e justificar o não aprender dos alunos filhos de trabalhadores, pela falta do interesse: *“A questão do interesse tem a ver com o ambiente sociocultural e com as emoções do sujeito que aprende.”* (JORNAL DA ALFABETIZADORA, 1994, nº35, p5) E ainda:

[...] aquele ambiente onde ler faça parte dos hábitos e prazeres das pessoas que ali vivem, onde escrever seja natural como comer e dormir. A escola pode criar em si própria ambientes alfabetizadores, nunca entretanto, substitutos perfeitos do lar de seus alunos. (idem ibidem)

Com esse pensamento retratado pelo jornal, remete à ideia que os filhos da classe operária cujos pais trabalham braçalmente, que não têm acesso a livros e jornais, que não tem tempo para ler para seus filhos, esses não vão aprender, ao que se chama naturalização do processo. Ou seja, traz à tona o pensamento de que a origem humilde impede o aprender, justificando a ineficiência da escola. Ou seja, o fracasso escolar é justificado pelos problemas socioculturais, culpa-se a família que não oferece um ambiente favorável ao aluno. Cabe, assim, questionar a validade da teoria que trazia como bandeira o ensino democrático, do respeito às diferenças socioculturais. O que se entende por ensino democrático? Por respeito às diferenças? É permitir que o aluno da classe operária permaneça estagnado em relação ao aprendizado, que se contente com o pouco, com o limitado para que não consiga sair da condição de trabalhador dominado? Mais uma vez o que se disse não é o que se fez e a educação (com o discurso de respeito e acolhimento)

desrespeitou, segregou e cuidou para aumentar cada vez mais as diferenças intelectuais entre os pertencentes a classe trabalhadora e os da burguesia. Assim:

[...] a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes das classes dirigentes para atuar nos diferentes setores da sociedade. (SAVIANI, 1997 a, p. 193)

Através da análise realizada no jornal, a alfabetização no recorte temporal estudado manteve o papel classificatório da mesma forma que se observa durante a história da educação do Brasil, ou seja, o ensino primário cumpriu e cumpre o papel de iniciar o processo de classificação dos indivíduos e autenticar a formação dos dois grupos de indivíduos: os que se apropriam do conhecimento básico (iniciando com a alfabetização) de forma sólida e, por isso, podem prosseguir no meio acadêmico; e os que não conseguem se apropriar nem mesmo dos conhecimentos mais elementares, que se trata da leitura e da escrita e, por isso, ficam à margem da sociedade.

Sobre isso o Jornal da Alfabetizadora possibilitou observar que essa classificação é um processo muito mais complexo que a ineficiência da alfabetização. Trata-se de um pensamento de manutenção da estrutura social, próprio do neoliberalismo que utiliza de forma engendrada os diferentes meios para garantir os interesses da classe dominante e, por conseguinte, a sustentação do capitalismo. Em se tratando dos meios, a educação é um dos mais eficientes, por isso o que mais sofre as consequências que vão desde a formação dos professores, a legislação que cuida da organização, até a designação de uma teoria que cuida para cercear o conhecimento ofertado. É nesta perspectiva que se afirma que “o conhecimento é parte constitutiva dos meios de produção que, nesta sociedade, são propriedades do capital e, portanto, não podem ser socializados.” (SAVIANI, 2012, P.2). Deste modo, entende-se que a educação serve aos interesses da classe dominante, tornando-se “um campo estratégico importantíssimo” (idem ibidem), visto que:

Desde o plano da política educacional até o do trabalho em sala de aula, passando pela difusão de pedagogias que postulam para a escola quase todas as funções, menos a de transmissão sistemática de conhecimento – entravam em todas as formas possíveis a constituição de um sistema nacional de educação pública que permita às crianças, adolescentes da

classe trabalhadora o acesso ao saber erudito. O sistema escolar estrutura-se de forma fragmentada, reproduzindo a divisão social do trabalho e a lógica do mercado. O acesso ao conhecimento dá-se de maneira profundamente desigual e seletiva. (idem ibidem)

Não bastando toda essa situação planejada, o governo utiliza o poder econômico para financiar meios que divulgam e reforçam o pensamento dominante, como é o caso periódico estudado. Sobre o jornal, ficou evidente, durante a pesquisa, a divulgação dos princípios liberais, revestidos com a nomenclatura atual de neoliberais, tanto de forma explícita, quanto de forma camuflada através de recursos de linguagem e de ilustrações. Cabe destacar que o jornal funcionou também como anestésicos aos alfabetizadores para que aceitassem as novas determinações e conformassem-se com as dificuldades vividas pelos profissionais e muitas vezes sentindo-se culpados pelo fracasso escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo estudar a alfabetização na década de 1980 e 1990 através das páginas do *Jornal da Alfabetizadora*, que se configurou como fonte primária desta investigação, bem como buscar na história elementos que contribuíram para a constituição da alfabetização que se tem hoje, assim, compreender que tudo se forma e se transforma num movimento dialético. Desse modo, se na atualidade a alfabetização se encontra em crise, com altos índices de alunos que, apesar de frequentar as salas de alfabetização, não leem e não escrevem, é porque, na trajetória histórica, fatos não só da esfera educacional cuidaram para que isso acontecesse.

Nesta perspectiva, é que a pesquisa buscou ao longo da história da educação e, por conseguinte, da alfabetização, a observação de elementos para a compreensão da questão norteadora desta pesquisa, que consiste em buscar através da história os condicionantes que contribuem ou contribuíram para a crise da alfabetização. Assim sendo, o estudo colaborou com conhecimentos na área da História da Educação, através de uma pesquisa documental e bibliográfica, dividida em três momentos distintos, mas que se complementaram na compreensão do objeto de estudo e, sobretudo, da questão norteadora da mesma.

Todavia, é necessário ressaltar que para o estudo considerou-se a realidade educacional atrelada à organização social, política, econômica, contextualizando-a historicamente, visto que a mesma influencia e é influenciada pela prática social. Sendo assim, a escolha da imprensa escrita (jornal) como fonte primária é justificada, primeiramente, por retratar a realidade do período e trazer o registro de fatos acontecimentos políticos e sociais que servem de fundamentos para a compreensão da educação e, conseqüentemente, da alfabetização que nela está inserida. Também, porque a imprensa é um forte instrumento de difusão de ideologia, o que também é um elemento influenciador no campo educacional, sobretudo, numa sociedade alicerçada nos moldes do modo de produção do sistema capitalista, que utiliza a educação como mais um meio para perpetuar a divisão classes.

Desta maneira, no primeiro momento, procurou-se, através de dados oficiais, evidenciar a crise na atual alfabetização, quando mais de 50% dos alunos

matriculados não têm domínio da leitura e da escrita. A esse fenômeno, SAVIANI (2010) denominou “alfabetização negada”, ou seja, algo que foi criado pelo homem pra suprir as necessidades do homem diante das relações sociais e passou a servir apenas a um grupo de homens, sendo negada ao outro. Apresentado os resultados, passou-se à revisão histórica da educação/alfabetização, buscando identificar e entender o que proporcionou a negação da alfabetização para o considerável número de brasileiros. E, com isso, observou-se que a educação tomou contornos diferentes em cada momento histórico, contudo, esses contornos foram determinados, em via de regra, pelos interesses da classe dominante, que sendo representada pelo Estado pode fazer da educação um meio de prevalecimento de seus interesses.

Portanto, foi possível constatar que a educação, em todas as suas etapas, sendo subordinada ao Estado, é também palco de organizações externas, que representam o capitalismo. Nestes termos, é um meio de garantir a manutenção da estrutura da sociedade dividida em classes. Nesse pensamento, é que a alfabetização foi sempre relegada a um segundo plano, já que, por ser a etapa inicial da escolaridade, destina-se à classe trabalhadora, que precisa ser conservada na condição de explorada. Mesmo quando se observou iniciativas para alfabetizar os brasileiros, percebeu-se que o objetivo principal não era proporcionar uma formação sólida e sim educação limitada a conhecimentos elementares que não proporcionariam condição de reflexão que levassem a transformação social.

Já no segundo momento da pesquisa, reforçou-se a validade da imprensa enquanto fonte de pesquisa na área da História da Educação, fato comprovado pela crescente utilização em pesquisas nos últimos anos. Sobretudo na utilização da Imprensa Pedagógica que, além de oferecer às pesquisas os registros da educação da época de circulação, ainda permite a análise das informações que oferecia aos educadores, portanto, evidencia a ideologia que permeava a sociedade e consequentemente as salas de aula. A imprensa educacional foi e é um recurso eficaz na disseminação da mesma, visto que ao se destinar a educadores, indiretamente, atinge grande parte da população representada pelos alunos.

Reconhecendo o valor dos periódicos educacionais é que se propôs estudar a alfabetização a partir de um periódico destinado exclusivamente aos alfabetizadores. Acrescenta-se que o fato do periódico ser financiado pelo governo

e permanecer em circulação por mais de cinco anos, o fez importante dentro do contexto educacional, em especial aos alfabetizadores.

Finalmente, no terceiro momento, a fim de completar a investigação analisou-se o conteúdo tanto real quanto aparente do Jornal da Alfabetizadora. Através desta análise conheceu-se a identidade do professor alfabetizador, no momento estudado, bem como, constatou-se a propagação da ideologia Liberal nas matérias tanto de conhecimento geral, quanto nas que tratavam especificamente da formação docente. Esta análise possibilitou elencar determinantes que se aproximam da resposta para a questão norteadora desta pesquisa: quais condicionantes têm contribuído para a crise na alfabetização brasileira?

Entre esses, destaca-se a implantação da teoria construtivista, que foi anunciada como solução para as dificuldades que a alfabetização já vinha enfrentando e convenceu muitos educadores que se tratava de uma proposta inovadora que além de romper com o ensino tradicional, também formaria indivíduos para exercer a liberdade e viver na sociedade democrática recém-instaurada no país. Percebe-se, então, que o momento foi propício para a implantação da nova teoria, visto que o anseio pelo fim das sanções impostas pela ditadura era real na população e isso incluía os educadores.

No entanto, pelo que se viu, durante a pesquisa, a referida implantação atendeu a outro objetivo, este de ordem externa, especificamente, de organizações internacionais que almejavam garantir e sustentar através da educação a expansão do liberalismo e conseqüentemente do capitalismo nos países subdesenvolvidos que estavam à mercê das instituições financeiras. Desta forma, pela análise realizada constatou-se que o Construtivismo é uma teoria que possui muitas características que correspondem ao pensamento Liberal, sobretudo o de formar cidadãos com a capacidade de se adaptar aos moldes sociais e às exigências de mercado, utilizando para esse propósito o pretexto de formar cidadãos autônomos, criativos.

Em prol de uma formação que contemplava os critérios mencionados, a escola perdeu sua natureza de transmitir o conhecimento acumulado historicamente e, assim, o clássico deu lugar ao volúvel. Caracterizando a contradição da educação contemporânea que preconiza a necessidade de formar cidadãos para a 'dita' sociedade do conhecimento, no entanto, invadem as salas de aula com práticas que afastam, especialmente, os alunos da classe trabalhadora do saber historicamente acumulado pela humanidade. Em se tratando de alfabetização, a aquisição da

escrita e da leitura que são meios para chegar ao conhecimento, afasta-se da maioria desses alunos.

Esse fato, que foi denominado por Saviani (2010), “Pedagogia do aprender a aprender”, demonstrou que o Construtivismo propagou a inovação nas escolas, mas na verdade, trouxe à tona preceitos do início do século XX, quando a Escola Nova já pregava o ensino pautado na liberdade, no respeito ao interesse do aluno, e o incentivo a sempre a buscar aprender sozinho. Essas práticas desconsideraram o ensino em sua especificidade e passou a vigorar uma Pedagogia de aparência. Fato que aumentou as desigualdades entre a classe dominante e a classe dominada, haja vista que a classe dominante tem meios para aprofundar sua formação mesmo fora do ambiente escolar, diferente dos alunos da classe trabalhadora que só conta com a escola para isso. Portanto, a implantação Construtivismo nas escolas, não teve nada de inovador e sim um caráter de reforma, nesta perspectiva é considerado um dos condicionantes para o agravamento da crise na alfabetização.

Outro condicionante, mas também totalmente atrelado ao Construtivismo, foi a maneira que a teoria chegou até as salas de aula. De forma abrupta, a teoria foi imposta verticalmente através de Propostas Curriculares, tornando-se a Pedagogia Oficial. Foi amplamente divulgada por diferentes meios e aqui cita-se, como exemplo, o periódico estudado, convencendo muitos educadores das contribuições que a nova proposta traria e apontando as falhas do ensino tradicional, que até então vigorava nas escolas. É importante considerar que, conforme observado no jornal, o Construtivismo foi divulgado de forma pragmática, ou seja, a partir de práticas, experiências desenvolvidas, relegando a teoria. Por conseguinte, os alfabetizadores repetiam as experiências, mas sem saber o porquê estavam fazendo, acrescenta-se que nessas experiências, muitas vezes a alegoria tomou o lugar do clássico, as salas de aula se tornaram, apenas, ambientes favoráveis à aprendizagem, enquanto o professor um mero incentivador. A consequência foi que a escola passou a presenciar sujeitos tentando ensinar e outros tentando aprender, mas sem saber ao certo o quê, e de que forma, reforçando o esvaziamento educacional.

Pelo que se viu até então, o terceiro condicionante trata da formação dos professores, conforme observado no relato dos alfabetizadores, no periódico, o período estudado foi de parcas formações, o que trouxe insegurança para dentro das salas de aula. Os alfabetizadores foram levados a pensar que o ensino, até

então praticado, era inadequado, por isso, deveriam transformá-lo. As poucas formações aconteceram através de multiplicadores e algumas à distância, como é o caso do Salto para o Futuro e, como já foi dito, enfatizavam a prática através da divulgação de experiências em sala de aula. O número insuficiente de formações e a falta de discussão sobre a nova teoria fez com que acontecesse um ecletismo teórico nas salas de aula. O discurso da liberdade da criança e do interesse era constantemente reforçado, na mesma medida da necessidade de um professor criativo para atuar, diante do novo cenário educacional. Subentendendo que se a aprendizagem não acontecesse seria responsabilidade de um dos sujeitos envolvidos, o que trouxe mais uma vez para a educação a responsabilização do sujeito e reforçou a individualidade, um princípio do liberalismo.

Outro condicionante, acontecido no período estudado foi a universalização do ensino, que veio através da Constituição de 1988, acompanhada com o Estatuto da Criança e do Adolescente, legislações que atenderam à imposição dos órgãos internacionais. Sobre esse condicionante, nota-se talvez a maior das contradições, já que a educação se torna um direito do cidadão e um dever do Estado através da Lei. No entanto, o que se viu foi esse direito ficar mais longe dos alunos da classe trabalhadora que contavam com as escolas públicas para sua formação. Visto que, atendendo uma condição das organizações internacional, que em um pensamento liberal via a educação como condição para o desenvolvimento econômico do país, o governo efetivou a universalização do ensino com a matrícula de praticamente todos os alunos em idade escolar, porém, as matrículas não vieram acompanhadas do investimento necessário e as escolas sem a estrutura necessária não tinham condições de atender a demanda. O número de alunos aumentou nas salas de aula e, conseqüentemente, a dificuldade do professor em colocar em prática a pedagogia oficial. O resultado foi um grande número de alunos que, mesmo estando matriculados e fazendo parte da estatística educacional, ficaram à margem do conhecimento. Esse fato é compreensível dentro da sociedade capitalista, visto que, da mesma forma que os meios de produção não são socializados, também o conhecimento não poderá ser socializado.

Diante de tudo que se pode observar através do jornal analisado, conclui-se que este período somou fatos que contribuíram para a crise na alfabetização. A divulgada e propagada educação democrática, inovadora, não passou de um resgate dos princípios escolanovistas, que passaram por algumas reformas para se

adequar aos interesses dominantes. A fim de garantir esses interesses, a classe dominante, além de utilizar-se do apoio indubitável do governo através da legislação, usou outros meios entre esses o Jornal da Alfabetizadora foi um instrumento oportuno.

Lançado exatamente nesse período e endereçado aos alfabetizadores que foram os profissionais que mais sofreram as modificações no meio educacional, o jornal conseguiu propagar aos alfabetizadores a ideologia dominante, de forma que os mesmos não concebiam outro caminho a não ser aderir às propostas liberais, como a aceitação da nova teoria e a privatização do ensino. Numa análise mais cuidadosa, é possível afirmar que o jornal exerceu o papel de amortizador para os alfabetizadores para que se resignassem com as dificuldades vividas profissionalmente e ainda assumissem a culpa pelo fracasso escolar, só assim seria mais fácil acatar as novas determinações e a nova legislação que já estava em construção, a LDB 9394/96, totalmente dentro dos princípios liberais.

Os reflexos desse período na alfabetização são percebidos até os dias atuais nos discursos dos alfabetizadores e nas salas de alfabetização. O apego às práticas que remetem a uma escola dinâmica, que respeita o interesse do aluno e forma cidadãos autônomos e criativos, amplamente divulgadas na época continuam presente e colaboram para que o acesso ao conhecimento aconteça de forma desigual entre a classe dominante e a classe dominada.

Portanto, ao que se conclui com o estudo é que a alfabetização sempre ocupou lugar de destaque nos discursos de governo, porém não passou de discursos, o ensino, na natureza da palavra, para a classe trabalhadora nunca esteve em pauta. As ações propostas, para melhorar os índices, não passaram de reformas imediatistas e paliativas, através de programas que surgiram, principalmente, após o período estudado. Todos baseados em princípios liberais, como a criação do Programa Nacional da Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), que ofereceu material, e formação docente, com incentivo financeiro, num formato pragmático com ênfase em práticas construtivistas. E recentemente, em 2018, o Programa Mais Alfabetização que está vigente nas escolas. Todos os programas vieram acompanhados de avaliações para apontar resultados e, até então, ao que se viu os mesmos permanecem inalterados. Assim, questiona-se qual será a verdadeira intenção do governo? Provar a incapacidade de melhorar índices e, com

isso, sugerir a privatização, como já aconteceu em outros países? Aumentar a culpa do professor por não conseguir ensinar?

Enfim, o que se pode afirmar, realmente, é que o interesse não é a socialização do saber para a classe trabalhadora. Assim, o tema não se esgota, há a necessidade de prosseguir com a pesquisa em torno da 'negada alfabetização' para colaborar com os educadores, no sentido de oferecer fundamentos buscados na história, para compreensão da realidade. E, assim, diante da compreensão das causas que levaram ao quadro de dificuldades, buscar a força motora para a verdadeira transformação da educação que só se dará diante à transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, E.C. **Mudanças Didáticas e Pedagógicas no Ensino de Língua Portuguesa: Apropriações de Professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ANDERY, M. A. et al. **Para Compreender a Ciência: Uma Perspectiva Histórica**, 6 ed.- Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, 1996.

APPLE, M. W. **Para Além Da Lógica Do Mercado: Compreendendo E Opondo-se ao Neoliberalismo**. Tradução de Gilka Leite Garcia e Luciana Ache. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BARBOSA, J.J. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo, Cortez, 1991.

BORGES, P. V. **O que é História**. 8 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Movimento Brasileiro de Alfabetização - **MOBRAL**: Sua Origem e Evolução. Assessoria de Organização e Métodos. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 11 de ag.1971. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 23 dez.1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

_____. Portaria nº 142, **Diário Oficial da União**. Brasília. [//maisalfabetizacao.caeddigital.net/resources/arquivos/portaria142-22-02-2018.pdf](http://maisalfabetizacao.caeddigital.net/resources/arquivos/portaria142-22-02-2018.pdf)

CASTORINA, A. José, et AL, **Piaget, Vygotsky Novas Contribuições Para o Debate**, Editora Ática, São Paulo, 1996

CHAKUR, R. C; SILVA, C. R; MASSABNI, G. V. **O Construtivismo no Ensino Fundamental: Um Caso de Desconstrução**. In: Reunião Anual da Anped, 27, Caxambu. 2004. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19307_10882.pdf. Acesso: 20 ag. 2017.

CHAUÍ, M. **Cultura de: O Discurso Competente e Outras Falas**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **Convite à Filosofia**. São Paulo, Ed. Ática, 2000.

COPES, J. Regina. **Políticas Públicas de Incentivo à Leitura Um Estudo do Projeto Leitura em Minha Casa**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007.

CUNHA, C. M. da. **Introdução: discutindo conceitos básicos**. In: Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos - **Conferência de Jomtien** – 1990
<https://www.unicef.org/brazil/pt/resources>

DUARTE, N. **Vigotski e o “Aprender a Aprender”:Crítica às Apropriações Neoliberais e Pós-modernas da Teoria Vigotskiana**, 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados , 2001.

FERREIRA, B. H. A. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 5ª ed 2001.

FRANCISCO F. G. **A Educação Brasileira no Contexto Histórico**, 2ªed Campinas, Editora Alínea, 2004.

FREIRE P. **A Importância do Ato de Ler: Em Três Artigos que se Completam**, 48. ed. São Paulo, Cortez, 1989.

JAPIASSÚ, H. Marcondes D. **Dicionário Básico De Filosofia**, 3ed. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2001.

LOCKE, J. **Segundo Tratado Sobre o Governo**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

Marx K. Posfácio da 2.ed. In: **O Capital: Crítica da Economia Política**. 8.ed. Tradução: Reginaldo Santana. São Paulo: Difel, 1982.

MARX, K. ENGELS F. **Manifesto Comunista**. (Org Osvaldo Coggiola), São Paulo, Boitempo editorial, 2007.

_____. **A Ideologia Alemã**. (trad 1ª ed. Álvaro Pino) São Paulo. Expressão Popular, 2009.

_____. **Cultura, Arte e Literatura: Textos Escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARCUSCHI, B.; FERRAZ, T. Produção de textos escritos: o que nos ensinam os livros didáticos do PNLD 2007. In: ROJO, R.; VAL, M. da G. Costa (Orgs.) **Os Livros Didáticos de Língua Portuguesa no PNLD 2007**, p.127-150. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MASSON, G. Materialismo Histórico e Dialético: Uma Discussão Sobre As Categorias Centrais, **Práxis Educativa**, v.2, p.105- 114, jul.-dez. Ponta Grossa, PR 2007.

MERQUIOR, G.J. **O Liberalismo - Antigo e Moderno**, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira 1991.

MENEGÃO, G.S.C.R. Os Impactos da Avaliação em Larga Escala nos Currículos Escolares. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa - PR, v. 11, n. 3, p. 641-656, set./dez. 2016.

MORTATTI, M. R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**, Portal Educação, Brasília, v.1, n.1, p1-15, Meio digital, www.mec.gov.br/seb. Trabalho Completo. 2006.

NASCIMENTO, M. Maria Isabel. **A Primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR**, 2004, 225f. Tese (Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

PAIM, W. M.; BORDIGNON L. H C. Alfabetização No Brasil: Um Pouco De História - **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 39, nº 74 - jul./dez. 2017.

PAIVA, V.P. **Educação Popular e Educação de Adultos**, São Paulo, Editora Loyola, 1987.

PEREIRA, D. E. **Globos e Mapas ao Alcance das Mãos: Ensino de Matemática Numa Perspectiva de Alfabetização Funcional na EJA**, 2008, 172f Natal: Dissertação (Mestrado do Programa de Ciências Sociais e Aplicadas), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2008.

SANTOS, R. L. Mobral: A Representação Ideológica Do Regime Militar Nas Entrelinhas Da Alfabetização De Adultos. **Revista Crítica Histórica** Ano V, nº 10, dez. 2014.

SAVIANI, D. O Trabalho Como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias. In: **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**. Petrópolis /RJ : Vozes, 1994.

_____. **A Nova Lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

_____. **Escola e Democracia**. 32ed. Campinas. SP. Autores Associados, 1999.

_____. **Pedagogia Histórico Crítica: Primeiras Aproximações**. 9 ed., Campinas, Autores Associados, 2005.

_____. O Pensamento Pedagógico Brasileiro: Da Aspiração À Ciência À Ciência Sob Suspeição. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 21, n.42, p.13-35, jul./dez. 2007.

_____. **Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos**. Revista Brasileira de Educação. v.12, Rio de Janeiro, Jan./Abr. 2007

_____. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 3ªed. Campinas, SP. Autores Associados, 2010.

_____, Lombardi, C.J, Sanfelice, J. C. **História e História da Educação**. 4 ed. Campinas, SP, Autores Associados, 2010.

_____, Duarte, N, **Pedagogia Histórico-crítica e Luta de Classes na Educação Escolar**. Campinas, SP, Autores Associados, 2012.

SCHELBAUER, A.L; ARAÚJO, J.C. **História da Educação Pela Imprensa**. Campinas- SP: Editora Alínea, 2007.

SEVERINO, J. A, **Educação, Ideologia e Contra-Ideologia**, São Paulo, EPU, 1986.

SILVA, C.; CAMPANARIO, M., A Evolução Do Ensino Da Pós-Graduação Senso Estrito No Brasil: Análise Exploratória E Proposições Para Pesquisa. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 163-187, mar. 2015.

SMITH, A. **Riqueza das Nações**. 2. ed. São Paulo: Húmus, 1981.

_____. **Riqueza das Nações**. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

SOARES, M. As Muitas Facetas da Alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, p. 19-24, fev. 1985.

SOUZA, A. M; **Educação de Jovens e Adultos**, Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

VIDAL, D.G; CAMARGO, M.J.G. Imprensa Periódica Especializada e a Pesquisa Histórica: Estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n. 175, p. 407-430, set./dez. 1992.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: **VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1978.

ZANLORENZI, P M C. **Estado, Ideologia E Educação No Jornal “Tribuna Dos Municípios” De Irati-Pr (1954-1959)**. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História e Políticas Educacionais) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa ,PR 2006.

_____. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, FONTES E A IMPRENSA dez/ 2010 - **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, n.40, 2010.

_____. **A EXPRESSÃO DO LIBERALISMO NA REVISTA A ESCOLA (1906-1910) NO PARANÁ**. TESE (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História e Políticas Educacionais) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR 2014.